

N.º
24

junho - 2001

Série
POLÍTICA

*O Paradigma das Civilizações,
o Realismo Político
e a Nova Estratégia da Contenção*

Texto:

José R. Novaes Chiappin

Resumo

O objetivo aqui é duplo. Inicialmente elaborar, de maneira mais precisa e articulada a proposta de fundamentação teórica de Huntington de um novo paradigma: o paradigma "Choque das Civilizações?". Em seguida, desenvolver o que penso ser o objetivo fundamental de Huntington, a saber, aquele de um propósito prático e normativo associado a esta fundamentação: a elaboração de uma nova estratégia da contenção. No que diz respeito à questão teórica, afirmo que a proposta do novo paradigma é feita para substituir o paradigma da Guerra Fria embora defenda que ambos sejam partes do mesmo quadro teórico: o paradigma-matriz do realismo político. Assim, a primeira das minhas teses sobre Huntington é que a sua matriz teórica fundamental é o realismo político, com suas pressuposições que a natureza do sistema internacional é aquela de conflito de poder, que a nova dimensão deste poder é a cultura, que o choque cultural, em particular, o choque das civilizações, é a sua nova dinâmica, e, que, o seu estado de equilíbrio comporta o relativismo cultural, o qual somente pode ser alcançado e mantido pelo mecanismo do equilíbrio do poder. No entanto, a principal tese, deste artigo, é sobre o elemento prático e normativo de sua proposta: que ela visaria como meta principal a elaboração e fundamentação teórica de uma nova estratégia da contenção. Essa nova estratégia propõe-se a substituir a estratégia da contenção ao expansionismo soviético, associada com o paradigma da Guerra Fria, por uma voltada para as novas unidades emergentes, em termos de poder, quais sejam as civilizações não ocidentais. A demanda por uma tal estratégia se explicaria pela mudança da natureza dos conflitos internacionais: se antes eram devidos a razões de ordem militar/ideológica, e, mesmo econômica, e, se davam entre nações, atualmente decorreriam, de acordo com seu paradigma, de razões de natureza cultural e os conflitos seriam agora desde entre microunidades, como grupos, até entre as novas macrounidades de poder do sistema internacional, as civilizações. Conjuntamente com essas teses, tanto sobre a política pura quanto sobre a política aplicada de Huntington, desenvolvo uma proposta de modelo da relação entre a teoria da política internacional e a política externa, da qual esta discussão sobre a estratégia da contenção pode ser vista como uma ilustração. Finalmente, trato com outro elemento importante, subjacente à proposta de Huntington: que sua proposta aparece em oposição e conflito com aquela de Fukuyama, com sua concepção de um mundo único, universal e homogêneo [paz perpétua kantiana] e de um processo dinâmico da história de tipo com convergentista[Hegel] como componentes de solução para o problema da paz perpétua.

Obs: Texto editado em 1996

1 Introdução

O objetivo principal deste ensaio refere-se ao aspecto prático e normativo da proposta de Huntington do paradigma “Choque das Civilizações?”: aquele de resolver o problema dos interesses de poder, a partir desta interpretação teórica da natureza das relações internacionais, colocado pela emergência, em termos de poder, de unidades civilizacionais não ocidentais. A emergência destas novas unidades de poder em competição agora com a unidade ocidental requereria por parte do Ocidente, segundo o enfoque realista, [novas] estratégias para prevenir e evitar que tais entidades políticas procurem reestruturar e alterar a ordem internacional e a sua configuração de poder, que tem estado centrada na civilização ocidental nos últimos dois mil anos, em termos de seus projetos de poder. Uma possível solução desse problema consistiria na elaboração de estratégias de prevenção ou contenção da expansão de poder das unidades políticas emergentes. Portanto, uma solução seria a de elaborar uma nova estratégia da contenção a qual deveria prevenir e evitar a possibilidade do deslocamento do poder para fora da civilização ocidental. Minha tese é que esse é o principal objetivo de Huntington.

Contudo, a proposta de Huntington não interessa apenas por seus objetivos temáticos mas também, principalmente para aqueles preocupados com os fundamentos teóricos da política, pela maneira como se posiciona quanto à maneira de como organizar e conduzir a apresentação e discussão desses temas. Com respeito a este último aspecto de sua proposta um ponto a ser notado pela importância de suas conclusões é seu compromisso com valores racionalistas na abordagem política, em particular, seu compromisso com a importância da interpretação teórica na organização dos dados dos fenômenos políticos. Como ele diz,

Quem pensa seriamente, pensa de maneira abstrata; invoca representações simplificadas da realidade denominadas conceitos, teorias, modelos, paradigmas. Sem esses instrumentos intelectuais, o que há, diz Willian James, é apenas uma “confusão dos diabos”.¹

Dessa profissão de fé nos valores racionalistas na abordagem da análise política segue-se uma importante implicação para a discussão sobre os objetivos práticos ou normativos: que ela seja baseada e conduzida a partir de uma estrutura teórica que indique claramente a identidade e a natureza das relações políticas no sistema internacional. Além disso, que as políticas práticas e normativas sejam não apenas elaboradas e construídas a partir dessas estruturas teóricas mas também por elas justificadas. Assim, essa particular concepção epistemológica da natureza do conhecimento político requereria que o primeiro passo, no processo da elaboração de políticas normativas e práticas em política internacional, é aquele de organizar e estabelecer os fundamentos teóricos das entidades e da natureza das relações políticas internacionais. Portanto, nessa interpretação do enfoque de Huntington concluiríamos que sua discussão sobre políticas aplicadas, no caso a elaboração de uma estratégia da contenção, só poderia ser conduzida a partir de um quadro teórico acerca da natureza das relações internacionais.

Segundo Huntington, a estrutura teórica mais adequada para ajudar a organizar o quadro teórico das relações internacionais é o paradigma. O paradigma é uma matriz na qual identificam-se as entidades, os atributos, as características básicas destas entidades, a organização e a conexão entre esses diferentes elementos [leis ou estruturas].²Essas conexões

¹Huntington, [1994B], p. 169

²Kuhn, [1975], p.

entre os elementos básicos são dadas através do uso de conceitos, definições, regularidades e valores. Contudo, não é necessário que esses elementos se apresentem inicialmente de maneira precisa. Ao contrário, a tentativa de organizar com rigor o conjunto dos elementos fundamentais é ele mesmo um dos objetivos de pesquisa do paradigma. Desta forma, mesmo antes de preocupar-se com a clareza desses componentes o paradigma privilegia a pesquisa realizada e desenvolvida em torno apenas de alguns exemplares e técnicas que foram bem sucedidos para lidar com problemas³; A partir destes exemplares procura-se baseado em suas soluções bem sucedidas, através de analogias, resolver outros problemas e, por aqui, proporcionar explicações para novos fenômenos políticos. A partir deste conhecimento teórico dos fenômenos políticos torna-se uma atividade racional a construção de políticas práticas voltadas para a realização de certos fins políticos, uma vez que pelos quadros teóricos estabelecem-se regularidades e conexões entre as variáveis relevantes do domínio do problema e, portanto, através das quais sabemos que efeitos produzem em certas variáveis as mudanças em outras variáveis.⁴ Esta relação entre a fundamentação teórica e o fato de que ela contribui para tornar a atividade de construir políticas aplicadas uma atividade racional é crucial para a defesa do compromisso com valores racionalistas em política. Contudo, o compromisso com valores racionalistas em política não apenas requer quadros teóricos para fundamentar e justificar teoricamente propostas sobre o conhecimento do mundo político mas é, ainda, essencial para aperfeiçoar a elaboração e a avaliação crítica dos propósitos práticos de ação política, tornando-a, também, uma atividade racional. Em particular, ela é importante para ajudar a forjar princípios reguladores, normas e regras com a finalidade de conduzir e coordenar a elaboração e avaliação crítica de políticas de ação. De uma maneira ainda mais concisa, o compromisso de Huntington com valores racionais em política implicaria a exigência que o ajuste entre meios e fins deveria ser intermediado por estruturas teóricas. A partir destes quadros teóricos pode-se elaborar de maneira racional as estratégias, os meios, para a abordagem e realização dos fins práticos propostos. Um dos aspectos importantes de tais quadros é que permitem construir modelos e especificar de maneira mais estreita os procedimentos, métodos e técnicas adequados para encaminhar tanto a solução dos problemas teóricos quanto das aplicações a eles associados. Em particular, como mencionado acima estes quadros permitem uma abordagem racional do processo de implementação das estratégias de ação política para a realização de algum objetivo determinado. A abordagem teórica permite organizar de maneira mais eficiente e racional o ajuste dos meios aos propósitos e fins.

No caso particular da política externa, às voltas com a formulação de políticas externas, esse enfoque recorreria, inicialmente, à teoria da política internacional à qual caberia o papel de identificar e definir quais são os elementos básicos e as regularidades que determinam e governam os fenômenos políticos. A política internacional, como um instrumento de apoio da política externa, proporcionaria uma interpretação da natureza dos fenômenos políticos do sistema internacional. Só então o formulador de política externa, se preocuparia, a partir de tais condições e dos objetivos a atingir, em elaborar, avaliar e selecionar políticas práticas de poder. Com essa discussão pretende-se assinalar que a fundamentação teórica das políticas

³Kuhn, [1975], p. 225-236

⁴Alguns poderiam questionar tal interpretação da exigência de estruturas teóricas a partir de um possível compromisso racionalista de Huntington uma vez que sua opção pelo paradigma seria uma opção por uma forma de organização de conhecimento conhecida por partilhar de elementos irracionais. No entanto, esta não é a maneira como interpreto a proposta Kuhniana, isto é, não a vejo na versão irracionalista, mas antes como um racionalismo não criterial assentado numa atividade de solução de problemas a partir de exemplares.

normativas não tem por objetivo proporcionar apenas justificção e legitimidade às propostas de estratégias de políticas práticas, mas, principalmente, uma abordagem racional para auxiliar o ajuste adequado dos meios aos fins através da construção de modelos, como recursos de construção analítica de políticas práticas voltadas para a realização dos fins propostos. Os quadros teóricos fornecem um recurso poderoso pois permitem, através da construção de modelos, e, por aqui, das simulações analíticas, investigar, construir, avaliar e escolher as políticas adequadas para os propósitos estabelecidos. Para precisar ainda mais esse ponto sobre a relação, não colocada com clareza por muitos teóricos da política internacional, entre eles Huntington, entre fundamentação teórica e políticas aplicadas, afirmo a tese segundo a qual a relação entre teoria da política internacional, como teoria política pura, e política externa, como política aplicada, é do mesmo tipo da relação que existe entre teoria econômica e políticas econômicas. Ou seja, que um modelo para ilustrar e servir de exemplar para esta relação em política internacional é aquele proporcionado pela economia. Neste caso, as teorias da política internacional fariam o papel das teorias econômicas enquanto as políticas externas fariam o papel das políticas econômicas [fiscal e monetária] construídas a partir das teorias econômicas. Como ilustração dessa tese da fundamentação teórica de políticas práticas como uma interpretação da exigência racionalista em política internacional, pode-se recorrer à economia sobre como se faz teoria econômica e política econômica. Em ambos os casos, os principais instrumentos de trabalho são, procurando manter a simplicidade na discussão, as teorias e os modelos e o mundo real. As teorias são sistemas formados de conceitos, primitivos e derivados, definições e leis fundamentais cujo objetivo é proporcionar um mapa dos fenômenos econômicos que serve para explicar ou classificar leis econômicas do mundo real. Os conceitos e as variáveis associadas da teoria podem ser classificadas em dois conjuntos, as variáveis endógenas e as variáveis exógenas. As variáveis exógenas são variáveis de controle ou discricionárias. Elas são determinadas fora da teoria, portanto, assumidas, do ponto de vista da teoria, como conhecidas e dadas. Enquanto as endógenas são aquelas variáveis determinadas pela teoria conhecidas as variáveis exógenas. Como exemplos simples e diretos dessas teorias poder-se-iam mencionar tanto a teoria clássica quanto a teoria Keynesiana. Quanto aos modelos, eles são construções artificiais feitas e determinadas a partir de uma combinação entre a teoria e as especificidades do domínio do mundo real acerca do qual queremos resolver problemas. A partir das teorias pode-se construir modelos de situações econômicas específicas e com estes estudar e simular os efeitos provocados nas variáveis endógenas por mudanças nas variáveis exógenas. Uma teoria nunca é aplicada diretamente ao mundo real mas sempre aos modelos de domínios do mundo. Por meio desses recursos metodológicos pode-se simular situações reais que permitem a análise e avaliação do uso de políticas econômicas, tais como políticas fiscal e monetária para a realização de certos fins específicos como políticas de estabilização voltadas para controlar e baixar a inflação ou diminuir o desemprego, sem ter que criar condições experimentais as quais são de difícil execução em economia. Pode-se analisar, simular e estudar os efeitos de políticas fiscal sobre as variáveis endógenas como, por exemplo, do aumento ou diminuição de impostos sobre a renda ou ainda de política monetária como o aumento ou diminuição da quantidade de moeda sobre a inflação. Certamente, os resultados dessas políticas fiscal e monetária dependem, em geral, das teorias e dos modelos que adotamos e construímos. Assim, tais políticas podem servir como exemplares para o que podemos chamar, em ciências humanas, de políticas aplicadas. O sucesso da economia como ciência humana justifica a utilização de algumas de suas atividades como modelos para as ciências políticas em particular para a relação entre fundamentação teórica e a elaboração ou formulação de ações políticas ou políticas aplicadas.

Resumindo, os pontos fundamentais sobre a questão teórica da formulação de políticas aplicadas, tal como aquela perseguida por Huntington, são em número de três:

- O papel da teoria: As políticas práticas devem ser construídas, avaliadas criticamente, justificadas, escolhidas e executadas por meios e procedimentos que são teoricamente considerados como adequados aos fins propostos. O ajuste entre políticas práticas e os problemas a serem resolvidos são intermediados e determinados pelas teorias e modelos, os quais são assumidos como os meios de interpretação dos fenômenos políticos em questão. Assim, o enquadramento teórico das políticas práticas é o ponto de partida de sua execução.⁵
- A economia como modelo: A economia, no sentido explicado acima, deve ser utilizada como modelo da relação entre fundamentação teórica e políticas práticas em ciências humanas.
- A política externa como política prática: A política externa deve ser construída a partir de uma teoria da política internacional do mesmo modo como a política econômica é construída a partir da teoria econômica. O recurso metodológico e a heurística adequada para estudar, por meio de analogias, as relações entre política externa e política internacional é a economia, com sua relação entre teoria e política econômica, que assumimos ser um exemplar da relação entre teoria pura e teoria aplicada.

Nisso sintetiza-se a maneira racional de empreender formulações e execuções de políticas práticas. E, nisso resume-se, também, a minha interpretação das implicações para a política aplicada do compromisso racionalista em política: a exigência do uso da intermediação de teorias e modelos entre os meios e os fins da política prática. No caso a ser analisado, do objetivo da contenção da expansão, em termos de poder, da União Soviética, o meio da política prática para realizá-lo é a estratégia da contenção. A teoria, ou o paradigma-matriz para manter a terminologia de Huntington, é aquela do realismo político enquanto o modelo, ou o subparadigma, é o Paradigma da Guerra Fria. Desta forma, a teoria e o modelo associado são os recursos metodológicos para construir as relações entre os fins e os meios das políticas aplicadas. As conseqüências destas implicações para as políticas aplicadas deste compromisso racionalista são, entre outras, de procurar

- evitar que as políticas práticas, por exemplo, as políticas externas, em política internacional, sejam elaboradas e conduzidas tanto de maneira cega quanto de maneira subjetiva e emotiva sujeitas aos caprichos de seus formuladores.
- introduzir racionalidade nesta importante atividade das ciências humanas que é a de formular políticas de ação e por aqui evitar a falta de funcionalidade/operacionalidade das propostas nesta área do conhecimento.

Por proceder racionalmente, na área das políticas práticas, entendo aqui tanto a atividade de construção e formulação das políticas aplicadas quanto a atividade de avaliação crítica segundo objetivos, padrões, normas e regras bem definidas destas políticas. Tais são as duas principais etapas da atividade de formulação de políticas aplicadas.

Assim, é que, de tal ponto de vista, procuro interpretar, fazendo uso do princípio da caridade, a proposta de Huntington. Nesta abordagem as políticas práticas, como, por exemplo,

⁵Dornbusch, [1982]

as políticas externas, deveriam ser elaboradas de acordo com enfoques teóricos, no caso as teorias da política internacional, as quais definiriam as especificidades do sistema internacional: suas entidades, as propriedades e as relações fundamentais entre as entidades, os fins, valores, interesses nacionais, o estado natural destas relações, os modelos de estruturas de agrupamentos de entidades e os modelos de distribuições dos pesos relativos destas entidades no sistema internacional. A construção e formulação de políticas práticas são conduzidas por meio de combinações destes elementos, colocados pelas teorias específicas da política internacional, com a adição dos elementos mais característicos da formulação de políticas externas, a saber, os fins, valores, e interesses nacionais. Em síntese, na construção de políticas externas temos assim três elementos importantes: as teorias, os sistemas de fins, valores e interesses da entidade em questão, relativamente ao sistema internacional, e os modelos do sistema internacional vigente. Tais elementos metodológicos permitiriam construir, avaliar e, então, aplicar os modelos que simulariam teoricamente tanto as diversas possibilidades das propostas de políticas práticas quanto sua aplicabilidade e adequabilidade para realizar os fins propostos⁶.

No entanto, como um dos aspectos teóricos da proposta de Huntington foi já o principal assunto de um outro artigo⁷, neste procuro, então, dirigir o foco da discussão para outro destes aspectos, mas, mais abrangente, e, mesmo mais profundo do que o anterior, que é aquele tanto da fundamentação teórica de políticas práticas quanto da elaboração de uma nova política de poder, o verdadeira núcleo da proposta de Huntington, a qual interpreto como sendo a da construção de uma nova política de contenção. Assim, se por um lado, defendi, naquele artigo, a tese que sua proposta é uma alternativa ao paradigma da Guerra Fria, por outro, apontei lá também que, diferentemente do que poderia ser tentado a pensar, ela não significa uma alternativa ao realismo político, pois, não se deve identificar o paradigma da guerra fria com a teoria do realismo político, uma vez que, como já mencionei, ambos paradigmas, em discussão, são partes, segundo minha tese, de uma matriz paradigmática teórica mais fundamental: o próprio realismo político. Desta forma, pretendo, aqui, apenas resumir essa discussão para, em seguida, primeiro, adicionar alguns detalhes sobre esse aspecto, os quais são relevantes para uma interpretação correta de todas as nuances e sutilidades contidas em sua proposta e em sua crítica às outras alternativas ao paradigma da Guerra Fria, e depois, em segundo lugar, concentrar no principal tema de sua proposta, que é aquele de elaborar uma nova proposta normativa de ação política que denomino "a nova estratégia da contenção". Esta denominação decorre da analogia com a estratégia clássica da contenção, no subparadigma da Guerra Fria, construída para conter o então emergente poder soviético. Essa última estratégia foi elaborada para resolver um problema de interesse [nacional] definido em termos de poder: aquele de conter a expansão do poder soviético emergente e de tentar evitar que sua influência fosse usada para reconfigurar e alterar a ordem internacional em seu benefício. Como sabemos, do ponto de vista do realismo político, a emergência de uma nova unidade de poder, no caso a União Soviética com seu poder em expansão, e portanto com sua ameaça natural de alterar o equilíbrio do poder e de procurar reconfigurar a ordem internacional em seu

⁶ Trata-se aqui apenas de uma tentativa de fazer um esquema da proposta de um programa sobre a relação entre teoria da política internacional e política externa. Contudo, cabe apontar que estamos cientes das grandes diferenças entre essas duas áreas do conhecimento: política e economia. E, isso, principalmente no que diz respeito à formalização. Tal diferença torna essa relação muito menos operacional. Apesar de que a formalização na área da política já tem encontrada alguns instrumentos adequados para sua representação, que são, entre outros, a teoria da escolha racional e a teoria dos jogos, de qualquer modo, trata-se de um programa de pesquisa e de um esquema muito útil para interpretar esta relação, que tem sido motivo de muita confusão.

⁷ Chiappin, [1994]

benefício, demanda a elaboração de estratégias, em particular, de estratégias de contenção desse poder, por parte dos demais membros da comunidade internacional, em particular por parte do poder hegemônico, no caso os Estados Unidos, a serem conduzidas segundo os princípios do equilíbrio do poder e segundo a tendência natural ou inercial destes países de manterem sua posição vantajosa que o "status quo" da distribuição de poder lhes confeririam e que, no caso, não beneficiaria a União Soviética.

Meu ponto de vista neste trabalho é que tanto as características da elaboração quanto da implementação da estratégia da contenção clássica parecem indicar que se tratou de uma formulação de política externa claramente comprometida com a abordagem racionalista de políticas práticas. Neste caso, ela procurou rejeitar e evitar as práticas subjetivas e ad hoc na formulação de políticas externas. Entre os muitos aspectos da formulação dessa estratégia temos o fato que ela encontra-se claramente ligada à escolha de um arcabouço teórico particular o qual especifica a natureza do fenômeno social e político e então precisa a natureza e as características do sistema internacional e da política internacional. Além disso, pode-se também identificar a preocupação metodológica de construir modelos que revelam ser assentados sobre essa escolha da teoria da política internacional como a interpretação da natureza dos fenômenos políticos do sistema internacional. Mais do que isso, pode-se ver que os modelos procuram definir as características concretas do fenômeno político em questão, a partir dos quais ela faria a simulação e conduziria à solução do problema em questão. Outro aspecto desta elaboração revela que o compromisso teórico com o realismo não serve apenas para proporcionar legitimidade teórica à ação política da contenção, mas, principalmente, para servir de guias e instrumentos à construção das próprias políticas aplicadas da contenção que visariam a realização dos propósitos e fins práticos eleitos pelos interesses nacionais.

Mais precisamente, neste caso da estratégia da contenção pode-se identificar imediatamente que o arcabouço teórico é dado pela concepção do realismo político, enquanto o modelo, ou paradigma como quer Huntington, é aquele conhecido como o Paradigma da Guerra Fria. É preciso entender que a escolha da teoria é um processo não natural e que também envolve compromissos com certos valores. A escolha da teoria do realismo, na versão particularista, para focar o problema da contenção, foi uma opção entre outras alternativas, disponíveis na época, como a teoria idealista do sistema internacional e a versão universalista do realismo, que consistia numa espécie de síntese entre o idealismo e o realismo particularista. O processo de formulação de política externa concluiu que a teoria idealista e a versão universalista do realismo eram inadequadas para os interesses nacionais dos Estados Unidos e portanto foram rejeitadas⁸. A relação entre a teoria e o modelo consiste em que o modelo, no caso o Paradigma da Guerra Fria, foi construído, como se espera metodologicamente, sob orientação de uma estrutura teórica de nível ainda mais fundamental, a saber, a concepção do realismo político. Enquanto esta última estabelecia as condições gerais do fenômeno político, o modelo representava, utilizando das restrições gerais da teoria, os aspectos políticos mais específicos e concretos que estavam mais diretamente relacionados com os problemas em questão. O modelo aparecia assim, como uma construção simplificada do domínio da realidade política, relacionada diretamente com o problema, mas, ainda contendo todos os traços relevantes. Ele permitia um tratamento das questões teóricas e práticas envolvidas com a estratégia da contenção. Dessa forma, o modelo, da Guerra Fria, foi o intermediário, como em geral ocorre em qualquer atividade racional de solução de problemas, entre a teoria mais geral do realismo político e o problema a ser resolvido, aquele da contenção da União Soviética.

⁸Gaddis, [1982] p.56-57

tica. Agora, como afirmei anteriormente, à teoria caberia descrever as características gerais do domínio no qual se dá o problema - as entidades básicas, os atributos dessas entidades, e as leis governando o comportamento delas e das relações entre elas - enquanto ao modelo caberia determinar e construir, a partir da teoria, as características específicas e relevantes do problema particular em questão. Nesse caso do problema de como evitar a expansão do poder soviético, uma teoria particular do realismo político, aquela da versão particularista, identifica as entidades básicas do sistema internacional como sendo as nações-Estados e aponta que o atributo essencial dessas entidades é o interesse, definido em termos de poder. Além disso, ela afirma que as nações-Estados são agentes racionais e que portanto procuram maximizar o seu poder. O modelo, construído a partir dessa teoria e denominado de Modelo/Paradigma da Guerra Fria, é aquele de uma representação do sistema internacional segundo três mundos, cada um deles considerado, obviamente, como um agregado de nações. A construção deste modelo do sistema internacional em três mundos é conduzida tanto pela teoria quanto pelos fins e propósitos práticos estabelecidos no contexto do problema político específico a ser resolvido, no caso a contenção da expansão do poder da União Soviética. O objetivo da construção do modelo do sistema internacional é simplificar a complexidade do mundo político real em condições de torná-lo manipulável e tratável pela teoria sem contudo deixar de refletir os traços relevantes do problema em questão.

Na discussão sobre a proposta teórica de Huntington, o paradigma “Choques das civilizações? ”, enfatizei como indicador de sua consciência deste aspecto teórico do problema, sua preocupação em identificar com clareza tanto as novas unidades de poder quanto as novas características da relação de poder entre essas unidades do sistema internacional contemporâneo. Agora, nesta discussão sobre os propósitos práticos e normativos, associados com tal proposta teórica, aponto que o objetivo principal de Huntington, em torno do qual giraria todas as discussões, em particular as de ordem teórica, é aquele de resolver o problema prático de como enfrentar o desafio de poder colocado pela emergência, em questões de hegemonia, de unidades civilizacionais não ocidentais com interesses opostos e conflitantes com aqueles da civilização ocidental. Em particular, o problema é aquele da ameaça que estas civilizações colocam de conduzir a um deslocamento do poder para fora da civilização ocidental, e, portanto, com o conseqüente resultado de uma reconfiguração da ordem internacional asentada, então, sobre valores e instituições não ocidentais. Dessa forma, na perspectiva de Huntington, se, por um lado a queda do muro de Berlim marca de maneira simbólica o colapso definitivo de um regime⁹ das relações internacionais - um sistema específico de princípios, regras e normas que organizou e regulou o sistema internacional nos últimos quarenta anos e que constitui parte essencial do paradigma da Guerra Fria - por outro, é preciso ver que essa queda deixa entrever, de maneira mais clara, que conflitos de poder e de interesses opostos de uma nova natureza estão emergindo. Ela deixa entrever que a nova natureza desses conflitos globais é mais profunda e básica que aquela dos conflitos ideológicos anteriores. Além disso, ela também deixa entrever que este conflito se dá entre unidades de poder que podem ser tanto mais amplas que as nações-Estados, como as civilizações, as novas macrounidades do sistema internacional, quanto menores, como os grupos étnicos. As características relacionais mais profundas entre essas novas unidades políticas são determinadas por valores, costumes, religião e cultura. Essas características acabam por colocar os indivíduos em sua mais ampla definição nas civilizações.

O regime das relações internacionais¹⁰ implantado no contexto da estratégia da contenção

⁹Faço uso do conceito suplementar de regime no sentido como aparece em Krasner [1983B]

¹⁰Noção a ser esclarecida mais adiante.

da União Soviética foi construído pelos Estados Unidos em colaboração com a Europa Ocidental. Esse regime é um dos recursos pelo qual a estratégia da contenção foi operacionalizada. Ele serve para definir e caracterizar uma ordem das relações internacionais. Os Estados Unidos assumiram naturalmente o papel de coordenador da elaboração desse regime, por tratar-se de uma superpotência incontestada tanto no aspecto militar quanto no econômico, com um arsenal nuclear e convencional nitidamente superior ao de todas as demais nações e com um PIB em torno de 50% do PIB mundial, em lugar da Inglaterra, com sua capacidade de poder completamente diminuída após a Segunda Guerra Mundial. Portanto, cabia a ele, por seu poder e os interesses daí advindos, o papel de coordenador de uma ordem internacional que fosse estável e de preferência que mantivesse o status quo. A ordem internacional emergente da segunda grande guerra deveria estar, pela posição de poder dos Estados Unidos, assentada sobre um regime de estabilidade hegemônica. No entanto, tal ordem foi desafiada pela emergência, também em termos de poder, da União Soviética. Em primeiro lugar, essa emergência da União Soviética alterou o equilíbrio clássico do poder na Europa. Em segundo lugar, ela alterou o equilíbrio de poder do sistema internacional ao transformá-lo da configuração esperada da estabilidade hegemônica para bipolar. Essa emergência da União Soviética é percebida como uma ameaça à ordem clássica do sistema internacional de países soberanos por sua pretensão de organizar esse sistema em termos de um Estado Mundial único socialista. Os idealistas socialistas poderiam entender a construção desse estado mundial como o único meio de resolver o problema de como alcançar e estabelecer uma paz duradoura no sistema internacional. No entanto, para os realistas o Estado Mundial socialista era antes de tudo uma política de poder da União Soviética. Do ponto de vista dos Estados Unidos, para conter as ameaças e pretensões do poder soviético e, além disso, defender tanto a emergente configuração de poder que lhe dava o papel de país hegemônico e, portanto, de coordenador natural do sistema internacional, quanto a proposta da preservação da diversidade e autonomia dos países soberanos em oposição à proposta do Mundo único, era preciso elaborar uma estratégia no interior da qual pudesse construir uma ordem internacional estável o que significava que deveria ser regida por um sistema, o mais claro possível, de regras e normas, representando um consenso, que regulamentassem as relações e convivências tanto entre os países que se opunham às intenções da União Soviética quanto entre esses e aqueles sob a influência de seus interesses. Um sistema de princípios, regras, normas e procedimentos de tomada de decisão recebe o nome em ciência política de regime. Esse regime foi construído em torno do princípio da estratégia da contenção do expansionismo soviético. Tal princípio regulou a construção das regras, normas e procedimentos de tomada de decisão para formular o regime que organizou e coordenou todo o sistema das relações internacionais pós segunda Guerra Mundial. Através dele introduziu-se não apenas a idéia que o principal objetivo era o de elaborar e implementar uma estratégia para resolver o problema da contenção do poder soviético e de sua capacidade de influenciar a configuração da ordem internacional, mas, também, critérios de avaliação e escolha que zelavam pela consistência e harmonia interna de todas as demais regras e normas que deveriam ser introduzidas para operar a estratégia da contenção. Segundo esses critérios as únicas regras e normas aceitáveis para organizar o sistema internacional eram aquelas que vinham de encontro e reforçavam o objetivo da contenção da expansão do poder soviético. São esses critérios que supervisionavam a construção da estratégia da construção.

Um dos componentes desta estratégia foi elaborar e fundamentar um modelo do sistema internacional, que pudesse proporcionar um mapa estratégico da contenda entre estes dois pólos, a partir do qual a estratégia da contenção pudesse ser elaborada, analisada e avaliada

no sentido de assegurar seu sucesso. Este modelo, ou paradigma, do sistema internacional teria como primeira função, aquela de proporcionar justificção teórica para a estratégia da contenção do poder soviético. Este modelo é, num sentido específico, aquilo que Huntington chama de "Paradigma da Guerra Fria." É preciso, contudo, que se perceba que o modelo ou o Paradigma da Guerra Fria para ser construído requer um quadro ainda mais geral e abstrato. Isso significa que a construção do modelo ou subparadigma pressupõe uma teoria, ou outro paradigma mais básico, no caso em discussão uma teoria realista da política, a partir da qual interpreta-se os dados, define-se os agentes e a natureza de suas relações e dentro da qual coloca-se o problema que se quer resolver e busca-se sua solução. Esse aspecto da atividade do conhecimento político pode ser ilustrado tanto pela atividade como os economistas resolvem problemas, em particular, de políticas econômicas, assim como os físicos o fazem, por exemplo, no quadro da teoria Newtoniana da natureza, ou da teoria da mecânica clássica. Em ambas atividades constróem-se, a partir das teorias, diversos modelos acerca dos aspectos e dos sistemas particulares da natureza em estudo e, nos quais, resolvem-se efetivamente os problemas. Em ciência política, e, em particular em política internacional, resolve-se problemas da mesma maneira, apelando para teorias e modelos. No entanto, aqui, tem-se um aspecto particular, já mencionado anteriormente, onde assumo que o modelo adequado para ilustrar a relação entre política internacional, como teoria política, e política externa, como política aplicada, é a econômica, com sua relação entre teoria econômica e política econômica. Seguindo com a discussão acima, vê-se que a concepção, ou a teoria geral do realismo faz, por exemplo, o papel da teoria newtoniana da natureza ou a teoria clássica ou keynesiana em economia, enquanto, o modelo da Guerra Fria corresponde a um dos diversos modelos que construímos para estudar, por exemplo, o sistema solar e resolver os problemas a ele relacionados. Ou, os diversos modelos que construímos da economia brasileira, para analisar e resolver o problema do efeito de uma determinada governamental tal como o efeito da criação de um novo imposto, sobre cheques, por exemplo, sobre a renda nacional. Da mesma forma, mantendo-se as devidas proporções, o Paradigma da Guerra Fria foi construído como um modelo do sistema internacional a partir de um quadro teórico específico: a teoria realista dos fenômenos políticos. Neste modelo, ou paradigma da Guerra Fria, considera-se que no conjunto das unidades de poder, as nações-Estados, seria adequado agrupá-las em três mundos o qual deveria refletir, macropoliticamente, os agentes relevantes do problema em questão: o Primeiro Mundo, liderado pelos Estados Unidos, o Segundo Mundo, liderado pela União Soviética, e o Terceiro Mundo formado de países que constituíram no verdadeiro cenário das disputas de poder. Tem-se aqui, então, o processo pelo qual começa a construir a fundamentação teórica sobre a qual a solução do problema da contenção foi conduzida. Esse é um processo racional de conduzir a solução de problemas na área das políticas práticas ou de ação.

Agora, se por um lado, a queda do muro de Berlim representa o sucesso da estratégia da contenção como a solução do problema proposto, no entanto, por outro lado, não se pode esquecer que desde a década de 70 esse modelo ou paradigma vinha enfrentando uma série de dificuldades. Essas dificuldades provinham de que tanto problemas teóricos quanto problemas práticos avolumaram-se. Esses problemas foram trazidos pelas transformações que estavam ocorrendo nas relações de poder entre as unidades políticas do sistema internacional. Alguns desses problemas, pela sua importância e pela relutância a serem explicados, tornaram-se verdadeiras anomalias. Por exemplo, o principal agente desse regime das relações internacionais, os Estados Unidos, começou a ser desafiado em sua hegemonia não apenas pela União Soviética, mas, também por alguns de seus próprios aliados. Esse desafio ocorreu em várias

áreas além da militar. Esses países começaram a apresentar-se como nações emergentes, em termos de poder, por exemplo, a Alemanha, o Japão, China, e, a Europa como mercado unificado emergente. Outra anomalia para o Modelo da Guerra Fria é colocada pelos conflitos no interior do Segundo Mundo entre a União Soviética e seus possíveis aliados, como a China, e países da Europa Oriental. Além disso, a natureza ideológica/ militar que tinha caracterizado os primeiros anos da Guerra Fria também encontrava-se sob a ação de profundas mudanças, principalmente, devido às crescentes interrelações entre os países, o que estava fazendo emergir novas relações de poder, em particular, aquelas de natureza econômica, como as relações comerciais.

Esses novos fatos, principalmente aqueles trazidos pelas relações econômicas e comerciais entre os países, pressionam na exigência de novos padrões de relações e intercâmbios entre os países. Essas novas relações, trazidas pela intensificação das trocas comerciais, não se ajustavam com o tipo de coordenação, organizando as relações entre países, que foi construída e consolidada por um regime internacional expressando as características definidas pela Guerra Fria, e, que, tinha a segurança como o tema do princípio coordenador fundamental. Este princípio coordenava a relação entre os países para enfrentar coletivamente o que consideravam como o seu principal objetivo: conter a expansão da União Soviética. Esse regime não podia contemplar essas novas interações e relações globais entre os países, que se davam homoganeamente, sem considerar a distinção entre os três mundos. Desta forma, a intensificação das relações comerciais começaram a destruir esta importante versão de regime internacional que é o da Guerra Fria, o qual decompunha o sistema internacional em três mundos e considerava a aliança de dois deles contra o terceiro. Conseqüentemente, esse regime político internacional, associado com a Guerra Fria, definido em termos de seus princípios, regras e normas, começou, em face do conjunto dos fatos das décadas de 60 e 70, a dar mostra de uma completa exaustão e inadequação para regular e coordenar o comportamento dos países frente a tais exigências de novas relações entre eles. Por exemplo, as exigências de novas relações, principalmente, comerciais, requeriam maior liberdade, cooperação e interação entre os membros do sistema internacional indistintamente. A exigência de maior interdependência e cooperação entre os estados estava em conflito com as restrições impostas pelo regime da Guerra Fria para regular por meio de suas regras e normas as relações entre o Primeiro e o Segundo Mundo de tal modo a não permitir que tal relação pudesse fortalecer a posição de poder do Segundo Mundo. Assim, as normas e regras estabeleciam restrições e limitações às relações entre os membros desses mundos coordenadas pela condição de não violar ou enfraquecer a estratégia da contenção. Entre essas limitações estavam, por exemplo, muitas regras que restringiam as relações comerciais, políticas e econômicas. Havia mesmo restrições às interações culturais e esportivas. Pois, essas poderiam servir como propaganda para os países a serem contidos em suas pretensões de poder. As relações comerciais foram bastante atingidas, principalmente aquelas envolvendo novas tecnologias, por terem efeitos diretamente no núcleo da estratégia da contenção ou seja na questão da segurança militar. O caso Toshiba na década de 80 é um bom exemplo de tais fricções entre o regime da Guerra Fria e as novas relações. Outros exemplos foram os problemas gerados pela construção do gasoduto ligando a Sibéria à Europa; pelo comércio de produtos agrícolas e tecnológicos para a União Soviética por países ocidentais, como, por exemplo, a Argentina, e, mesmo, os próprios Norte-Americanos; outro destes problemas é aquele posto pelos boicotes, por ambos os lados, das Olimpíadas.

Todos estes exemplos, e sua freqüência, que se intensificava, mostravam de maneira clara que se estavam estabelecendo novos tipos de relações entre estes três Mundos e que o re-

gime de contenção não se mostrava mais adequado para administrá-las. Assim, essas fricções no sistema internacional acabaram por minar, de maneira lenta mas sistemática, o paradigma da Guerra Fria. O golpe definitivo foi o colapso econômico da União Soviética, simbolicamente representada pela queda do Muro de Berlim.

Agora, a discussão conseqüente do objetivo normativo de Huntington, de elaborar uma nova estratégia da contenção para resolver o problema dos conflitos, de poder, emergentes entre as novas unidades políticas no sistema internacional, requer que se esclareça outra pressuposição teórica, que estaria ligada ao seu compromisso racionalista, de uma separação teórica entre teoria das relações internacionais e política externa.¹¹ Tal distinção não é normalmente bem entendida, tanto por alguns teóricos das relações internacionais quanto por formuladores de política externa. Entretanto, essa distinção e a relevância da formulação de teorias para a elaboração mais consistente e racional de políticas práticas ou de ação prática, sejam elas domésticas ou externas, são pressupostos teóricos por trás do objetivo de Huntington de elaborar um novo paradigma - "Choque das Civilizações?" - do sistema internacional, tanto para construir uma nova estratégia da contenção quanto para a legitimar teoricamente e coordenar sua elaboração.

Agora, se admitirmos que a elaboração de políticas específicas de ação prática consiste tanto na elaboração de políticas domésticas quanto na de políticas externas e, além disso, que essas políticas devam ser elaboradas segundo a orientação de um princípio fundamental de interesse, definido em termos de poder, concluiríamos, a partir de Huntington, que o princípio regulando a construção de uma nova ordem internacional é aquele de manter o centro de poder na civilização ocidental, e portanto procurar evitar e neutralizar o desafio feito a este centro de poder pelas novas unidades emergentes de poder não ocidentais.

Que esse deve ser o princípio de Huntington de uma nova estratégia da construção decorre de três elementos:

- do enfoque realista da política com a colocação das relações entre unidades políticas em termos de relações de poder.
- da analogia com a estratégia clássica da contenção voltada para o desafio da União Soviética à ordem internacional.
- das evidências que indicam que a civilização ocidental começa a ser desafiada pela emergência, em termos de poder, de duas antigas civilizações: a confuciana e a muçulmana.

Contudo, aqueles que interpretam os fenômenos políticos internacionais, a partir da concepção do realismo político e, que, portanto, colocam a interpretação desses fenômenos como resultantes de interesses opostos e conflitantes das unidades políticas devem refazer suas estratégias para levar em conta, agora, novos aspectos do sistema internacional os quais enfatizam, entre outras coisas, novas unidades de poder e novas características de poder. É, nesse sentido, que a proposta de Huntington de uma nova estratégia da contenção difere daquela de Kennan¹² que foi quem proporcionou a arquitetônica da estratégia clássica da contenção. Ela difere daquela de Kennan em que Huntington não pode apenas desenhar uma estratégia de poder para os Estados Unidos, para os interesses nacionais americanos, mas tem de fazer,

¹¹Ainda que tal distinção não seja teoricamente manifesta tanto em Huntington quanto em Morgenthau, trata-se, ao meu ver, de uma exigência teórica importante.

¹²Kennan, [1947]

agora, quase diretamente, para os interesses "civilizacionais" da civilização ocidental. Além disso, essa estratégia deve referir-se diretamente à civilização ocidental também, pois, como Huntington aceita, os Estados Unidos não são mais um país hegemônico incontestado. Isso significa que deve partilhar as estratégias de poder para a civilização ocidental com outras potências membros desta mesma civilização num trabalho de parceria ainda mais profundo e simétrico que aquele do Paradigma da Guerra Fria. Uma vez que, o que é agora verdadeiramente hegemônico, num sistema internacional formado de outras civilizações com interesses opostos e conflitantes, é a civilização ocidental, e, não os Estados Unidos. Conseqüentemente, a nova estratégia da contenção deve ser pensada antes em termos de unidades civilizacionais do que em termos de unidades nacionais. No entanto, apesar da aceitação dessa tese, que os Estados Unidos não são mais uma potência hegemônica incontestada, não se pode discutir seu papel preponderante de líder, para a maioria dos temas, nas relações internacionais, em particular para o Ocidente. Por conseguinte, a formulação das políticas práticas - política externa e doméstica - dos Estados Unidos é ainda o determinante na elaboração das políticas práticas para o Ocidente. Por esta mesma razão, os Estados Unidos não devem conduzir a formulação de suas políticas domésticas e externas sem levar em conta, agora, as questões de natureza civilizacional. Em particular, os Estados Unidos deveriam estar alertas, por exemplo, para o culto do multiculturalismo da sociedade americana. O multiculturalismo entendido como incentivo à preservação de "clusters" culturais autônomos, separatismo cultural, pode não ser uma virtude, no contexto de um conflito civilizacional, pois, neste sentido, pode indicar o mesmo futuro da Iugoslávia. O equilíbrio de uma política doméstica entre a homogeneização cultural e o separatismo cultural será o desafio para países com diferentes heranças culturais. Ou seja, deveria se perseguir a diversidade sem o separatismo? Isso bem que poderia ser uma das implicações normativas do paradigma "Choque das Civilizações?" de Huntington¹³

Quanto ao propósito da fundamentação teórica do paradigma das civilizações como alternativa ao paradigma da Guerra Fria tem-se o problema básico, como discutimos em outro lugar¹⁴, de precisar a natureza da sua proposta: a proposta de Huntington significaria que o novo paradigma pretende substituir o paradigma da Guerra Fria, entendido como o paradigma do realismo político ou, então, o novo paradigma corresponderia a um paradigma interno ao paradigma do realismo político, que, neste caso, pretenderia, então, substituir o paradigma da Guerra Fria - também um paradigma interno [subparadigma] ao paradigma matriz do realismo político? A este respeito defendo a tese segundo a qual Huntington pretende estabelecer os fundamentos teóricos de uma nova natureza do sistema internacional tanto em termos de entidades quanto de relações de poder que são diferentes daquelas do paradigma da Guerra Fria. Contudo, a tese mais fundamental é que ambos os paradigmas, tanto da Guerra Fria¹⁵ quanto das Civilizações¹⁶ são membros de uma mesma matriz paradigmática mais fundamental, o realismo político. A relação entre o paradigma de Huntington, aquele da Guerra Fria, e aquele do realismo é a mesma que aquela entre os diversos modelos do sistema solar e a

¹³Huntington, [1994B], p. 173

¹⁴Chiappin, [1994]

¹⁵O paradigma da Guerra Fria é considerado aqui como o conjunto de uma instância da concepção geral do realismo político, no caso a versão particularista, com a unidade política, a nação- Estado, como a entidade de poder básica, e, de um modelo do sistema internacional, no caso, o modelo dos três mundos.

¹⁶O paradigma das Civilizações é considerado, pela mesma razão anterior, como o conjunto de uma instância da concepção geral do realismo político, no caso a versão particularista, com a unidade política, civilização, como a entidade de poder mais básica do sistema internacional, e, de um modelo do sistema internacional, no caso, o modelo das três civilizações.

teoria da mecânica clássica, ou ainda, aquela entre a teoria keynesiana e os diversos modelos da economia brasileira que se constroem em seu interior para explicar, por exemplo, a determinação da taxa de câmbio brasileira, ou a taxa da inflação. Neste contexto, poder-se-ia dizer que Huntington não estaria questionando, com o paradigma das civilizações, os elementos básicos da teoria do realismo político, do mesmo modo que, com novos modelos do sistema solar não se pretende questionar a mecânica clássica mas antes alguns de seus modelos, ou ainda, que com novos modelos da economia brasileira não se pretende questionar a teoria keynesiana, mas alguns outros dos modelos da economia brasileira construídos a partir dessa teoria. Pois, aqui, a mecânica clássica é o quadro teórico, a partir do qual, juntamente com o domínio e o fenômeno da natureza onde está o problema que se pretende resolver, os modelos são construídos. Seguindo essa analogia, teríamos, então, que Huntington estaria questionando um modelo particular da teoria do realismo político, no caso, aquele da Guerra Fria, mas não a teoria do realismo político da política internacional. Na linguagem de Huntington, o (sub)paradigma das civilizações estaria assim questionando o (sub) paradigma da Guerra Fria. No entanto, ambos seriam paradigmas de um paradigma matriz mais fundamental - o paradigma do realismo político. Uma vez estabelecido esse enquadramento teórico de Huntington no sistema do realismo político, devo mostrar ao longo da discussão que ele faz desta concepção tanto em suas análises quando em suas considerações normativas acerca do comportamento das unidades políticas a matriz teórica da inteligibilidade assim como da engenharia da ordem institucional do sistema internacional¹⁷.

A exigência de uma discussão sobre estas teses, tanto da tese do enquadramento teórico de Huntington no quadro do realismo político quanto do desenvolvimento das demais teses sobre sua concepção, requer inicialmente a introdução de alguns recursos conceituais e metodológicos¹⁸, os quais permitem um tratamento organizado e consistente do assunto e seus problemas. Esses recursos metodológicos são bastante úteis para coordenar a discussão teórica da construção de concepções ou teorias, como por exemplo, de um sistema conceitual geral da concepção do realismo da política internacional. Esta teoria geral do realismo serve como quadro teórico fundamental para enquadrar, analisar, encaminhar e defender as teses acima sobre Huntington.

2 A concepção realista da política internacional.

Com o propósito de argumentar sobre as teses mencionadas o que se precisa, inicialmente, é uma elaboração mais cuidadosa e detalhada da teoria, ou do paradigma, do realismo político, uma vez que é uma das duas importantes concepções em torno das quais giram nossa discussão. Em particular, é sobre ela que reside esse aspecto da solução do problema teórico trazido pela proposta de Huntington: sua proposta é um desafio ao paradigma ou teoria do realismo político, ou apenas a um subparadigma ou modelo do realismo político?

A presente seção é dedicada a descrever o esboço desse quadro teórico geral da concepção do realismo político da política internacional. Esse quadro teórico geral pretende identificar um núcleo básico de todas as diferentes versões do realismo, e, dessa forma ser capaz de aplicação em todos os momentos da história da humanidade e, ainda, quando utilizada num momento específico da história, poder ser aplicada para entender a relação de poder entre as diferentes unidades políticas componentes do sistema internacional da época em questão.

¹⁷Chiappin, [1994]

¹⁸O que será feito através de um esboço, uma vez que já foram tratados em outro lugar. Chiappin, [1994]

A reconstrução racional deste quadro teórico e de seu programa de pesquisa é conduzida por meio de uma metodologia denominada metodologia da Teoria da Ciência. A metodologia da Teoria da Ciência [TC]¹⁹ é um método de reconstrução e organização de concepções e teorias com o objetivo de explicitar e organizar analiticamente os principais componentes envolvidos na elaboração e desenvolvimento destas teorias ou concepções.

2.1 A metodologia da Teoria da Ciência

A metodologia da Teoria da Ciência, como disse acima, é uma proposta para construir e reconstruir concepções de ciência ou teorias de qualquer área. O primeiro elemento é uma série de critérios, critérios de adequação, que espera-se que qualquer candidata a uma concepção de teoria/ciência preencha. Estes critérios correspondem a quatro problemas que chamo de problemas epistemológicos fundamentais, e, um quinto, que acredito ser um problema fundamental mais apropriado às ciências humanas:

- O problema da unidade epistêmica: o problema da unidade epistêmica é o problema do objeto, natureza, estrutura, da construção, escolha e da dinâmica da unidade epistêmica.

Essa unidade epistêmica pode ser, a teoria científica propriamente dita, o que ocorre na maioria das vezes, a lei, a explicação, problemas...etc. Por exemplo, no caso do realismo político de Morgenthau, a unidade epistêmica relevante é a teoria, enquanto no caso de Huntington é o paradigma.

- O problema da escolha de instância de unidade epistêmica: O problema de construção e da escolha de instâncias da unidade epistêmica é em geral o problema da relação, e do teste, entre a unidade epistêmica e a experiências.

No caso de Huntington, há a questão do conflito e da escolha entre vários paradigmas, em particular, o Paradigma da Guerra Fria, o paradigma do mundo único, o paradigma dos "Choques das Civilizações?". No caso tanto do Paradigma da Guerra Fria quanto do Paradigma do "Choque das Civilizações?" há as questões de como resolver certos problemas específicos tais como: como elaborar uma estratégia para conter a expansão do poder soviético ou ainda, no caso de Huntington, como resolver o problema de conter a expansão do poder das civilizações emergentes?

- O problema do modelo de dinâmica do conhecimento: O problema da dinâmica e progresso do conhecimento é aquele de qual é o mecanismo pelo qual as configurações do conhecimento, no caso, do sistema internacional, mudam, progridem e se modificam.

Este problema não será objeto de preocupação neste artigo. Exceto pela crítica de Huntington à teoria [modelo] dinâmica de Fukuyama, da convergência para um Mundo Único.

- O problema do estatuto cognitivo da unidade epistêmica: O problema do valor de conhecimento da unidade epistêmica é aquele do caráter instrumentalista, realista, ou descritivista da unidade epistêmica. Este tópico não será também objeto de grande preocupação neste artigo.

¹⁹Chiappin, [1989]

- O problema normativo: O problema normativo é o problema das implicações práticas e normativas para a ação política, no caso das ciências políticas.

Ele é o problema da elaboração de políticas de ação baseadas na unidade epistêmica. No caso da política internacional, ele é o problema das implicações para políticas externas e da elaboração de políticas externas. Outro aspecto deste problema é o de identificar os problemas práticos que servem de princípios reguladores para elaboração de teorias, como intermediários na solução destes problemas.

Assim, esta análise lida com todos os problemas acima, alguns com mais detalhes e profundidade outros com menos. Iniciamos com o problema da unidade epistêmica, que é o paradigma, no caso de Huntington; através de problema discutimos o problema da construção e da escolha das unidades epistêmicas específicas: o paradigma/modelo da Guerra Fria e os regimes internacionais a eles associados; o Paradigma “Choque das Civilizações?” e os modelos e regimes internacionais a ele associados. Em seguida, discutimos a relação entre a unidade epistêmica, o paradigma, e as evidências a seu favor e as anomalias potenciais; mencionamos as concepções e os modelos de dinâmica embutidos na abordagem de Huntington e de seu principal oponente, Fukuyama; ênfase especial colocamos no problema normativo que é o problema das implicações práticas das unidades epistêmicas: no caso, as estratégias de contenção. Afim de conduzir, organizadamente, a análise destes três problemas introduzo, inicialmente, uma apresentação dos componentes da metodologia da Teoria da Ciência.

A metodologia da Teoria da Ciência [TC] é uma estrutura composta de três níveis: metafísico, lógica da ciência e história²⁰. No nível metafísico descreve-se o domínio de estudo da teoria, em construção ou sendo reconstruída. Identifica-se as entidades básicas, e seus principais atributos, as relações entre elas, assim como, as características abstratas do conhecimento que se pode ter deste domínio, e os valores e fins assumidos ou com os quais a teoria encontra-se comprometida. No nível da lógica da ciência define-se os recursos metodológicos os quais descrevem como devem-se construir as teorias e explicações dos fenômenos estudados assim como os métodos de escolha entre as teorias e explicações construídas. Neste mesmo nível define-se também as características acerca da legitimidade e justificação das concepções elaboradas. No terceiro, e último nível, isto é, no nível da história, discute-se o papel que a história desempenha na concepção sendo reconstruída se assim for o caso, pois existem concepções que não fazem uso da história como recurso metodológico.

Numa discussão sobre a estrutura mais fina dessa estrutura pode-se mostrar que o primeiro nível, ou o nível metafísico, é, por sua vez, composto de três subníveis: o ontológico, o epistemológico e o axiológico. No nível ontológico estabelece-se as principais entidades do domínio através de teses ontológicas; no nível epistemológico afirma-se as teses sobre a natureza do conhecimento e da teoria a ser construída sobre as entidades, atributos e suas relações com os fenômenos; no nível axiológico, por sua vez, procura-se elucidar e explicitar, através de teses axiológicas, os fins e os valores com os quais a concepção encontra-se comprometida. Pode-se decompor as teses axiológicas em teses axiológicas com respeito a fins e teses axiológicas com respeito a valores. O nível da lógica da ciência pode também ser dividido, mas, apenas, em dois subníveis: o primeiro subnível, denomino de nível metodológico e, o segundo de subnível metametodológico. O subnível metodológico tem por objetivo o estudo do objeto, natureza e estrutura da unidade epistêmica. O objetivo do nível metodológico é o estudo do objeto, natureza, a estrutura da unidade epistêmica. Este nível divide-se, por sua vez, em três outros subníveis, aquele do método de construção, do método de escolha das

²⁰Chiappin, [1989], p. 91

unidades epistêmicas e aquele de um sistema operacional, formado de um conjunto de técnicas, métodos e outros recursos, através do qual faz-se a aplicação da unidade epistêmica para abordar e resolver problemas. O objeto deste nível é a unidade epistêmica a qual na maioria das vezes é a teoria, contudo, poderia também ser uma lei, um programa de pesquisa ou um paradigma. No caso da concepção de Huntington, a unidade epistêmica é o paradigma. Paradigmas são construídos e escolhidos com a finalidade de resolver problemas tanto teóricos, da teoria pura da política [internacional] quanto práticos, por exemplo, da política externa. Combinando todos estes elementos do nível metodológico pode-se dizer que ele forma uma teoria geral de solução de problemas, a qual consiste na pressuposição de uma base da teoria, a qual deve ser construída, pela metodologia, no uso de uma representação para expressar esta base, e num sistema de inferências, técnicas, métodos e regras para resolver problemas e proporcionar explicações dos fenômenos ou eventos políticos. Enfim, ela contém uma heurística voltada para abordar os problemas que devem ser resolvidos no interior desta teoria.

O terceiro nível é aquele da História. Neste nível analisa-se o papel desempenhado pela história na concepção em discussão. Em particular, no caso de Huntington, a história, funciona como um método fundamental de elaboração das principais características da teoria, e para a elaboração de cenários, além do que, funciona como o método para montar o que denomina-se da base observacional das teorias da política internacional. É através dessa base observacional que elaboramos tanto as evidências quanto as instâncias refutadoras das teorias e paradigmas. Um contraste importante que deve ser explorado quanto à interpretação de Huntington do método histórico e seu papel na teoria das relações internacionais é aquele com o de Toynbee e recentemente com o de Fukuyama. Huntington está, certamente, utilizando das análises de Toynbee²¹ sobre a ascensão e queda das civilizações. Não é preciso lembrar que Toynbee tinha advertido que o principal fenômeno histórico do século vinte seria o choque de civilizações. No entanto, uma análise metodológica cuidadosa da interpretação de Toynbee do método histórico e de seus resultados, em adição aos seus [de Toynbee] compromissos com valores espirituais e idealistas, aponta que, para ele, a guerra e o processo de ascensão e queda das civilizações poderiam ser evitados através da construção de um estado mundial²². Entre outros, este aspecto da concepção de Toynbee do sistema internacional está em oposição à abordagem de Huntington dos choques das civilizações. Este rejeita radicalmente tal solução e faz dela um libelo contra seu principal oponente contemporâneo: Fukuyama. Como veremos, Fukuyama, percorrendo as trilhas da abordagem idealista das relações internacionais, partilha desta solução do estado mundial para o problema da guerra, ou para o problema do estado de natureza do sistema internacional.²³

2.2 A metodologia da Teoria da Ciência e o realismo político

Com esses recursos metodológicos podemos construir uma concepção geral do realismo político.

No domínio da ontologia política aponta-se que as entidades básicas do sistema internacional são, no mundo moderno, as nações-Estados. Essas nações-Estados são interpretadas como agregados de indivíduos, e, portanto, do mesmo modo que para os indivíduos, seu atri-

²¹Toynbee, [1966], [1957]

²²Toynbee, [1966], p.145-164

²³Num artigo, em elaboração, exploramos com profundidade estas duas concepções conflitantes da dinâmica das relações internacionais: Huntington, Toynbee e Fukuyama. Este artigo faz parte de um programa de pesquisa sobre as teorias das dinâmicas das relações internacionais.

buto principal é o interesse, definido em termos de poder. Além disso, assume-se que o poder é multidimensional, e que os estados comportam-se racionalmente no sentido de maximizar seu interesse ou poder. Ainda assim, por analogia com o modelo econômico da firma e do mercado, o recurso heurístico por excelência dos realistas²⁴, o resultado deste sistema formado de entidades com interesses opostos e conflitantes é considerado ser um estado de equilíbrio. O responsável por este estado de equilíbrio é o mecanismo do equilíbrio do poder, admitido como o mecanismo para introduzir ordem e equilíbrio num domínio caracterizado como estado de natureza e sem a solução do Estado Mundial. Assim o problema central no interior da concepção realista é aquela do equilíbrio e da estabilidade, da durabilidade, e da modalidade deste estado de equilíbrio no sistema internacional entendido como um modelo de estado de natureza. Há muitas configurações possíveis de equilíbrio: Hegemônica, bipolar, oligopolística ou multicentrada. A análise e avaliação da estabilidade dessas configurações são alguns dos problemas do realismo.

No nível metafísico, começo por identificar os principais fins e valores com os quais o realismo político está comprometido. Estes fins e valores refletem os seus compromissos tanto teóricos quanto normativos. A primeira tese axiológica do realismo político expressa o objetivo teórico de construir uma teoria das relações internacionais que identifique e entenda as forças reais que determinam as relações políticas entre as principais unidades políticas do sistema internacional assim como os modos nos quais estas forças atuam nos componentes do sistema internacional.

Através de uma segunda tese axiológica afirma-se que outro dos compromissos importantes do realismo político é o uso desse conhecimento da natureza do sistema internacional tanto para elaborar estratégias de ação voltadas para a solução do problema do equilíbrio do poder entre as unidades políticas quanto para resolver o problema de como alcançar e manter a paz e a estabilidade no sistema internacional de maneira duradoura. A perseguição e realização desses dois fins não são levados a cabo irrestritamente, mas, sob a supervisão de algumas restrições. Entre essas restrições estão aquelas definidas pelos compromissos ontológicos e epistemológicos dessa concepção assim como por compromissos com certos valores fundamentais, da sociedade, civilização ou grupo, pressupostos pertencerem ao núcleo fundamental do realismo. Desta forma, o objetivo de buscar a paz e o equilíbrio do poder conduzidas pelas políticas externas dos países, como por exemplo dos Estados Unidos, no sistema internacional exige não só o ajuste dos meios aos fins mas, também, o ajuste a certos valores relacionados com sua concepção da sociedade e da relação entre os seus membros. Assim, a política externa dos Estados Unidos, como política aplicada, deve refletir na sua busca daqueles fins os compromissos com valores tais como democracia liberal, o mecanismo de mercado, a defesa dos direitos humanos e a liberdade individual que são, em geral, aqueles mesmos valores da civilização ocidental, enquanto que a política externa da China, pode buscar esses mesmos fins ainda que sujeitos a outros valores. O uso e o papel dos valores no realismo político dá origem a diferenças importantes nessa concepção que serão discutidas mais tarde. Em particular, pode-se mencionar uma divisão entre os realistas baseado em questões de valores, a divisão entre os que se denominam universalistas e os particularistas²⁵. Os realistas universalistas são aqueles que acreditam em soluções universais, como, por exemplo, a crença na existência, mesmo que como resultado de uma dinâmica assintótica, de um único estado

²⁴Este método de construção de modelos de explicações proporcionado pela teoria do realismo político é baseado na analogia com a economia e é o objeto de um outro artigo que deve aparecer em breve.

²⁵Gaddis, [1982], p. 28-29

federal como solução da paz duradoura. Um exemplo desta linha é Morgenthau²⁶ que procura proporcionar uma concepção do realismo como um meio termo entre o realismo clássico e o idealismo. Tal objetivo é implementado através da pressuposição e do uso da possibilidade de um estado federal, como a solução para a paz perpétua, ainda que como resultando de uma convergência histórica, portanto, através de um processo histórico. Por outro lado, existem os realistas particularistas, entre os quais se incluem Kennan e Huntington, que acreditam na diversidade dos valores, dos interesses, no interesse nacional e, principalmente no método do equilíbrio do poder como meio de relação, e alocação de poder entre os estados no sistema internacional.

No que diz respeito à ontologia, o realismo político encontra-se comprometido com as seguintes teses ontológicas principais do reino social: a primeira afirma a realidade do mundo social, que ele existe. A segunda tese ontológica afirma a autonomia do reino político no mundo social através da afirmação que sua entidade última e fundamental é o indivíduo²⁷. Afirma, também, que seu atributo político essencial é o interesse, definido em termos de poder. Com esses elementos, a autonomia do mundo político é estabelecida. Essa autonomia se dá através do critério de que todos os fenômenos políticos são fenômenos que devem reduzir-se a relações de poder entre indivíduos políticos. Nesse nível, o que esta concepção está assumindo com a última tese é a concepção do individualismo ontológico ou metodológico. Em outros termos, essa concepção de realismo político é uma teoria reducionista da política ou seja teorias que localizam as causas últimas de todos os eventos políticos, e, em particular dos eventos internacionais, nos indivíduos. Esta concepção parece ser a mais comum entre todas do realismo político. Assim, do ponto de vista da ontologia política, o realismo afirma a realidade do reino político e que suas entidades políticas básicas são os indivíduos. Além disso afirma que estes indivíduos caracterizam-se, em termos políticos, pelo atributo ou propriedade fundamental que é o interesse. O atributo interesse é definido em termos de poder e é este atributo que define o indivíduo como indivíduo político. Isso significa que as relações políticas fundamentais entre essas entidades e, entre seus agregados, são relações de poder. Através destas relações de poder as unidades políticas procuram controlar e influenciar as outras unidades políticas de modo a fazer com que elas se comportem de acordo com seus interesses. Nesta seqüência assume-se que as entidades fundamentais, os indivíduos, são considerados como entidades com propósitos. Esses propósitos são aqueles de aumentar o interesse ou poder. Para completar a primeira parte do quadro das características do indivíduo político do realismo político afirma-se que o indivíduo é considerado como comportando-se racionalmente o que significa dizer, que ele comporta-se não apenas no sentido de aumentar, mas de maximizar seu interesse ou poder²⁸. No entanto, esta abordagem microscópica da política é insuficiente e inadequada para discutir fenômenos de política internacional onde os principais agentes aparecem como entidades macros tais como os estados, as organizações, instituições internacionais...etc. Com este objetivo, o realismo político da política internacional introduz outro pressuposto pelo qual quaisquer grupos, associações e entidades são compostos em última instância de indivíduos. A composição é, em geral, considerada do ponto de vista agregativo.

A partir desta discussão geral dos pressupostos básicos do realismo político, e no interior

²⁶Morgenthau, [1967]

²⁷Esta tese não tem uma aceitação tão geral, mas é a predominante. Waltz [1979], por exemplo, não partilha desta tese. Ele opõe a teoria sistêmica às teorias reducionistas.

²⁸Dentre os modelos de racionalidade que subjazem a discussão em política, não se pode esquecer, o modelo de Simon da racionalidade limitada, onde o critério não é mais a otimização, mas o "satisficing". Simon []

dela, pode-se elaborar uma teoria do realismo político da política internacional. No nível da política internacional, o realismo tem como primeira tese ontológica do sistema internacional uma tese que afirma a existência e a identificação das unidades políticas básicas. Essas unidades são consideradas como agregados de indivíduos, possuindo, portanto, os mesmos atributos relevantes e tendo, também, as mesmas relações fundamentais. Essas entidades, seus atributos e relações são consideradas como os principais componentes das teorias realistas e de suas explicações dos fenômenos da política internacional. As teorias, assim construídas, consideram os eventos globais ou internacionais como sendo, então, produzidos pelas ações destas unidades especificadas em termos de seus atributos e das relações entre elas as quais são definidas pela característica desses atributos. Agora, o que faz desta concepção uma concepção geral consiste em que o que vem a ser estas unidades políticas, do sistema internacional, depende das circunstâncias históricas através de suas características culturais e políticas. Elas podem ser cidade-Estados, nação-Estados, blocos econômicos, grupos, comunidades ou ainda unidades civilizacionais...etc. Estas unidades políticas são determinadas historicamente e não impostas teoricamente pelos pressupostos do realismo político. Assim, na Grécia antiga as unidades políticas são as cidades-Estados. Na idade moderna, as unidades políticas são as nações-Estado.

Cabe mencionar que nesta concepção das relações internacionais, a maneira como estas unidades são construídas a partir dos indivíduos, que constituem a unidade política fundamental, depende também de cada uma das concepções em particular, mas em geral, tem sido consideradas de forma agregada. E o problema desta agregação constitui até hoje um problema bastante importante. No entanto, as teorias realistas das relações internacionais raramente fazem a redução para o nível do indivíduo. Elas permanecem quase sempre no nível macropolítico. A segunda tese ontológica é positiva na afirmação que o atributo principal dessas unidades básicas do sistema internacional é o interesse. Esse interesse é expresso em termos de poder. Portanto, para esta concepção a natureza básica da relação entre as entidades é que se trata de uma relação de poder. Portanto, o realismo político não deixa à história o papel de determinar a natureza do atributo das unidades e das relações entre elas. Para o realista, este aspecto não depende das circunstâncias históricas, mas é imposto teoricamente ou melhor é um pressuposto teórico de sua concepção. O atributo das unidades políticas é o interesse [poder] que é o elemento definidor e caracterizador da política e que transcende todas as circunstâncias de tempo e lugar. Esse atributo é aquele que discrimina e, portanto, que demarca a autonomia da esfera da política das demais esferas, tais como, economia, ética, religião, etc.²⁹. A terceira tese ontológica que compõe o domínio da política internacional, afirma, no entanto, que o poder é multidimensional. Por aqui, o que se pretende dizer é que o poder é definido por diferentes componentes ou fatores, tais como geografia, população, capacidade industrial, capacidade militar, cultura, recursos naturais, vontade nacional, moral nacional,...etc. O poder seria assim, para usar uma terminologia da física da qual vieram muitos dos modelos do realismo político³⁰, um vetor. Todos estes componentes entram no cálculo do poder através do modelo do sistema internacional e da fórmula através da qual estabelecemos relações entre os elementos do poder. No entanto, quanto a este aspecto dimensional do poder das unidades políticas, cabe às circunstâncias históricas determinar quais de seus componentes são os relevantes para cada período histórico. Assim, se por um lado, a natureza política das relações entre as unidades é aquela de poder, e, portanto, é um pressu-

²⁹ Morgenthau, [1947], p. 4-10

³⁰ A análise do realismo político de Morgenthau mostra a origem do mecanismo do equilíbrio do poder na física clássica. Morgenthau, [1947], p.

posto teórico, por outro lado, o conteúdo do poder e seu exercício é uma questão empírica e, que, portanto, depende das circunstâncias históricas. Desta forma, resumindo, pode-se dizer que a questão do conteúdo do poder e de quais são as dimensões relevantes para a determinação do poder no sistema internacional dependem também das circunstâncias históricas assim como das instâncias concretas das unidades políticas de poder. Por exemplo, na Grécia antiga as unidades políticas eram as cidades-Estados e a relação de poder entre elas era determinada, principalmente, pela dimensão militar do poder, ainda que, as demais dimensões poderiam também ter alguma participação, enquanto na idade moderna as dimensões predominantes na determinação do poder são, além das dimensões militares, a dimensão ideológica e a econômica. A quarta tese ontológica afirma como princípio social geral e não apenas político que o estado natural resultante das interações de poder entre as unidades políticas é o estado de equilíbrio de poder ³¹.

No que diz respeito aos pressupostos do realismo político quanto à natureza do conhecimento do reino político, e, portanto, quanto à questão epistemológica tem-se que esse se encontra comprometido com uma abordagem científica dos fatos políticos [realismo]. A primeira tese epistemológica é aquela que afirma que o objeto da política é o interesse definido em termos de poder. Como afirmei acima, para alguns é este objeto, o interesse, que delimita o campo da política como autônomo em relação aos demais tais como a economia, a religião, a ética, . . . etc³². O conceito de interesse, definido em termos de poder, constitui para os realistas um conceito central, juntamente com o conceito de poder e da teoria das relações internacionais. A segunda tese epistemológica preocupa-se com as características que estes conceitos devem possuir a fim de serem incorporados nas teorias. Isto pode ser afirmado dizendo que os realistas encontram-se comprometidos com a exigência de usar conceitos mensuráveis na formulação de teorias. Isso decorre do seu objetivo de proporcionar um cálculo do poder para as formulações de política externa. Daí decorre a exigência que o conceito de interesse seja um conceito interpretado em termos de poder, pois, neste caso, passível de medida. Uma terceira tese epistemológica, portanto sobre a questão do conhecimento em política, pode-se afirmar que as regularidades governando as ações das unidades políticas que devem ser formuladas através de conceitos de interesse ou poder são obtidas a partir de princípios acerca das relações de poder inerentes à natureza do indivíduo³³. A esse respeito é importante lembrar novamente que esta é uma concepção geral, e, que, por exemplo, nem todos realistas aceitam esta redução ao indivíduo como causa última dos fenômenos políticos e sede das leis políticas³⁴. Como outra tese epistemológica o realismo pressupõe que as leis ou princípios da política são leis objetivas ainda que inerentes à natureza do indivíduo. Elas são leis que determinam o comportamento do indivíduo, e também determinam o comportamento de agrupamentos de indivíduos, como, por exemplo, as nações. Na concepção reducionista do realismo todos os agregados de indivíduos são entidades abstratas. Portanto, os agregados não existem como objetos empíricos mas como construto teórico. Assim, a nação-Estado pode ser apenas um construto teórico, uma vez que a única entidade verdadeiramente existente são os indivíduos. Desta forma, nesta concepção, quando se fala de poder e propósito de uma nação, entende-se que eles estão localizados em algum indivíduo ou grupo identificável de indivíduos que representam a nação. Assim, um problema importante para ela é o de precisar o que significa interesse nacional nesses termos. Nesta seqüência voltada para

³¹ Morgenthau, [1947], p. 162-165

³² Morgenthau, [1947]

³³ Morgenthau, [1947], p.4

³⁴ Waltz, [1979]

completar o quadro das considerações sobre a natureza do conhecimento político, uma outra tese epistemológica importante é aquela que afirma que as teorias políticas são compostas dessas leis fundamentais do comportamento político dos indivíduos e das unidades políticas. Huntington, contudo, substitui a unidade epistêmica clássica dos realistas, a teoria, por aquela de paradigma. Isto se deve ao fato de que Huntington reconhece que a noção de Kuhn permite maior flexibilidade na organização de idéias ou categorias emergentes em ciência, e, também, menor exigência quanto aos critérios de aceitabilidade. Portanto, enquanto os realistas modernos, como Morgenthau, afirmam que o conhecimento dos princípios governando as relações de poder entre essas unidades é formulado em termos de sistemas teóricos que devem ser julgados por sua coerência e adequação empírica³⁵, realistas como Huntington optam pela idéia de que o conhecimento é formulado ou dado, em sua emergência, em termos de exemplares que foram sucedidos em explicar alguns eventos globais importantes. E, portanto, podem servir de modelos para outras explicações ou soluções de problemas. Finalmente, pode-se afirmar que o realismo político está comprometido com a idéia que o objetivo do conhecimento político é que possa ser formulado em termos que permitam cálculos do poder. Pois, o realismo político é, em última instância, uma teoria do poder, e, em particular, do cálculo do poder. O cálculo do poder é, com seu pressuposto da mensurabilidade do poder, um elemento importante do realismo com seu propósito de buscar as configurações de equilíbrio do poder. Portanto, um dos principais compromissos de sua metodologia é aquele de proporcionar os meios e os recursos para fazer do conceito de poder uma magnitude passível de avaliação quantitativa como base para a construção de um cálculo do poder.

Tendo estabelecido os fins gerais do realismo político e identificado as condições ontológicas e epistemológicas as quais formam os contornos dentro dos quais tais fins são perseguidos é preciso que se discuta, por questões de ordem hierárquica, o nível da lógica da ciência. Neste nível deve-se encontrar a discussão sobre os métodos, meios, modelos, técnicas e heurísticas com os quais construímos as teorias específicas do realismo político. Nesse nível, da lógica da ciência, é onde constrói-se a base do conhecimento político, ou seja, a teoria política específica de uma escola, programa ou autor. Neste nível são especificados também os métodos de construção, de avaliação das teorias políticas e as heurísticas de soluções de problemas. No caso do realismo político deve-se destacar como uma das preocupações centrais do método de construção aquela, como mencionamos acima, de definir de uma maneira operacional como o principal conceito, expressando o próprio objeto de estudo do realismo, o conceito de interesse. Sob esta condição de proporcionar uma definição operacional dos conceitos é que tal conceito é definido em termos de poder. Assim, quando se fala em poder, no realismo, pode-se estar pensando em quantidade de poder, em capacidade de poder que define a capacidade de empreender a realização de uma ação. Em geral o conceito de poder é definido da seguinte maneira: a capacidade por parte de uma unidade política de controlar a ação de outra unidade política no sentido de fazê-la comportar-se de acordo com os seus propósitos³⁶. A metodologia no realismo político deve cuidar para que este conceito possa ser avaliado empiricamente. Além disso, a metodologia, contendo métodos e outros conceitos básicos, deve se preocupar em determinar as leis que compõem a base do conhecimento político e que estas leis sejam elaboradas por meio dos conceitos já discutidos. A este respeito, pode-se citar como exemplo a lei ou princípio fundamental do realismo ou seja o princípio da otimização do poder. Segundo este princípio as unidades políticas comportam-se no sentido de otimizar seu poder. Assim, em outras palavras, e no estilo re-

³⁵ Morgenthau, [1947] p. 4

³⁶ Morgenthau, [1947], p. 26

ducionista pode-se dizer que os realistas aceitam como princípio fundamental o princípio da racionalidade do indivíduo político. Eles assumem primeiro que as unidades políticas são racionais e em segundo lugar que o modelo desta racionalidade é a otimização do poder. Outros modelos de racionalidade, no entanto, são possíveis³⁷. Segundo esse princípio os indivíduos e as unidades políticas constituídas em última instância destes indivíduos, agem no sentido de otimizar seus propósitos de poder. A operacionalização deste princípio certamente requer meios e procedimentos que proporcionem cálculos de poder. E, pelo fato do realismo estar comprometido com os aspectos normativos da teoria da política internacional, isto é, com a formulação de políticas externas, portanto, em construir políticas de ação práticas, ele tem a preocupação metodológica de construir definições operacionais de seus conceitos e meios de avaliar quantitativamente o poder das unidades políticas.³⁸ Estes aspectos da concepção constituem verdadeiros programas de pesquisa³⁹.

Outro exemplo de lei do realismo político, portanto, ainda no nível da lógica da ciência, é a lei afirmando que o sistema internacional, apesar de ser caracterizado pelo estado de anarquia ou pelo estado de natureza, portanto, sem a presença de um estado mundial que imponha equilíbrio entre suas unidades, tem como estado natural, resultante da aplicação do mecanismo do equilíbrio do poder para governar a barganha e a alocação de recursos entre as unidades de poder interagindo segundo relações de interesses opostos e conflitantes, um estado de equilíbrio. Esse mecanismo e método de equilíbrio de poder é o principal instrumento do realismo político através do qual ele organiza as relações e as alocações de poder entre as unidades de poder num sistema em estado de natureza. Esse mecanismo é o principal recurso do realismo para estabelecer as condições de manter o equilíbrio do poder e a estabilidade do sistema internacional. O conjunto desses recursos metodológicos é utilizado, por formuladores de política externa enquadrados nesta perspectiva teórica, tanto para elaborar estratégias de ação política quanto para construir configurações institucionais do sistema internacional ajustadas aos seus interesses de poder. Todos esses elementos metodológicos ligados à questão da construção de uma ordem internacional pertencem ao nível da lógica da Ciência.

Com os recursos desenvolvidos acima pretendo fazer uma reconstrução racional tanto dos elementos envolvidos com a estratégia da contenção clássica da Guerra Fria quanto do que entendo ser a proposta de uma nova estratégia da contenção por parte, agora, de Huntington. Segundo minha tese é no quadro desta concepção realista que Huntington elabora sua proposta de construir uma nova estratégia da contenção⁴⁰.

Com estes elementos teóricos, em particular do nível da lógica da ciência, procura-se

³⁷Na teoria da ciência destacamos que a racionalidade está assentada sobre a noção de decisão. E, por sua vez, que a noção de decisão tem três modelos gerais: decisão com certeza, decisão com incerteza objetiva e decisão com incerteza subjetiva. Em geral estamos discutindo racionalidade no modelo de decisão com certeza e regulado por princípios de otimização. O princípio da racionalidade limitada é outra alternativa.

³⁸Morgenthau, [1947]

³⁹Cline, [1977]

⁴⁰Isso não é, contudo, rigorosamente verdadeiro, no que diz respeito ao uso do método do equilíbrio do poder. Uma vez que Huntington não considera a situação atual entre as três civilizações, Ocidental, Confuciana e Islâmica, uma situação que requer a aplicação do método equilíbrio de poder, como era o caso com a União Soviética. A estratégia é, ainda, aquela de evitar o aumento do poder destas civilizações. Portanto, de evitar que ela se transforme numa verdadeira questão de equilíbrio de poder. Como diz Huntington, "O propósito fundamental do controle de armas era o estabelecimento de um equilíbrio militar entre os Estados Unidos e seus aliados e entre a União Soviética e seus aliados. No mundo pós-Guerra Fria, o objetivo fundamental do controle de armas é evitar que os países não ocidentais desenvolvam poderio militar capaz de ameaçar os interesses ocidentais" [1994A], p.137

construir ou elaborar teorias realistas específicas, modelos, e métodos aplicados à política internacional, e, através destes, proporcionar tanto explicações [as quais serão denominadas] realistas dos fenômenos internacionais ou globais quanto construir e formular políticas externas e ordens internacionais para organizar o sistema internacional. Essas explicações devem por esta mesma razão, reduzir-se, em última instância, às entidades e às relações de poder entre elas. A partir destas explicações realistas dos eventos globais pode-se elaborar estratégias de construção de configurações, de distribuições de poder e do arranjo institucional do sistema internacional voltadas para preencher o propósito do equilíbrio e manutenção ou superioridade do poder. A engenharia institucional torna-se, com a tecnologia de construções de instituições e organismos internacionais voltados para realizar certas funções específicas, cada vez mais um constituinte importante dos métodos do realismo político, sem contudo transferir para as instituições internacionais, segundo os realistas particularistas, o poder de legislar sobre os interesses nacionais. Para estes, tais instituições e organismos são governamentais e, portanto, estariam, no entender dos realistas, a serviço dos governos.

Conectando, agora, todos estes elementos, observa-se que este sistema de teses, fins, valores, conceitos, leis e métodos forma uma estrutura articulada voltada para o propósito de resolver tanto problemas teóricos quanto práticos. No caso do realismo, essa estrutura está voltada para resolver um problema fundamental, e os diversos problemas associados, o qual consiste em estabelecer as condições de equilíbrio de poder e da segurança internacional entre unidades políticas, com interesses opostos e conflitantes, e, portanto, de evitar a guerra, alcançar a paz e torná-la duradoura sob as condições do equilíbrio do poder. Como vimos, esse problema deve ser resolvido sob as restrições impostas pelas considerações ontológicas e epistemológicas sobre as unidades políticas e as características das relações de poder entre elas. Agora, quanto à questão de como este fim é realizável vai depender ainda de uma outra série de compromissos e valores os quais, por sua vez, dependem das interpretações particulares do realismo político. Como já mencionei acima, pode-se distinguir os realistas em dois tipos básicos, dependendo dos compromissos e valores, portanto, dependendo da particular axiologia com a qual estão comprometidos para resolver o problema do equilíbrio do poder e de como evitar a guerra, e, desta forma, de como alcançar a paz: os universalistas e os particularistas⁴¹. O enfoque universalista consiste em aceitar a possibilidade de harmonia entre potências hostis, a impossibilidade de um conflito armado entre elas, e, a recorrer a instituições e leis internacionais para legislar e decidir sobre seus interesses opostos. Os universalistas acreditam que o problema do equilíbrio do poder, o problema da guerra e da paz, depende para sua solução de outros elementos que o método do equilíbrio do poder, principalmente de compromissos com lei internacionais universais, instituições internacionais, opinião pública e valores universais, portanto, de um enfoque legalista. Em particular, eles acreditam que a solução do problema da paz é dada pela construção de um estado universal, e, que, esta construção é possível ao longo da história e resultado de uma dinâmica das relações de poder. Este é o caso de Morgenthau⁴² que tenta construir uma concepção realista como um meio termo entre o realismo clássico e o idealismo⁴³. A discussão de Fukuyama sobre o fim da história também se insere neste contexto⁴⁴. Por outro lado tanto Kennan, que elaborou a estratégia da contenção ao expansionismo soviético, quanto Huntington, a quem interpreto como tendo a intenção de propor uma nova estratégia da contenção, são particularistas. Eles

⁴¹Gaddis, [1982], p. 27

⁴²Morgenthau, [1967]

⁴³Esta é a tese sobre Morgenthau de um artigo a ser publicado em breve.

⁴⁴Fukuyama, [1992]

são particularistas no sentido que recusam a solução universalista para a paz e equilíbrio do sistema internacional em termos dos compromissos acentuadamente legalistas, baseados sobre formalismos abstratos de leis internacionais universais, e as propostas de um estado universal homogêneo. Ao contrário, eles acreditam que o mecanismo de equilíbrio do poder é o meio básico de estabelecer a relação e alocação de poder entre os países no sistema internacional, na heterogeneidade dos interesses, na diversidade dos valores e, portanto, que esta diversidade estabelece diferenças quase irreduzíveis.

Esses elementos constituem o núcleo básico de uma concepção geral do realismo político. No entanto, a sua característica predominante consiste, principalmente, em pressupor que o atributo principal da unidade política é o interesse, definido em termos de poder e que, portanto, a natureza das relações políticas entre as unidades políticas é uma relação de interesse. Além disso, que esse poder tem múltiplas dimensões. Numa particularização destas características gerais, mas que entretanto captura a maior parte dos realistas pode-se afirmar que esta relação de poder é considerada, em última instância, uma relação que pertence à natureza do indivíduo. Portanto, na concepção geral do realismo não se trata de dizer que a natureza do atributo principal das unidades políticas que caracteriza a relação de poder entre as unidades políticas e, em particular, entre os indivíduos, é uma questão histórica, cultural e política, mas antes de um pressuposto teórico que transcende as circunstâncias históricas. Esse atributo, o interesse, encontra-se, como pensam a maioria dos realistas, na própria natureza do indivíduo. Trata-se, para usar de uma linguagem kantiana, de um a priori ou uma característica imanente ao indivíduo. Conseqüentemente, as relações de poder entre as unidades políticas, as quais reduzem-se, em última instância, às relações de poder entre indivíduos, são consideradas como possuindo inerentemente, também, o desejo de poder. Assim, do mesmo modo, a busca do poder pelas unidades políticas agregadas, como as nações-Estados, é considerada como transcendendo as determinações históricas e empíricas. Na pressuposição de que a propriedade fundamental do indivíduo, e portanto, de todos os seus agregados, é o interesse, definido em termos de poder, encontra-se a própria definição do realismo político. Portanto, nesta concepção todos os eventos políticos são interpretados como resultados ou originando-se da interação entre unidades políticas com interesses opostos e conflitantes. Por esta interpretação da natureza do indivíduo político não se pode deixar de notar que a base teórica do realismo político assenta-se numa visão um tanto pessimista da natureza humana. Conseqüentemente, constitui seu grande problema e desafio mostrar como a paz e a cooperação são possíveis entre tais unidades com propósitos de poder, e portanto com interesses conflitantes. Em particular, o principal problema é de mostrar se a cooperação e a paz são possíveis sem um agente externo, por exemplo, o estado. Agora, diferentemente da natureza inerente da relação de poder entre os indivíduos, o cálculo deste poder depende das dimensões e dos fatores relevantes do poder e esses são determinados pelas circunstâncias históricas. E isto significa que o cálculo do poder é historicamente determinado⁴⁵. A capacidade de poder das nações é dependente das circunstâncias históricas.

A partir desta concepção geral do realismo pode-se construir diversas concepções, modelos, ou ainda subparadigmas do realismo. Nesses modelos são especificados as unidades políticas fundamentais, as configurações de poder, a natureza do poder, as dimensões relevantes do poder, os fins e os propósitos que o modelo pretende alcançar, os métodos e as heurísticas específicas para a construção e escolhas de explicações dos fenômenos políticos. Os modelos resultantes destas construções são modalidades ou teorias específicas da teoria

⁴⁵Chiappin, [1994]

geral do realismo político. Na abordagem de Huntington diríamos que o paradigma-matriz seria o paradigma do realismo político no qual estão os elementos e as características básicas do realismo, isto é, as unidades ou entidades políticas básicas, o poder como o atributo principal das entidades ou unidades representativas e as relações de poder entre essas entidades como as relações relevantes na configuração do sistema internacional mais alguns detalhes já mencionados acima. Deste ponto de vista, a concepção realista, por exemplo de Morgenthau, seria apenas um modelo da teoria geral do realismo político ou, ainda, um subparadigma do paradigma do realismo político. Como irei defender, o paradigma de Huntington seria, então, do mesmo modo apenas um subparadigma do paradigma do realismo político. Nos modelos - ou nos subparadigmas - identificam-se as entidades específicas, as quais no caso de Morgenthau são as nações-Estados, e, também as dimensões fundamentais do poder, que podem ser, a dimensão militar, econômica, populacional, cultural, ideológica, geográfica e outras, como vontade e moral nacional...etc. Todos estes elementos do realismo político, entidades e dimensões de poder, são dependentes das circunstâncias históricas. A dimensão ou dimensões mais importantes mudam segundo as circunstâncias históricas. A dimensão ideológica, por exemplo, no período da Guerra Fria, tornou-se uma dimensão fundamental. O principal objetivo deste modelo do realismo político da política internacional é o de proporcionar os meios para resolver o problema da guerra assegurando um paz duradoura através da busca e da construção de um estado mundial como generalização de um recurso, histórico, da solução do problema da paz a partir de uma situação de estado natural ou estado de guerra: o estado. De acordo com Morgenthau a teoria da política internacional não deve apenas descrever como funciona o sistema internacional mas deve ainda comprometer-se com valores que indicam como a paz deve ser alcançada. Como afirmei anteriormente, o comprometimento de Morgenthau com este aspecto do realismo, reveste-se de um caráter específico, na medida em que ele assume como valor que a única solução possível para o problema de como atingir e assegurar uma paz duradoura é através de um Estado Mundial. Na concepção de Morgenthau este Estado Mundial funciona como um fim ideal a ser atingido, um valor ou mesmo um princípio regulador para orientar as políticas e ações práticas das unidades políticas. Além disso serve para elaborar, calibrar e avaliar políticas e estratégias voltadas para resolver os problemas do sistema internacional sempre tendo em vista o propósito de fazer o sistema internacional avançar na direção do estado mundial. Por essa razão, esse seu modelo de realismo classifica-se como universalista de acordo com o critério acima mencionado. Pode-se ver aqui um vislumbre de como a teoria da política internacional combina o aspecto teórico e prático das teorias políticas. As teorias realistas da política internacional contém sempre um propósito prático ou normativo de fornecer regras e normas para a solução de problemas práticos referentes à ordem internacional, e, em particular em ajudar na elaboração de políticas externas de nações que partilham e influenciam nas distribuições de poder no sistema internacional. Outros modelos desta concepção de bastante importância para a discussão sobre o paradigma de Huntington, podem ser encontrados. Um desses seria o de Fukuyama sobre o estado único. A solução do estado mundial de Fukuyama conta com a especificidade que este estado único tem ainda uma outra característica particular: ele é o estado com o sistema político da democracia liberal e a economia de mercado⁴⁶. O outro modelo, o modelo de linha marxista afirma que a solução está na existência de um estado único ou mundial com a diferença fundamental, entre outras, que o seu sistema econômico é o do controle dos meios de produção pelo estado. Ele é um estado planejado. Tanto o modelo de dinâmica do sistema

⁴⁶Fukuyama, [1992]

internacional de Fukuyama quanto o do marxismo são convergentistas. Um outro modelo é aquele que descreve os mesmos componentes acima, mas adiciona que a configuração do equilíbrio e estabilidade do sistema internacional depende da hegemonia de alguns países, quando não de apenas um, os quais são responsáveis pela configuração desse sistema. Os defensores⁴⁷ desta concepção partilham do que se convencionou chamar da teoria da estabilidade hegemônica⁴⁸. Finalmente outro exemplo é o do modelo, ou paradigma, da Guerra Fria, de fundamental interesse para os objetivos desse trabalho. Esse modelo foi construído de acordo com a teoria geral do realismo político. Mas tem algumas diferenças com o realismo de Morgenthau, pois seus formuladores estão comprometidos com uma interpretação particularista, e, não universalista do realismo. Portanto, nesta linha, a solução do estado mundial é rejeitada. A diversidade das nações, dos valores e dos interesses é defendida como um princípio fundamental de organização do sistema internacional. A paz é buscada apenas através do recurso ao método do equilíbrio do poder. O papel das instituições é secundário e coadjuvante, em termos de poder, àquele dos principais países. E não se contempla uma dinâmica/mecanismo de convergência para uma situação de equilíbrio homogêneo. O único mecanismo relevante para a organização de equilíbrio do sistema é o mecanismo do equilíbrio do poder. Os universalistas, por sua vez, como Morgenthau, fazem uso do método do equilíbrio do poder como um mecanismo capaz de manter em cada momento, desta dinâmica de convergência, o sistema internacional em equilíbrio, mas orientada na direção de gerar sistematicamente unidades políticas cada vez mais abrangentes. A seqüência histórica das unidades políticas compostas das cidades Estados, nações-Estados, e atualmente os blocos ou união políticas - como a União Européia - poderia ser interpretada como proporcionando evidência para essa concepção da dinâmica do sistema internacional. Contudo, o objetivo é conduzir o sistema para um estado mundial onde reinaria a paz perpétua. Apenas nesta situação de um estado mundial o mecanismo do equilíbrio do poder seria um instrumento do estado capaz de manter uma paz perpétua. Os particularistas rejeitam essa solução pois reconhecem a diversidade dos valores e dos interesses. Além do mais, eles exigem que essa diversidade seja preservada. Trata-se aqui de um valor básico da concepção realista particularista. A concepção realista vigente na Guerra Fria é a da versão particularista, e, não, como poder-se-ia pensar, aquela de Morgenthau com sua versão universalista moderada. Essa concepção particularista do realismo pode ser denominada teoria ou modelo de Kennan do realismo político⁴⁹. Através dessas considerações gerais pretendo contribuir para a identificação e construção de um modelo do realismo, o de Kennan, como o modelo relevante para o período da Guerra Fria. Isso serve também para chamar a atenção para as diferenças com a teoria de Morgenthau que tem sido apontado como o padrão do realismo moderno. Não é, contudo, um realismo com característica universalista que prevalece na Guerra Fria para construir e coordenar a Guerra Fria. A esse respeito defendo a tese de que Morgenthau procurou construir uma concepção realista como um meio termo entre o idealismo, universalismo puro, e o realismo clássico. Conseqüentemente, ele buscaria combinar elementos do enfoque universalista, extraído da concepção idealista, com elementos da interpretação particularista⁵⁰.

⁴⁷ Kindleberger, [1974], p.305

⁴⁸ Keohane, [1984]

⁴⁹ Esse modelo de Kennan do realismo político não parece ter sido analiticamente construído e mesmo não parece ter sido identificado como um realismo específico. Obviamente, tudo isso, até onde conheço da literatura da área. Contudo, esse modelo parece-me um requisito metodológico importante da reconstrução racional, na linha proposta, da estratégia da contenção clássica.

⁵⁰ Um artigo sobre este tema será publicado em breve, em duas partes, como o título 'Os fundamentos teó-

2.3 O paradigma da guerra fria e a estratégia da contenção

Nesta seção o objetivo é apresentar um esboço da teoria realista da política. Esta teoria constituiria a teoria ou o paradigma, a partir do qual no período da guerra fria foi construído um modelo, ou um [sub] paradigma, o qual Huntington chama de Paradigma da Guerra Fria. Esse modelo/paradigma da Guerra Fria é construído para resolver alguns problemas práticos de política externa. O principal problema é aquele de conter a expansão do poder soviético. Com a metodologia da Teoria da Ciência e com a tese de que a relação entre a política internacional, como teoria política, e a política externa, como política aplicada, deve ser vista de maneira semelhante e análoga à mesma relação que existe entre teoria econômica e políticas econômicas, já mencionada anteriormente, procura-se proporcionar tanto uma reconstrução racional da teoria do realismo vigente no período da Guerra Fria quanto uma reconstrução do paradigma [modelo] da Guerra Fria, como política aplicada, feito a partir deste realismo. É esse modelo que está diretamente voltado para a solução do problema mencionado. A teoria realista da política, vigente no período da Guerra Fria, é, por sua vez, uma instância do quadro teórico geral do realismo discutido na seção anterior. A teoria realista, interpretada como o modelo de Kennan, pode ser considerada como uma instância da concepção geral do realismo, assim um modelo de primeiro nível ou seja um modelo que pode ser construído diretamente da teoria geral por meio da especificação de alguns de seus parâmetros como por exemplo especificando as unidades/entidades políticas básicas e os componentes relevantes do atributo do poder. Por sua vez o Paradigma da Guerra Fria se distingue dessa teoria realista instanciada do realismo político geral mas é construída a partir dela tanto para ajudar a justificar teoricamente a elaboração de uma política de ação - a estratégia da contenção do expansionismo soviético - quanto para coordenar e delimitar a construção e implementação dessa estratégia.

No que diz respeito à teoria do realismo político vigente na época da Guerra Fria - o modelo de Kennan - pode-se afirmar que ela partilha, quanto a seus principais traços, do ponto de vista da ontologia política de todos os elementos realistas acima mencionados, começando pelas teses sobre a realidade do reino político como por exemplo que suas entidades políticas básicas são os indivíduos e que estes indivíduos caracterizam-se em termos políticos pelo atributo ou propriedade fundamental que é o interesse. Além disso, o modelo de Kennan partilha da idéia fundamental do realismo que o interesse é, como um atributo básico das unidades/entidades fundamentais, definido em termos de poder. Desta forma, as relações políticas fundamentais entre essas entidades e, entre seus agregados, são entendidas como relações de poder entre unidades políticas com interesses opostos e conflitantes. Através destas relações de poder as unidades políticas procuram controlar e induzir que as outras unidades comportam-se de acordo com seus interesses. Nesta linha assume-se que as entidades fundamentais, os indivíduos, são considerados como entidades com propósitos, fundamentalmente o propósito de aumentar seu interesse ou poder. Para completar o quadro das características do indivíduo político, o realismo assume que o indivíduo é um agente racional e que, portanto, comporta-se no sentido, segundo o modelo mais difundido, de otimizar seu poder. Em outra tese da interpretação realista da política afirma-se o princípio segundo o qual quaisquer grupos, associações e entidades são composições em última instância, de indivíduos. A composição é, em geral, considerada do ponto de vista agregativo. Essa agregação segundo a qual organi-

ricos do programa do realismo em política internacional: A concepção de Morgenthau'. Uma cópia preliminar encontra-se já em circulação como material de um curso de pós graduação [1996] em política internacional do Departamento de Ciência Política da USP.

zações são construídas a partir dos indivíduos é um dos problemas do realismo político assim como de muitas outras teorias políticas⁵¹. No nível da política internacional esse realismo parece partilhar da maioria dos traços das concepções realistas o que significa afirmar : que as unidades básicas de poder do sistema internacional, as nações-Estados, que o atributo principal desta entidade macro, a nação-Estado, do mesmo modo que para os indivíduos é o interesse, definido em termos de poder, que o poder é multidimensional, portanto, composto de vários fatores de poder. As muitas dimensões do poder são fatores tais como, geografia, capacidade militar, capacidade industrial, demografia, tamanho, etc. No que diz respeito à teoria do comportamento do estado o princípio fundamental é ainda aquele segundo o qual as nações-Estados se comportam racionalmente, por ser como eles interpretam um agregado de indivíduos, o que significa que comportam-se no sentido de maximizar seu interesse ou poder. Ainda assim, o resultado global desta maximização do interesse de cada nação-Estado⁵² para o sistema é considerado ser um estado de equilíbrio. De qualquer modo um problema central no interior deste modelo, como no realismo em geral, é o problema do equilíbrio do poder, da sua estabilidade, da durabilidade e da modalidade deste estado de equilíbrio. Tanto teórica quanto historicamente há evidências de várias configurações possíveis de equilíbrio: hegemônica, bipolar, oligopolística ou multicentrada. A configuração emergente da segunda Guerra Mundial foi a bipolar, centralizada em torno de duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética. Essa configuração substituiu a configuração multipolar na Europa, ainda que, hegemônica globalmente conduzida pela Pax Britannica.

A partir deste duplo enquadramento teórico, o problema, tanto teórico quanto prático, é aquele de elaborar uma política de ação capaz de conter a expansão do poder soviético emergente e evitar que pudesse influenciar e reconfigurar a ordem internacional. A solução desse problema é uma determinada organização do sistema internacional que Huntington chama de Paradigma da Guerra Fria e sua política de ação associada denominada de estratégia da contenção. Na linguagem da metodologia da Teoria da Ciência a unidade epistêmica aqui é o Paradigma [da Guerra Fria]. Caberia portanto, estudar seu objeto, sua natureza, estrutura, dinâmica, método de construção e escolha. Contudo, uma vez que tanto o objeto e a natureza deste paradigma - teoria, ou ainda, modelo - já foram discutidos o objetivo é concentrar-se, então, nos aspectos correspondentes à construção, escolha, estrutura e dinâmica. A primeira coisa a lembrar a respeito dessa unidade epistêmica é que ela está voltada para a atividade de resolver problemas. E, um dos elementos desta atividade é a definição do domínio de suas entidades de poder, às quais, dependendo do problema em questão, pode ser melhor apresentado através da construção de um modelo. Na metodologia da ciência, exatas, naturais e humanas, a atividade de solução de problemas é conduzida com a ajuda da construção de modelos. No entanto, essa noção de modelo pode ter diferentes conotações em diferentes circunstâncias dessa atividade. Agora, essa noção deverá ser mais específica e mais restritiva do que aquela que tem sido usada anteriormente e que relacionava-se a uma instância

⁵¹Nosso programa de pesquisa contempla a análise dos diversos modelos por meio dos quais procura-se resolver esse problema.

⁵²Minha tese é que um dos principais recursos heurísticos tanto para a teoria política quanto para a análise da relação entre teoria política e política aplicada é o modelo econômico. Em particular, a relação entre a teoria econômica e as políticas econômicas. Como ilustração pode-se ver que os modelos realistas tem muita semelhança com os modelos econômicos da firma e do mercado em particular, modelos de organização industrial como aqueles de oligopólios. Assim o método de construção de modelos de explicações em política pode-se beneficiar muito da analogia com a economia. A semelhança mais básica é no entanto com a física. O modelo do equilíbrio do poder é extraído da física mecanicista do século XVII. Esse relação entre teoria política e teoria econômica é o objeto de um outro artigo que deve aparecer em breve.

da teoria. A noção de modelo foi usada no sentido de uma instância de uma teoria geral. Nesse sentido, ela nada mais significava do que uma teoria, no entanto, mais específica onde certos parâmetros da teoria geral foram especificamente definidos. Portanto, nesse caso o modelo não deixa de ser uma teoria apenas que tem afirmado mais informações que a teoria geral. Ilustrações deste aspecto da noção de modelo abundam em ciências naturais como fluidodinâmica ou uma teoria ondulatória da luz onde ambas são teorias ainda que são partes de uma teoria mais geral, a mecânica Newtoniana. O mesmo acontece em economia onde pode-se falar de modelos para teorias mais específicas de teorias gerais. Contudo, no caso presente tem-se uma mudança na noção de modelo. Esta mudança tem a ver com outra etapa da solução de problemas. No caso atual, tendo resolvido a questão do domínio teórico no qual deverá ser discutido o problema da construção da estratégia da contenção. Mas, neste contexto a noção de modelo é ainda mais específica do que aquela anterior, uma vez que está relacionada à construção de um mapa, esquema simplificado, do domínio [o sistema internacional e seus subsistemas] sobre o qual a teoria deve resolver o problema. O modelo é uma construção simplificada das condições relevantes do problema. Novamente, segue-se aqui atitude semelhante àquela de um economista que para resolver um problema de elaboração de políticas de estabilização começa por construir, a partir de uma dada teoria, como a Keynesiana ou a Clássica, um mapa ou esquema simplificado dos aspectos relevantes do domínio no qual a estratégia de política econômica deve ser aplicada. A teoria é aplicada neste modelo do domínio para estudar as relações entre as variáveis relevantes. A partir destas relações pode-se inferir os efeitos em algumas variáveis da mudança em outras dessas variáveis. Com isto pode-se analisar as conseqüências das políticas econômicas. Portanto, neste caso, o modelo é uma simplificação do mundo econômico ao qual aplica-se a teoria. Do mesmo modo, o teórico da política internacional, principalmente os formuladores de política internacional, deve procurar inicialmente identificar a teoria adequada para o problema em questão para apenas então construir o modelo do domínio no qual ele deve aplicar a teoria com a finalidade de extrair resultados relacionados com a realização dos fins pretendidos. Neste quadro metodológico encontra-se nossa maneira de enfocar a formulação de políticas práticas. Com ele definimos a referência para reconstruir racionalmente a estratégia da contenção. Seguindo a agenda deste arcabouço metodológico de formulação da políticas práticas procura-se identificar na estratégia da contenção a escolha da teoria, o modelo e a identificação dos agentes relevantes envolvidos. Identificada a teoria procura-se identificar, através dela as variáveis relevantes do problema e suas relações. Em seguida cabe reconstruir o modelo ou o mapa simplificando o sistema internacional em torno dos aspectos relevantes do problema. Este modelo do sistema internacional é aquele ao qual deve-se aplicar a teoria com o objetivo de formular a política prática que resolve o problema e, por aqui, permitir uma simulação de como essa política prática poderia atingir os objetivos propostos. No caso, a política prática é a estratégia da contenção. Na estratégia da contenção o modelo ou o mapa do mundo político é aquele do sistema internacional dividido em três mundos. Em dois destes três mundos estão os dois principais agentes envolvidos com a contenção. Em torno destes dois agentes temos o Primeiro e o segundo Mundo. Além destes dois mundos temos um Terceiro Mundo que define o domínio no qual o equilíbrio do poder é mais especificamente aplicado. Agora, o modelo da Guerra Fria, segundo o realismo político, contempla que, apesar do sistema internacional ser constituído de nações-Estados e que todas essas unidades tenham interesses específicos, no entanto, para o objetivo da elaboração das estratégias de poder, como a estratégia da contenção da União Soviética, algumas unidades ou regiões do sistema internacional contam, no cálculo de poder, mais do que outras. De acordo com este aspecto, o modelo reconhece

que do ponto de vista do cálculo de poder o equilíbrio do poder é o resultado de interesses opostos e conflitantes de poder entre as duas unidades principais de poder: Os Estados Unidos e a emergente União Soviética. Conseqüentemente a configuração do poder tende para a bipolar. Mais do que isso, o modelo reconhece que estes dois países são os representantes de dois grupos de nações com valores e características bastante homogêneas. O primeiro grupo liderado pelos Estados Unidos constitui o Primeiro Mundo o qual partilha dos valores de uma democracia liberal e mecanismo de mercado para alocar recursos enquanto o segundo grupo liderado pela União Soviética constitui o Segundo Mundo. O resto das nações formam um Terceiro Mundo, no qual ocorre de maneira mais concreta o conflito do poder. Esse modelo do realismo político do sistema internacional formulado pelos Estados Unidos como país hegemônico reconhece como o propósito fundamental de seu interesses nacional aquele de conter a expansão de poder da União Soviética e evitar que ela influencie e reconfigure a seu favor a estrutura e a ordem internacional. Os formuladores deste modelo político, que constitui o cenário sobre o qual a estratégia da contenção deve ser construída, recusam, devido a seus compromissos realistas, a interpretação universalista do realismo. Eles recusam que este problema possa ser resolvido por meio de instituições internacionais, e, desta forma, por meios legalistas, ou seja por meio do apelo às leis internacionais. Neste sentido não apenas o realismo é escolhido como a teoria, em lugar do idealismo, para conduzir a construção, mas dentro da corrente realista, uma das duas vertentes é selecionada, a saber, aquela denominada de particularista. Assim, para eles a solução que é consistente com seus valores é aquela que responde à ótica dos interesses nacionais à crença na diversidade dos valores e ao mecanismo do equilíbrio do poder como método de alocação de poder entre as nações para estabelecer um equilíbrio de poder real. De acordo com essa posição particularista, representada por Kennan, é estabelecido os dois principais coordenadores da estratégia da contenção do ponto de vista dos interesses americanos.

Esses princípios coordenadores estabelecidos por Kennan⁵³ tem a finalidade de proporcionar guias gerais para a formulação tanto de política externa quanto de política doméstica americana mas conectados ao objetivo e ao princípio maior da contenção. Eles consistem em

- proteger a segurança da nação de unidades de poder externas.
- desenvolver e implementar o bem-estar da população americana.

Estes dois princípios desempenham o papel de definir de maneira mais explícita e mais operacional quais são as condições necessárias para empreender a estratégia da contenção. Como afirmei acima, a elaboração e implementação destes objetivos de política externa quanto de política doméstica voltadas para operacionalizar o objetivo último da contenção deve ser feita, segundo Kennan, a partir da interpretação particularista do realismo e não da interpretação universalista. Para Kennan o enfoque universalista não é, com a sua crença na possibilidade das instituições estabelecerem harmonia entre potências hostis e na solução legalista para os interesses conflitantes, o enfoque mais adequado para os interesses americanos. Como diz Gaddis a respeito da posição de Kennan,

O interesse nacional seria melhor servido não por tentar reestruturar a ordem internacional - a solução "universalista" - mas através da abordagem particularista de tentar manter equilíbrio dentro dela, tal que nenhum país, ou grupos de países, poderia dominá-la.⁵⁴

⁵³Gaddis, [1982]

⁵⁴Gaddis, [1982], p. 29

Kennan⁵⁵ reivindica a abordagem particularista como a mais adequada aos propósitos e interesses americanos por oposição à posição Universalista da União Soviética com seu compromisso de realizar um Estado Mundial socialista. Este aspecto é uma das muitas semelhanças entre a estratégia da contenção como pensava Kennan e o subjacente esboço de uma estratégia da contenção que Huntington parece estar propondo.

Vinculado a essa abordagem está, como Kennan afirmava, o fato que a questão da segurança nacional dependia fundamentalmente da habilidade de estabelecer um equilíbrio de poder entre as forças hostis e não dependentes do mundo⁵⁶. Portanto, a natureza da abordagem particularista encontra-se intimamente ligada a um forte compromisso com a aplicação do método do equilíbrio do poder. Esta concepção é adequada para organizar as relações de poder entre as unidades com interesses opostos e conflitantes assim como para aceitar a diversidade de valores e de interesses das unidades políticas. O conjunto destas políticas de ação que os Estados Unidos desenvolvem para operacionalizar a estratégia da contenção forma como eu interpreto o que se denomina um regime internacional⁵⁷. Pode-se dizer, então, que a formulação da estratégia da contenção acabou por gerar um sistema de princípios, normas e regras que definiu um sistema gerenciando o sistema internacional. Este conjunto de regras, normas e princípios são freqüentemente constituídos como uma instituição ou organização e por definição uma organização ou instituição é um sistema de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão. No entanto, não é necessário que se tenha a institucionalização do regime para se ter um regime. Esses princípios, regras e normas podem operar de maneira tácita sem estarem institucionalizados em torno de uma organização.

2.4 A estratégia da contenção e regimes internacionais

Como diz Krasner, regimes podem ser definidos como

principles, norms, rules and decision making procedures around which actor expectations converge in a given issue-área in international relations⁵⁸

A noção de regime internacional é outro dos recursos metodológicos ao qual recorro como adequado para reconstruir a organização do sistema internacional gerado pela estratégia da contenção e expresso por Huntington como o Paradigma da Guerra Fria. Essa noção permite afirmar que o modelo da Guerra Fria gerou um modelo de regime internacional cuja função foi gerenciar o comportamento dos países do sistema internacional em função dos objetivos da estratégia da contenção. Portanto, consideramos que a estratégia da contenção deu origem a um modelo de regime internacional como um sistema organizado em torno de sistema de princípios e regras tácitas, instituições e organizações entendidas, por sua vez, como sistemas de princípios, de regras e normas, e procedimentos de tomada de decisão, cujo função era prescrever padrões de condutas ou comportamentos dos agentes com o objetivo de realizar os fins da estratégia da contenção que era o de evitar a expansão da União Soviética⁵⁹. Esta metodologia do regime internacional serve para expressar, organizar e condensar parte dos

⁵⁵Gaddis, [1982], p. 28-30

⁵⁶Gaddis, [1982] p. 29

⁵⁷Krasner, [1983B]

⁵⁸Krasner, [1983B], p. 1

⁵⁹Keohane, [1989] p. 3

resultados e dos objetivos de uma construção metodológica conduzida pela metodologia da Teoria da Ciência e voltada para reconstruir e construir formulações de políticas práticas e resolver problemas a elas associadas. No nosso caso, o resultado da solução do problema específico de como conter a expansão do poder soviético foi a formulação de um regime internacional. Este regime deve ser entendido, como afirmei acima, como a construção de um conjunto de princípios, regras, instituições, organismos e organizações voltadas para operacionalizar e realizar a função que é de evitar a expansão do poder soviético e o controle por parte dele dos membros, organismos e instituições do sistema internacional. Além disso, o regime assim construído, como resultado da estratégia da contenção, deve ser interpretado como um instrumento voltado para minimizar as incertezas relacionadas com a realização dos fins propostos e tornar, portanto, mais racional e sistemático o alcance destes fins. Certamente, o papel das flutuações e portanto das incertezas é incomparavelmente maior no sistema internacional do que no estado-Nação uma vez que não existe um estado mundial capaz de coordenar e organizar as relações entre os membros deste sistema, cujo papel é desempenhado pelo Estado no caso de um país. O estado de natureza do sistema internacional é gerador de intensas flutuações. Como não dispomos de um estado federal capaz de empreender ações políticas com a finalidade de minimizá-las, a alternativa é por uma coordenação internacional regida por meio de regimes internacionais tácitos ou instituídos. O regime desempenha o papel de um elemento intermediário entre as condições que definem o sistema internacional, as variáveis estruturais e a distribuição de poder, e os resultados que se pretendem obter neste sistema, no caso, a expansão do poder soviético, os quais, em geral, são expectativas sujeitas a grandes flutuações e incertezas. Um modelo geral da estrutura básica de um regime⁶⁰, pode ser expresso como sendo,

Variáveis estruturais → Regimes [princípios, regras e normas] → Resultados.

Este modelo básico de regime é associado à idéia de uma função ou de um mecanismo cuja papel é transformar entradas (inputs) em saídas (outputs), portanto, mecanismos que visam ter controle dos efeitos [políticos e econômicos] que podem ocorrer a partir da manipulação das principais variáveis que definem o sistema. Como diz Keohane,

International regimes are intermediate factors between the power structure of an international system and the political and economic bargaining that takes place within it.⁶¹

No caso discutido, da estratégia da contenção clássica, as variáveis estruturais do sistema internacional são aquelas relacionadas com a distribuição de poder [estrutura de poder do sistema internacional], portanto, com a configuração de equilíbrio bipolar de poder, enquanto o componente resultado ou objetivo é aquele de procurar evitar que um dos pólos de poder do sistema internacional, a União Soviética, realize o propósito de continuar expandindo seu poder, e, por aqui, romper o equilíbrio do poder do sistema internacional que foi método escolhido pelos elaboradores do regime da contenção clássica, os Estados Unidos, para organizar as relações entre os países nesta ordem internacional. O objetivo é evitar que por meio desta expansão de poder, ela alcançasse os meios de controlar a ordem internacional, podendo, assim, reconfigurá-la em seu benefício e por aqui realizar o seu objetivo de construir sua proposta de um estado universal socialista. Do mesmo modo, isto seria conduzido por meio da

⁶⁰Krasner, [1983B]

⁶¹Keohane, [1977], p. 21

construção de um regime cuja função é aquela de homogeneizar o sistema internacional à sua imagem com uma economia de produção socialista, em lugar da economia de mercado e um modelo político oposto àquele da democracia liberal.

No que diz respeito à descrição dos componentes de um regime internacional como um fator intermediário ligando variáveis e resultados, pode-se dizer que consiste num conjunto de princípios, regras e normas, aglutinados ou não em torno de instituições, organismos ou organizações, cuja função é aquela de operacionalizar a busca dos resultados, submetido às restrições e às condições dadas pelas variáveis estruturais, e, portanto, às condições do sistema internacional. Com este aparato, um regime internacional permite, na ausência de um estado federal mundial, introduzir suficiente coordenação entre parte dos membros do sistema internacional ajudando com isto aplainar as dificuldades e as flutuações em suas inúmeras e complexas relações proporcionando, assim, maior estabilidade e unicidade de propósito para o conjunto destes membros de parte do sistema. E, isso é essencial quanto aos propósitos de uma estratégia da contenção requerendo máxima concentração de esforços para evitar a expansão de poder de uma unidade política que ameaça a ordem e o equilíbrio do sistema internacional. Contudo, não vamos entrar aqui em maiores detalhes acerca de modelos mais sofisticados e sobre estruturas mais finas da estrutura básica dos regimes. Ainda assim é preciso mencionar que a construção, conduzida pela interpretação realista do sistema internacional, de uma ordem internacional na forma de um regime internacional, como aquele da contenção clássica, que é explicitado pelo aparato metodológico acompanhando a noção de regime, acaba por alterar a natureza mais pura do modelo original do realismo político que se pretendia vigente na Guerra Fria: a sua natureza particularista. Essa natureza particularista do modelo original realista dos engenheiros políticos da estratégia da contenção contemplava, em sua forma mais pura, a idéia de um realismo totalmente centrado no estado, conduzindo por si mesmo as relações com os demais países, sem a intermediação de instituições e organizações independentes, como ainda querem certos teóricos contemporâneos do realismo⁶², entre eles Huntington. No entanto, a construção do regime da contenção clássica, por engenheiros políticos que firmemente partilhavam o credo particularista, levou à elaboração de poderosos princípios, instituições e organizações que já competem com as nações-Estados em importância na influência dos eventos internacionais, e, por aqui, levou estes realistas puros ao desconforto teórico de ter de partilhar da idéia que regimes são outros agentes importantes, junto com o estado, do sistema internacional. Como comentário adicional, pode-se mencionar que regimes dão origem a estruturas as quais por sua vez acabam por impor fortes vínculos e restrições ao comportamento do estado no sistema internacional. Neste contexto, a nação-Estado, que é a principal entidade do sistema internacional, tem seu comportamento limitado por condições externas a ele impostas, por exemplo, pela estrutura do sistema internacional, representada pela distribuição e configuração de poder e, mesmo pelas instituições, valores e regras internacionais, e, não apenas por seus interesses e pelo mecanismo puro do equilíbrio do poder, como quer o realista particularista. Sob estas considerações, pode-se reformular a estrutura da racionalidade que governa o comportamento do Estado colocando-a em novos termos, ou seja, assumindo, agora, que esta entidade procura maximizar seu interesse representada em termos de poder, mas submetido às restrições do sistema internacional que são impostas por suas estruturas e configurações de poder. No entanto, com algumas adaptações pode-se compatibilizar esta interpretação em termos realistas, mesmo para os realistas particularistas, dado que essas instituições e os vínculos externos são passí-

⁶²Strange, [1983]; Huntington, [1993]

veis de serem interpretadas como governamentais, pois são construídas e controladas, ainda, em sua maioria, pelo estado, portanto, em princípio servindo aos seus interesses. Mas, obviamente, ainda que agências governamentais, elas acabam funcionando como restrições ao comportamento do Estado pois, enquanto agências internacionais são obrigadas a assumir e compartilhar princípios e regras internacionais, pois disto depende sua reputação e credibilidade, essencial para a efetividade de sua ação. Por um lado, essa interpretação realista das instituições internacionais é reforçada pelas evidências que os regimes são, em geral, acordos formais entre estados. No entanto, por outro lado, proliferam também exemplos de muitas instituições e organizações não governamentais cujas evidências demonstram seu crescente poder sobre o comportamento dos estados, funcionando portanto, como verdadeiros vínculos a este comportamento⁶³.

Apesar da noção de regime introduzida acima já permitir contribuir para uma reconstrução racional da estratégia da contenção com alguns detalhes, ainda assim ela requer que estes elementos sejam completados com outros, também de caráter teórico, para torná-la ainda mais operacional. O primeiro desses elementos é a idéia que o sistema de interações construído entre os agentes [o estado e suas organizações] internacionais pode ser melhor examinado decompondo-o analiticamente em dois elementos: a estrutura e o processo [dinâmica]. A estrutura de um sistema de interações refere-se à distribuição de poder [interações] entre as suas unidades⁶⁴ enquanto o processo [dinâmica] refere-se ao mecanismo pelo qual o sistema altera, modifica, evolui em suas configurações de poder. O processo é o mecanismo de barganha ou alocativo, dentro da estrutura [de interações] de poder, de poder. Mas, como sabemos, os regimes internacionais, enquanto princípios, normas e normas que regem o sistema internacional estão longe de serem adequados para assegurarem que seus objetivos e funções sejam eficientemente implementadas como aquelas do sistema político doméstico. Uma vez que as instituições e organizações a elas associadas não são nem autônomas e nem poderosas, pois a maioria delas são apenas agências governamentais, portanto submetidas aos interesses nacionais, em particular dos interesses nacionais dos países com maior alocação de poder. Ainda assim, pela situação de estado de natureza no qual se encontra o sistema internacional, a presença destes “clusters” de regras e normas torna-se imprescindível para conduzir um processo de coordenação entre tantos interesses opostos e conflitantes. Com isso, essas instituições servem para amortecer as flutuações e as incertezas inerentes a um sistema de unidades com interesses opostos sem coordenação externa. Os regimes tornam acessível e administrável os propósitos das estratégias formuladas para o sistema de unidades políticas⁶⁵. Quanto aos conceitos que aparecem repetidamente na definição de regime, entende-se, por exemplo, por princípios, “crenças de fatos, causalidade e retitude”. Assim, os princípios estão voltados para definir a natureza do regime. No caso presente, o princípio é o da contenção da expansão do poder Soviético. É este princípio que define a organização quase total do sistema internacional após Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, normas referem-se “ aos padrões de comportamento definido em termos de obrigações e direitos gerais”. Assim, discussão presente, norma é o conjunto de critérios gerais que define os aspectos gerais do comportamento dos membros do Primeiro Mundo em suas relações com os membros do Segundo Mundo. Num nível ainda menos universal, portanto, mais operacional, temos as regras que são entendidas como “ prescrições e proscricções mais específicas com referência ao comportamento”. E, finalmente, por procedimentos de tomada de decisão,

⁶³Keohane, [1977], p. 20

⁶⁴Keohane, [1977]

⁶⁵Keohane, [1977], p. 19

entende-se as “práticas utilizadas para fazer e implementar escolhas coletivas”⁶⁶.

A articulação destes conceitos para reconstruir a estratégia da contenção permite, por exemplo, identificar o princípio fundamental do que chamaríamos do Regime da Guerra Fria como aquele definindo a própria natureza da política americana, tanto sua política externa quanto sua política doméstica, e, por isso, encontrando-se no próprio núcleo da estratégia da contenção: a contenção da expansão do poder soviético. Este princípio foi formulado por Kennan em seu famoso artigo onde assinou como um certo Mr. X. Segundo ele esse principal objetivo da política externa americana, um objetivo normativo, devia ser uma

long-term, patient but firm and vigilant containment of Russian expansive tendencies.⁶⁷

Vamos denominar este princípio de princípio [P1]. O significado deste princípio, definindo a natureza da estratégia da contenção, é comentada e esclarecida por Gaddis. Ele diz que,

“Containment,” the term generally used to characterize America policy toward the Soviet Union during the postwar era, can be seen as a series of attempts to deal with the consequences of that World War II Faustian bargain: the idea has been to prevent the Soviet Union from using the power and position it won as a result of that conflict to reshape the postwar international order, a prospect that has seemed, in the West, no less dangerous than what Germany or Japan might have done had they had the chance.⁶⁸

Assim, o princípio da contenção pode ser ainda mais claramente explicitado por meio de um outro princípio, [P2] o qual afirma que, parafraseando Kennan,

- P2: o objetivo é a contenção da União Soviética no sentido de evitar que ela faça uso de sua capacidade de poder e da sua posição no sistema internacional para influir e reconfigurar este sistema em seu benefício e ao mesmo tempo de evitar que ela expanda seu poder.

Segundo Kennan, os Estados Unidos deveriam operacionalizar, na minha reconstrução desta estratégia, esse princípio através de dois outros princípios num nível um pouco mais inferior e que fariam a conexão com os dois principais domínios da atividade política da contenção: a área da segurança militar e a área da segurança social. Os dois princípios, regulando estas áreas, podem ser formulados como se segue:

- P3: proteger a segurança da nação de unidades de poder externas
- P4: desenvolver e implementar tanto o bem-estar da população americana quanto das nações geopoliticamente importantes.

Com estes dois princípios identificam-se as áreas através das quais pode-se mais adequadamente otimizar o poder americano no sistema internacional como parte da estratégia da contenção. Avançando na organização desta reconstrução, pode-se formular ainda um outro princípio, [P5]. Este princípio afirma que os fatores de coordenação da contenção são os

⁶⁶Krasner, [1983B]

⁶⁷Kennan, [1967], p. 304

⁶⁸Gaddis, [1982], p. 4

de ordem militar e geopolítica e que o objetivo supremo do interesse nacional é a segurança nacional.

Com este princípio, [P5], é expresso o que se entendia, então, pelos elementos determinantes e relevantes do poder, a capacidade militar e a segurança geopolítica, e pelo objetivo supremo do interesse nacional: a segurança nacional. Tal princípio afirma, assim, explicitamente,

- P5 que a segurança da nação é o objetivo predominante e que a geopolítica é o mais importante instrumento na elaboração das estratégias da contenção.

Com tal clareza este princípio serve de guia para operacionalizar a construção de políticas de ação relacionadas com a contenção. Este princípio poderia ser considerado o mais básico de todos, portanto, como o princípio [PO], exceto pela particularidade histórica de considerar como o instrumento mais importante da segurança, o geopolítico.

No entanto, apesar dos objetivos militares serem os dominantes, o sucesso destes objetivos é visto depender, no modelo de Kennan, de enormes quantidades de recursos econômicos escassos. Desta forma, neste modelo, procura-se escolher e implementar estratégias de contenção ainda que submetidas às limitações de ordem econômica. Isto requer que as estratégias devam ser implementadas levando em conta processos de decisão que permitam otimizar a distribuição destes recursos escassos, ainda que, de tal modo a não colocar em risco a realização dos fins propostos. Além disso, a avaliação correta e adequada dos recursos envolvidos na construção e implementação das estratégias de contenção deve incluir além das restrições econômicas aquelas de natureza política. Um dos elementos principais da dimensão política, no modelo de Kennan, da estratégia da contenção é aquele dado pelo princípio [P4], enquanto um dos elementos da dimensão econômica é o princípio segundo o qual os recursos para a implementação da estratégia da contenção são recursos escassos. Portanto, se por um lado o princípio de segurança é o princípio coordenador da estratégia da contenção, por outro lado, ele deve estar sujeito às restrições da administração de recursos escassos [P6], que envolvem as dimensões políticas e econômicas. Numa reconstrução racional do modelo de Kennan pode-se perceber que ele tinha consciência clara de que a implementação da estratégia da contenção em todas as áreas geopoliticamente importantes demandaria uma quantidade impossível de recursos humanos, políticos e militares. Portanto, que a construção e implementação desta estratégia deveria ser feita segundo outros princípios que, apenas, aqueles de ordem de segurança militar: em particular, segundo princípios, de ordem econômica, sobre como administrar recursos escassos e princípios, políticos, sobre as características, políticas, tanto, da sociedade americana quanto da comunidade internacional [democracia liberal e economia de mercado]. As evidências mostram que Kennan transformou o uso e a alocação de recursos escassos num dos importantes vínculos da formulação da estratégia da contenção. Esse vínculo é expresso, claramente, por ele, quando afirma que,

The problems of this world are deeper, more involved, and more stubborn than many of us realize. The limitations on [what] this nation, or any other, single nation, can accomplish with that margin of its energies and material production which it can afford to devote to outside affairs are greater than we are often inclined to remember. It is imperative, therefore, that we economize with our limited resources and that we apply them where we feel that they will do the most good.⁶⁹

⁶⁹Gaddis, [1982], p. 31

Esse princípio - que define uma importante restrição no processo de elaboração da estratégia - demanda então o estabelecimento de escolhas e prioridades tanto nos objetivos quanto nos meios para realizá-los. Ele leva por exemplo a especificar a questão da segurança como prioridade e a seleção e escolha de regiões e alianças preferenciais aos interesses americanos. Entre eles, temos aqui a origem do modelo dos três mundos do Paradigma da Guerra Fria ou seja que nem todas as regiões importam igualmente para os interesses americanos na estratégia da contenção. No que diz respeito às normas, pode-se mencionar que elas são recomendações gerais, formando um conjunto que delinea o comportamento geral tanto dos membros do Primeiro Mundo em sua relação àqueles do Segundo Mundo quanto também do Terceiro Mundo. Como exemplos de regras⁷⁰ pode-se citar as inúmeras regras estipuladas pela política americana diretamente ou através das instituições construídas no interior do paradigma da Guerra Fria regulando a ajuda e empréstimos aos países do Terceiro Mundo. Outro exemplo são as regras e procedimentos exigidos pela política externa americana das companhias transnacionais para operarem fora dos Estados Unidos e observando os princípios de segurança relacionados à estratégia da contenção. Entre essas regras estão aquelas que definem ou demarcam países entre o Primeiro e o Terceiro mundo. Quando aos processos de tomadas de decisões, pode-se citar os diversos encontros de rotina entre os sete principais países num grupo denominado G-7. Outra prática de tomada de decisão são os diversos grupos que funcionam nas diversas instituições, referentes a diferentes temas do sistema internacional, coordenando os comportamentos de seus membros e estipulando os critérios de sua participação como membros da instituição. No que diz respeito à estrutura deste regime, ela pode ser delineada da seguinte maneira. A implementação desta estratégia/princípio, dentro da interpretação particularista, ocorreu dentro de uma partição pré-estabelecida do sistema internacional em grupos de países que se identificavam de maneira conclusiva por um ou pelo outro lado destes dois países em conflito e satisfaziam os critérios de interesses vitais. Assim, a estratégia da contenção tem como ponto de partida o claro reconhecimento de que há dois mundos e não apenas um único como pensavam os Estados Unidos quase no final da segunda Guerra Mundial. E, talvez, se reconhecia também um pouco mais, que estes dois mundos estavam aí para ficar, isso ao menos na interpretação de Kennan. Nesta interpretação o objetivo deveria ser aquele de um equilíbrio de poder entre eles em lugar de tentar restaurar a existência de um único mundo⁷¹. Foi através dessas linhas que a abordagem de Kennan da estratégia da contenção traçou os contornos do sistema internacional em torno de dois países, de suas zonas de influência e seus interesses vitais. Isso definiu uma topologia do sistema internacional numa configuração inicial de dois Mundos, portanto, bipolar. Aqueles à margem desta escolha, por não preencherem o critério que os classificaria como interesses vitais, constituíram o Terceiro Mundo. Contudo, o terceiro mundo acabou também por tornar-se peça importante no desenvolvimento estratégico deste conflito, pois, este globalizou-se e o terceiro mundo estabeleceu-se como o cenário, propriamente dito, onde este conflito se desenrolou. Desta forma, a estrutura deste regime é composta desses três mundos, apesar da distribuição de poder definir a configuração de poder como bipolar. O método do equilíbrio do poder foi mais utilizado, em particular, para este grupo de países do Terceiro Mundo, que por sua freqüente instabilidade e fragilidade econômica, política e social, poderia ser cooptado por um ou pelo outro lado. Assim, pode-se dizer que o Paradigma da Guerra Fria, ou o regime internacional da estratégia da contenção, acabou por construir um modelo do sistema internacional que decompõe este sistema como composto de três mundos. Esses três mundos são

⁷⁰Koehane, [1977], p.20

⁷¹Gaddis, [1982], p. 57

agregados de países. O Primeiro Mundo refere-se a um grupo de países que adota como sistema político a democracia liberal, e a economia, o modelo de mercado. Esses países são em geral prósperos tanto econômico quanto socialmente e diz-se que eles pertencem ao Mundo livre, liderados pelos Estados Unidos. Por outro lado, os países do bloco comunista são denominados de Segundo Mundo e se caracterizam por apresentarem economia planejada e estatal, um sistema político fechado, e, tendo como líder hegemônico a União Soviética. Os demais países são classificados como pertencentes ao Terceiro Mundo e, são em geral pobres, emergentes em termos de independência política, com sistema político não consolidado portanto sujeitos a grandes flutuações, sistema econômico indefinido e também sujeitos a grandes flutuações. Quanto ao processo desse regime, ele é o mecanismo de equilíbrio de poder. O mecanismo através do qual as unidades de poder estabelecem suas interações de alocação e barganha de poder e de certo modo sua interdependência. Como mencionei anteriormente esta escolha do mecanismo de alocação de poder decorre da adoção, por Kennan, da abordagem particularista do realismo, em lugar da interpretação universalista a qual poderia ter como mecanismo, por exemplo, instituições internacionais. O método do equilíbrio do poder, como o processo ou a dinâmica do Paradigma é usado para distribuir, alocar, avaliar e barganhar poder entre as unidades. Ele aparece assim, como o meio de estabelecer a interrelação entre essas unidades em conflito e portanto, como o meio de operacionalizar a contenção da expansão da União Soviética. O conjunto do mecanismo do equilíbrio do poder com a descrição acima dos três mundos, como estrutura de capacidade e distribuição de poder, compõe a primeira parte da construção deste regime internacional como um componente do Paradigma da Guerra Fria.

O Paradigma da Guerra Fria é assim, um modelo [instância], ou, para não fugir da linguagem de Huntington, um subparadigma do realismo político, uma vez que identifica como as unidades políticas fundamentais do sistema internacional, não apenas as nações Estados, mas, antes, grupos, agregados de países. Esses grupos, ou mundos, tem interesses opostos e conflitantes. A natureza das relações entre eles é a relação de poder. Os fatores fundamentais que determinam o poder destes grupos são, o militar, o econômico e o ideológico. Mas, basicamente ela é uma relação de poder militar/ideológico. O método utilizado pelas unidades políticas conflitantes, para caracterizar suas relações e barganhas de poder no sistema internacional, é o método do equilíbrio do poder.

Do ponto de vista dos Estados Unidos, o objetivo é evitar que a União Soviética, e seu grupo, o Segundo Mundo, desenvolva qualquer ascendência de poder ou preponderância em qualquer parte do sistema internacional, e portanto sua capacidade para influenciar, de maneira decisiva, a ordem e a configuração internacional. Neste aspecto a política não privilegia a tentativa de buscar integração ou harmonia com a outra parte. E, muito menos se pretende que esse conflito de interesses seja resolvido por instituições e leis internacionais, o que significa implicitamente abdicar de sua soberania nacional, sobre a qual está assentada toda a política particularista do interesse nacional. No entanto, isto não significa reduzir a estratégia da contenção à questão militar. Ao contrário, a proposta de Kennan pretende que a estratégia da contenção para ser eficaz, do ponto de vista da racionalidade da administração de recursos escassos, deva se desenrolar em diferentes níveis, em particular, no nível econômico e político.

O objetivo é o estabelecimento, no plano militar, de um equilíbrio militar entre o Primeiro e o Segundo Mundo uma vez que a União Soviética desenvolveu, durante a Segunda Guerra Mundial, um poderio militar com ajuda do Ocidente capaz, aparentemente, de confrontar o poderio militar dos Estados Unidos, e portanto, do resto do mundo dado que a Europa estava

completamente destruída. Contudo, é fundamental apontar que o Plano Marshal para a Europa e o projeto de desenvolvimento e modernização do Japão são estratégias não militares da estratégia da contenção. E, isto significa que a estratégia da contenção foi concebida num espectro muito mais amplo do que o militar.

Assim a articulação e implementação desta estratégia da contenção, na interpretação de Kennan, leva ao recorte do sistema internacional em três principais agentes que constituem os três mundos e tem o mecanismo do equilíbrio do poder como o mecanismo adequado de alocação e barganha de poder entre estes mundos e entre as unidades compondo esses mundos. Além disso, esta estratégia leva à formação, do meu ponto de vista, de um regime internacional que regula as relações das nações do Primeiro Mundo, e daquelas do Terceiro Mundo vinculadas ao Primeiro, com o Segundo Mundo. Este regime internacional além de conter o princípio coordenador desta estratégia da contenção, o qual consiste no objetivo de conter a expansão de poder da União Soviética, compõe-se ainda de um conjunto de regras e normas voltado para a operacionalização deste princípio na sua aplicação ao comportamento das nações em suas relações com aqueles do Segundo Mundo.

Uma das primeiras regras da estratégia da contenção - com características predominantemente geopolíticas e que é identificada para operacionalizar o princípio básico da estratégia da contenção - é extraída da concepção da geopolítica de Mackinder. Essa regra afirma que :

nenhuma das “ rimlands” do mundo poderia estar segura se o “ heartland” da Eurásia estivesse sob a dominação de uma única potência hostil⁷².

Com esta regra, a operacionalização da estratégia da contenção inicia-se pela identificação das áreas onde tal política deveria ser aplicada. Como o “heartland” consistia, quase toda ela, da União Soviética ou era por ela controlada, o objetivo era, então, defender os “rimlands”. Na seqüência desta regra, uma outra - também fundamental- deve ser instituída com a função de definir o espaço no qual procura-se identificar estas regiões e atribuir pesos a elas, pesos que representam o grau de interesse vital e riscos para os interesses nacionais. A formulação de políticas de ação por parte dos Estados Unidos proporcionou duas versões desta regra. A primeira versão assume que todas as regiões dos “rimlands” tinham o mesmo peso para o interesse nacional, ou eram de igual importância⁷³. Portanto, a política de ação que se segue daqui é que a intervenção dos Estados Unidos deve se dar em qualquer região onde ocorrer uma ameaça para o equilíbrio de poder. A segunda versão desta regra consiste em atribuir diferentes pesos e selecionar prioridades entre essas regiões dos “rimlands”. Esta versão foi chamada de “ strongpoint defense”⁷⁴ e significa que a estratégia da contenção deveria se concentrar na defesa de algumas regiões selecionadas e não de todas elas. Interpreto como sendo a argumentação por trás desta versão aquela de uma teoria da escolha racional assentada na eleição da dimensão econômica como determinante para se empreender avaliações de políticas de ação. O uso da dimensão econômica no processo de avaliação dos meios para realizar certos fins assume como postulado básico que os recursos são limitados e escassos. E, portanto, o que se segue é que se os recursos são limitados e escassos então prioridades devem ser selecionadas e estabelecidas. Essas duas versões da regra praticamente dominaram a formulação das políticas externas americana. Em geral pode-se dizer que os republicanos e conservadores optaram pela seleção de prioridades enquanto os democratas,

⁷²Gaddis, [1982]

⁷³Gaddis, [1982]

⁷⁴Gaddis, [1982]

e liberais, no sentido americano, optaram pela igualdade de importância das regiões⁷⁵. Numa estrutura mais fina de análise das regras pode-se entrar em maiores detalhes quando a elaboração dos critérios para estabelecer as prioridades ou como escolher as áreas de interesse vital, e, distinguí-las das de interesse apenas marginal para o interesse nacional americano. Com isto poder-se-ia lapidar e implementar a distinção entre regras, normas e princípios num regime, no entanto, o objetivo não é o de detalhes nesse artigo, mas apenas de combinar esses recursos. Agora, essas duas versões da regra encontram-se nas reflexões de Kennan sobre a estratégia da contenção. No entanto, Kennan acabou por optar pela última versão apesar de ter flertado inicialmente com a primeira versão. Pode-se dizer que, talvez a opção definitiva de Kennan pela última versão ocorreu quando pôde enquadrá-la numa organização teórica mais racional e consistente e que tinha as considerações econômicas como prioridade na avaliação das políticas de ação.

Na seqüência da aplicação desta noção para a política internacional pode-se ver como esse regime internacional de segurança da Guerra Fria deu origem a organizações voltadas para sua implementação e operacionalização. Em particular, ele deu origem a uma organização específica cuja função estava totalmente voltada para coordenar e operar as relações de segurança com a União Soviética. Essa organização é a Organização do tratado do Atlântico Norte [OTAN]. Esse tratado foi assinado em abril de 1949 e estabelecia as obrigações de cada membro e do grupo no caso de um ataque contra qualquer um de seus membros.

Neste enfoque do Paradigma da Guerra Fria, com a linguagem metodológica de Huntington, pode-se afirmar que os principais exemplares das explicações realistas são aquelas feitas sobre as guerras da Coreia e do Vietnã, da divisão de Berlim, da crise de Cuba e, mesmo, do conflito árabe. O padrão de explicação de tais eventos, segundo esse paradigma, tem como característica predominante o fato de que estes eventos internacionais devem ser originados por questões de ordem ideológica/militar, sempre como resultado das fricções de poder entre os membros destes dois grupos com interesses opostos e conflitantes. Essas fricções decorrem da intenção dos pólos de poder de alterar as posições relativas de seu poder no sistema de equilíbrio do poder regional e mesmo global do sistema internacional, procurando sempre uma posição de preponderância e mesmo de hegemonia. Neste contexto, do padrão de explicação, pode-se apontar que uma importante anomalia para este Paradigma seria um evento que tem sistematicamente resistido a este tipo explicação no interior desse paradigma. Um exemplo deste tipo de anomalia seria o conflito sino-soviético. Tal conflito surge como uma anomalia pois ambos países encontram-se, em princípio, no mesmo mundo, com características ideológicas semelhantes e, assim, partilhariam, portanto, de um conjunto comum de valores, objetivos e interesses, como caracterizado na definição do Segundo Mundo. No entanto, se tal conflito resiste, por um lado, à explicação do subparadigma da guerra fria, por outro lado, é importante advertir que ele pode ser explicado pelo padrão de explicação do paradigma matriz do realismo político. Neste paradigma matriz, do realismo político, sem o modelo dos três mundos, ou seja, sem o subparadigma da Guerra Fria, ele seria explicado em termos do conflito natural de poder entre dois países que tem interesses nacionais opostos e objetivam maximizar seus fatores de poder. Deste ponto de vista, pode-se interpretar que as ideologias, que contribuem com uma das características de explicação do subparadigma da guerra fria, tendem a mascarar os interesses mais básicos de poder das unidades políticas: os interesses nacionais⁷⁶.

⁷⁵Gaddis, [1982]

⁷⁶Morgenthau, [1947]

Apesar da linha central da estratégia da contenção ser coordenada pela questão da segurança militar o regime gerado pelo Modelo/Paradigma da Guerra Fria não refere-se apenas a esse aspecto o qual se articulava predominantemente em torno de princípios e regras geopolíticas e políticas armamentistas e de desarmamentos. Ao contrário, a estratégia da contenção deu origem a muitos outros regimes e organizações que não estão relacionados diretamente com a questão militar, ainda que estão relacionados com a questão da segurança do sistema internacional em relação à expansão da União Soviética. Como disse anteriormente, a questão da segurança foi entendida por Kennan num sentido mais amplo do que a questão militar. É neste sentido mais amplo da estratégia da contenção que deve ser pensado o Plano Marshal e a ajuda ao Japão. A questão da estratégia da contenção da União Soviética exigiu a recuperação econômica e política da Europa e do Japão como meio mais rápido e eficaz de organizar e elaborar uma providencial aliança de firme resistência aos projetos soviéticos. Contudo, no final da Segunda Guerra Mundial quando os planos da União Soviética ainda não eram claros em termos de política de poder os planos dos aliados para a Alemanha na Europa e Japão na Ásia não eram exatamente aqueles de proporcionar recuperação econômica via industrialização, uma vez que raciocinavam a partir de um outro modelo da distribuição de poder no sistema internacional. Segundo esse modelo a questão do equilíbrio de poder no sistema internacional era ainda pensada em termos das configurações clássicas de equilíbrio de poder tanto na Europa quanto na Ásia, apesar de que estava claro que os Estados Unidos apareciam agora como o novo poder hegemônico global em lugar da Inglaterra. Esse era o Modelo Unipolar com os Estados Unidos como poder hegemônico. Nesse modelo, os Estados Unidos seriam o fiel do equilíbrio em cada das regiões do sistema internacional. Em particular na Europa e na Ásia. Na Europa o equilíbrio do poder era ainda visto como determinado preponderantemente pelos três países. Agora, como a Alemanha tinha ameaçado esse equilíbrio duas vezes seguidas em poucos anos, o objetivo era então evitar que isso voltasse a ocorrer. Isso seria feito através da manutenção de sua capacidade de poder em níveis administráveis. A lógica do poder não parecia contemplar a alternativa da industrialização como forma de atingir esse objetivo. O mesmo ocorria na Ásia onde o Japão aparecia como fator de desestabilização do equilíbrio de poder. Tanto a China como o Pacífico apareciam como regiões naturais de sua expansão de poder. O mesmo meio parecia a alternativa adequada. No entanto, tão logo tornaram-se claros os objetivos da União Soviética dois anos depois da Segunda Guerra Mundial, com sua política de recusa de autonomia política para os países do Leste Europeu. Quando ficou claro que os objetivos da União Soviética eram o de manter uma Europa dividida com domínio sobre o Leste Europeu, e, também, com expansão para o Oriente Médio, no Irã, a percepção quanto do papel a ser desempenhado pela União Soviética mudou rapidamente. Com a exigência de uma Europa dividida emergiu um novo modelo de distribuição de poder no sistema internacional a partir do qual os cálculos de poder passariam a ser computados e avaliados. Emergiu o modelo bipolar do sistema internacional com um dos pólos nos Estados Unidos e o outro na União Soviética. Aceitou-se a tese de que o sistema internacional estava dividido em dois Mundos ⁷⁷. Esta percepção consolidou-se em 1948 com o golpe comunista de Estado na Checoslováquia e o Bloqueio de Berlim Ocidental no mesmo ano. Na mesma época, na Ásia a revolução Chinesa levou, definitivamente, os aliados, em particular os Estados Unidos, a repensar o papel e o futuro do Japão na Ásia de uma maneira diferente do que se estava pensando no modelo do mundo único. Como evidência que no final da Guerra não se contemplava um modelo bipolar tem-se a rápida desmobilização dos

⁷⁷Graebner, [1977], p. 7-33

Aliados, e, em particular, dos Estados Unidos de um contingente de 12 milhões de homens em 1945 para 1.5 milhões em 1947 sem qualquer sensação de insegurança. Muitos dados reforçam a idéia que a percepção, por parte dos Aliados, com respeito à União Soviética era de que não teria uma política de expansão de poder capaz de ameaçar globalmente o sistema internacional ainda que já se sabia da importância que tinha e teria no novo sistema internacional. Nesta percepção os projetos iniciais dos Aliados tanto para o Japão e a Alemanha tiveram que mudar. As mudanças decorreram da decisão, a partir do novo modelo, agora, bipolar, de construir uma aliança militar, política e econômica forte o suficiente para contrabalançar o poderio Soviético em expansão. Ou seja, essa mudança levou à construção do Primeiro Mundo, ou seja de um conjunto de nações partilhando de um conjunto comum de valores, objetivos e compromissos, e com condições política, econômica e militar para conter o desafio e a ameaça da expansão da União Soviética. A coordenação da construção e funcionamento desse Primeiro Mundo foi feita à imagem de como funcionaria um imenso país, pois uma das principais estratégias para enfrentar uma ameaça é combatê-la unida e organizadamente. Da mesma maneira que uma país contém várias instâncias e portanto é regido por várias organizações e instituições, do mesmo modo, o Primeiro Mundo foi construído. A estratégia natural era então de transformar esta aliança em várias áreas que podem, do meu ponto de vista, entendidas como organizadas em torno de regimes, cada um deles regendo uma área. E, tendo, o regime da contenção como o regime coordenador desses outros regimes. Os regimes e as organizações internacionais a elas associadas foram elaboradas para coordenar e organizar este conjunto de nações em uma unidade onde os conflitos e interesses opostos poderiam ser administrados e mantidos de tal modo a não afetar o objetivo fundamental. Nesse sentido pode-se falar de regimes militares através dos inúmeros tratados que foram elaborados entre os membros desse mundo; pode-se falar também de um regime de pagamentos que coordenava as relações financeiras entre esses países. Além disso, temos um regime comercial que cuidava das relações comerciais entre eles. Associados a esses regimes surgiram muitas organizações internacionais para coordenar e operacionalizar esses regimes, entre eles temos o FMI e o GATT. Agora, muitos destes regimes passaram a coordenar as relações entre estados que estavam além da esfera do Primeiro Mundo, e que envolviam os três Mundos. Em mais detalhe pode-se dizer que entre os diversos regimes, construídos neste período, relacionados direta ou indiretamente à questão da segurança do sistema internacional, temos o regime monetário internacional conhecido como o acordo de Bretton Woods cujo objetivo era organizar e regular o sistema de pagamento internacional, em torno de um regime de taxas fixas, com a criação de instituições, como instrumentos governamentais e não instituições privadas, que zelassem pela operacionalidade deste sistema. As duas organizações internacionais mencionadas acima foram criadas pelo acordo de Bretton Woods. O FMI tinha por objetivo zelar pela funcionalidade financeira do regime do padrão ouro que estabelecia as regras do sistema de pagamento internacional. Enquanto o GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio, zelaria pelo comércio de bens no sistema internacional. Cada um destes aspectos do sistema de pagamentos formavam eles mesmo regimes, regimes monetário e comercial. Em particular, a preocupação era com o desequilíbrio da balança de pagamentos, o qual deveria ser controlado pelo sistema de Breton Woods. O FMI ajudaria, através de financiamento, a resolver os problemas temporários do desequilíbrio da balança de pagamentos. Todos esses aspectos de políticas de ação entre os países estão relacionados direta ou indiretamente com o paradigma da Guerra Fria e, em geral, eram supervisionados pelos princípios básicos da estratégia da contenção, que eram de natureza predominantemente militar.

No entanto, deixando os detalhes acerca do Paradigma da Guerra Fria, de como ele teria sido construído, e de como a partir dele uma ordem internacional foi construída - aspecto fundamental para a nossa tese de que Huntington procura construir um novo modelo de poder no sistema internacional e uma nova estratégia da contenção, ambos em substituição ao paradigma da Guerra Fria e à estratégia da contenção - é preciso, agora, apontar que se trata de uma engenharia social, à semelhança de um política de estabilização em economia, de grande sucesso do ponto de vista da realização dos objetivos propostos. Mas, que, entretanto, acumulou ao longo do tempo grandes problemas e dificuldades que resistiram às soluções permitidas pelo paradigma da Guerra Fria e seus modelos de distribuição de poder.

Assim, resumindo, pode-se dizer com Huntington, apoiado na história das teorias da política internacional, que o paradigma da Guerra Fria,

1. proporcionou os fundamentos teóricos para elaborar e avaliar as mais importantes explicações dos eventos globais do sistema internacional pós-Segunda Guerra Mundial.
2. constituiu não apenas o fundamento teórico da nova ordem internacional pós-guerra, mas, por essa mesma razão proporcionou a matriz teórica, da qual se inferiu, normas, princípios, estratégias para nortear as políticas internacionais e configurações institucionais que moldaram, construíram, governaram e, ainda, governam a organização do sistema internacional.
3. no entanto, não explicava tudo o que acontecia na política mundial. Por isso, conviveu sempre, como todo paradigma, com algumas anomalias, entre elas, o conflito entre a China e a União Soviética.

Agora, esse problemas e anomalias foram se acumulando e portanto levantando dúvidas quanto à eficácia do paradigma de proporcionar solução para esses problemas. É assim que reconhece-se que desde a década de 60 o paradigma da Guerra Fria estava sendo sistemática e lentamente solapado em suas principais bases⁷⁸ como, por exemplo, aquela da aceitação incontestada da hegemonia Americana com a qual confundia-se a própria natureza da Guerra Fria. Essa hegemonia começou a ser desafiada na área econômica. O rápido crescimento da economia japonesa e a crescente ascensão da economia Européia, assim como sua unificação, representam o surgimento de economias em competição com a Americana, por mercados. A economia Americana, que detinha praticamente 50% do PIB mundial após a Segunda Guerra Mundial, começou a ter estes valores sistematicamente reduzidos até a ordem de 25%, agora, na década de 90. Isto significa que seu papel incontestado de coordenador e organizador da ordem internacional, pelo menos no que diz respeito ao Primeiro Mundo, e sua capacidade de intervenção em qualquer parte do globo começou a ter mais limitações práticas devido a uma maior escassez de recursos econômicos. Além disso, a ascensão econômica e comercial destes países e de outros geraram uma crescente interdependência entre eles, o que, por sua vez, gerou demandas por maiores cooperações. Com o aumento da economia destes países e as conseqüentes necessidades de um número cada vez maior de mercados, eles começaram a pressionar por políticas mais liberais com os países do Segundo Mundo. Essas novas realidades econômicas e comerciais a partir da década de 60 estavam em conflito com o regime elaborado pelo paradigma da Guerra Fria, com seus princípios, regras e normas formulados, a partir de considerações militares e geopolíticas, para lidar com os países do Segundo Mundo.

⁷⁸Keohane, [1984]

Estas regras, normas e princípios entravavam e impediam o desenvolvimento dessas relações comerciais em nome da segurança do mundo livre. Outros exemplos de anomalias, surgidas das novas realidades econômicas, para este paradigma, são tanto os problemas decorrentes do gasoduto entre a União Soviética e a Europa no meio da década de 80. Os diversos problemas que as firmas japonesas enfrentaram ao tentarem estabelecer vendas comerciais envolvendo tecnologias eletrônicas com a União Soviética quanto as dificuldades dos acordos de venda e compra de produtos agrícolas entre os Estados Unidos e a União Soviética, e do mesmo modo a Argentina. Portanto, o desenho da estratégia da contenção e o regime de política internacional elaborada na década de 40 e adequada para a realidade dos países neste período encontrou-se sob pesadas críticas, quando o desenvolvimento tanto político quanto econômico colocou as diversas nações destes três supostos independentes mundos em situação de crescente interdependência, no caso, tanto comercial, quanto política e econômica. E, essa interdependência passou a requerer mais cooperação entre esses países. Nada disso parecia ajustar ao regime da ordem internacional da Guerra Fria, a qual teve de sofrer mudanças, contudo, de natureza ad hoc, uma vez que a natureza deste regime era a contenção, e, esta contenção não contemplava a cooperação. A partir da década de 80, as dificuldades políticas e econômicas de cooperação entre estes dois mundos, o crescente uso da tecnologia como fator de aumento da eficiência do sistema econômico através da diminuição de custos e aumento de produtividade, assim como a disseminação e a sofisticação dos sistemas de comunicação começaram a tornar inviáveis os fechados, como aqueles do Segundo Mundo. No final da década de 80 e começo da década de 90 finalmente o Segundo Mundo colapsou.

Com o colapso de sua economia e de seu sistema político a União Soviética decompôs-se em seus estados membros e deixou de existir como uma unidade e agente político no sistema internacional. Deste colapso emergiu a Rússia como uma nova unidade política de projeção de poder internacional, no entanto, com capacidade de poder inferior àquela da União Soviética. Agora, a Rússia deu demonstrações bastante claras de adotar os valores políticos e econômicos do que se chamava Primeiro Mundo. O mesmo se deu com seus aliados, muito dos quais tinham ainda maiores proximidades com a Europa ocidental, e se tornaram ou podem tornar-se membros do Mercado Comum Europeu, tais como a Polônia, a Hungria e a Eslováquia, entre outros.

Assim com este colapso, tanto o Paradigma da Guerra Fria quanto a estratégia associada da contenção perde naturalmente todo o seu objetivo político: a contenção da União Soviética. Essa unidade política deixou de existir. Mais do que isso, tanto o paradigma da Guerra Fria quanto o regime internacional a ele associado tornaram-se inadequados e obsoletos pois não só o objetivo tinha desaparecido, mas também as novas realidades políticas e econômicas que emergiram estavam demandando outros tipos de regimes internacionais que deveriam ser ajustados agora a outros valores.

Contudo, alertaria um realista, mas, não um idealista, apesar de desaparecido as características ideológicas e, aparentemente aquelas da segurança militar com que se identificava todos os eventos globais contemporâneos não desapareceram os conflitos. Ao contrário, afirmaria o realista Huntington, a remoção dos conflitos de ordem ideológica vão tornar visíveis outros tipos de conflitos e interesses opostos. Esses novos conflitos dizem respeito a questões mais básicas das relações políticas entre os indivíduos e agregados de indivíduos e, portanto, na sua lógica serão mais violentos e mais difíceis de serem acomodados através dos métodos conhecidos. A União Soviética, e também a Iugoslávia, é o cenário tanto do desaparecimento das características dos antigos conflitos quanto das características emergentes dos eventos e conflitos globais que devem dominar, agora, o sistema internacional: os conflitos civilizacionais

ou de natureza cultural.

Pode-se assim dizer, de acordo com Huntington, que o paradigma da Guerra Fria pós queda do Muro de Berlim mostra-se totalmente inadequado tanto para explicar através de seus pressupostos, fundamentos e recursos teóricos as novas espécies de eventos e conflitos globais e internacionais contemporâneos, quanto, por esta mesma razão, para gerir e administrar, através da sua engenharia e tecnologia social, de suas instituições, valores, objetivos e princípios essas novas espécies de conflitos contemporâneos, quais sejam, os conflitos entre religiões, culturas, etnias e valores, os quais Huntington chama de conflitos civilizacionais. Em particular, mostra-se inadequado e incapaz de ajudar a formular novas estratégias e produzir engenharias sociais com o objetivo de reorganizar e construir novos arranjos institucionais de poder do sistema internacional que possam ser capazes de fazer frente ao expansionismo das novas unidades emergentes de poder do sistema internacional.

O arranjo das alianças e o cômputo do poder da antiga ordem internacional da Guerra Fria equacionou a questão do equilíbrio do poder em termos de unidades políticas sob a ótica da questão ideológica e não civilizacional. Isto significa que o cômputo e a distribuição do poder sob a ótica civilizacional a qual assenta-se sobre diferentes unidades políticas de poder podem levar a configurações e distribuições de poder as quais podem deslocar o centro do poder para fora do mundo ocidental. Este deslocamento do centro do poder para fora do mundo ocidental poderia decorrer de uma, agora visível, graças à ótica civilizacional, expansão destas novas unidades emergentes de poder. Do ponto de vista civilizacional não poder-se-ia apontar a emergência, em termos de poder, da civilização muçulmana e a confuciana? O que estas novas unidades políticas civilizacionais significam em termos da ordem internacional? E, em termos de relações de poder? Cabe, no sistema internacional atual, considerar e avaliar a engenharia e a distribuição do poder em termos destas novas unidades políticas ou manter a perspectiva das tradicionais unidades políticas, ou seja, as nações-Estados?

3 O paradigma das civilizações: o aspecto teórico.

Nesta seção analisa-se a proposta de Huntington de um novo paradigma da política internacional e, principalmente, analisa-se o problema da natureza e do alcance de sua crítica ao que ele chama de paradigma da Guerra Fria. Além disso, analisa-se sua proposta de um novo paradigma em substituição a este outro. Como diz Huntington quanto ao objetivo de seu paradigma,

“Choque das Civilizações?” é uma tentativa de esboçar os elementos de um paradigma pós-Guerra Fria.⁷⁹

Contudo, além de abordar estes temas, analisa-se as conseqüências, extraídas deste novo paradigma, para as políticas domésticas e políticas externas. Estas últimas comprometidas com a engenharia da ordem e configuração do sistema internacional.

A principal tese que defendo é que o objetivo principal de Huntington é um objetivo normativo antes que teórico. Ele consiste em propor a necessidade da elaboração de uma nova estratégia de contenção em substituição à estratégia da contenção que foi elaborada no interior do paradigma da Guerra Fria e estava voltada para a contenção da expansão soviética. Em conseqüência desta tese e da interpretação que Huntington partilharia de uma abordagem

⁷⁹Huntington [1994B], p. 170

racional e objetiva da política externa pode-se afirmar que o próprio objetivo de elaboração teórica de um novo paradigma⁸⁰ decorre de seu compromisso com este fim normativo da elaboração de uma nova estratégia da contenção, agora voltada para a manutenção e equilíbrio de poder entre a civilização ocidental e as unidades civilizacionais emergentes em termos de poder como a muçulmana e a confuciana.

Huntington percebe inicialmente a expansão de poder de novos agrupamentos que podem formar potencialmente alianças naturais devido ao fato de partilharem certas características de homogeneidade, em particular, aquela, que é a mais básica, isto é a civilizacional. Creio também que ele percebe que muitos dos conflitos internacionais, na sua base, já refletem as fricções entre estas características, como o conflito Israel-Árabe. Sua percepção é que a política e o sistema mundial estão entrando numa nova fase cuja natureza todas as propostas de análise falham em capturar: a dimensão cultural e civilizacional. Nesta fase conflitos globais deixaram de ser fundamentalmente de natureza militar, ideológica e mesmo econômica para manifestarem-se como conflitos de natureza civilizacional.

Em seguida, sua percepção é de que isto pode reconfigurar o sistema internacional não em mundos como o Paradigma da Guerra Fria, com seus três mundos, mas, em civilizações. E o resultado desta reconfiguração é o desafio ao poder da civilização ocidental a qual tem não apenas configurado mas gerido a ordem mundial exceto por pequenos períodos onde sofreu algumas ranhaduras. Daí, segue-se, talvez, a necessidade da elaboração de estratégias de contenção voltadas, agora, para estas unidades civilizacionais que podem ameaçar os sistemas de equilíbrio de poder nas diversas regiões do globo e, deslocar o centro do poder do sistema internacional da civilização ocidental para elas. Como no caso da estratégia da contenção da expansão soviética esta nova estratégia requer, pelo compromisso de Huntington com a ponto de vista racionalista em teoria política, uma fundamentação teórica. Essa fundamentação teórica significa, para Huntington, um novo paradigma denominado, por ele, de o paradigma do "Choque das Civilizações?".

Seguindo à distância a metodologia da Teoria da Ciência para organizar nossa discussão acerca de Huntington, começo por sintetizar os objetivos de Huntington em duas teses axiológicas, através das quais expresso o que penso ser os principais valores e fins com os quais Huntington está comprometido⁸¹. Como primeira tese axiológica da proposta de Huntington [TAF1], tese axiológica de fins, pode-se afirmar que ele está comprometido com construir uma concepção da natureza do sistema internacional que atribua ao elemento cultural a característica determinante da natureza das relações internacionais e que identifique as unidades políticas que melhor expressem essas naturezas culturais. Esta primeira tese axiológica refere-se ao aspecto positivo e teórico da concepção a ser construída.

A outra tese axiológica [TAV1], axiologia de valores, afirma que o propósito fundamental segundo Huntington de um novo paradigma ou modelo do sistema internacional, propósito de ordem prática antes do que teórica, consiste em resolver o problema de elaborar uma estratégia ou uma política voltada para a defesa, proteção e preservação da civilização [cultura] ocidental e dos valores ocidentais no sistema internacional contemporâneo.

Esta segunda tese axiológica referiria-se ao aspecto normativo da concepção a ser construída sobre a natureza do sistema internacional. Como afirmei anteriormente, minha tese é que o objetivo de ordem prática / normativa domina e constitui o principal objetivo de Huntington. Enquanto que o objetivo teórico, ou seja, aquele de proporcionar os fundamentos teóricos

⁸⁰ Esta proposta da fundamentação teórica do Paradigma do "Choque de Civilizações?" foi discutida em Chiappin, [1994]

⁸¹ Apresento aqui um resumo desta discussão feita em Chiappin [1994]

da nova natureza do sistema internacional é buscado com a finalidade de proporcionar fundamentação teórica para a necessidade da elaboração de uma nova estratégia de contenção. A fundamentação teórica do paradigma do “Choque das Civilizações?” é a base de uma solução objetiva e racional para esse seu problema prático.

Na perseguição da realização ou solução do primeiro objetivo, ou seja o de elaborar uma nova concepção da natureza do sistema internacional que aponte para o aspecto cultural como o determinante das relações internacionais Huntington elaborou, aparentemente pretendendo desafiar as tradições realistas e neoliberais, o que ele chama de Paradigma do “Choques das Civilizações?” e que denomino de paradigma das Civilizações.

A natureza deste paradigma é que os conflitos globais deixaram de ser fundamentalmente de natureza militar, ideológica e mesmo econômica para manifestarem-se como conflitos de natureza civilizacional. As dimensões relevantes são entre as outras a cultural e civilizacional.

Com a reconstrução racional da proposta de Huntington do paradigma “Choque das Civilizações?”, percebe-se que tal paradigma faz certas pressuposições básicas que parecem se opor ao realismo político moderno assim como à proposta do programa neoliberal institucionalista⁸². Entre elas, pode-se citar aquelas tais como: os principais eventos globais ou conflitos não são mais fundamentalmente de natureza ideológica/militar nem mesmo de natureza econômica mas tem características culturais e civilizacionais;

Como diz Huntington,

Minha tese é a de que a fonte fundamental de conflito nesse novo mundo não será essencialmente ideológica ou essencialmente econômica. As grandes divisões na humanidade e a fonte predominante de conflito serão de ordem cultural.⁸³

A outra tese é de que as entidades básicas do sistema internacional não são mais nem as unidades políticas nações-Estados nem os blocos econômicos ou outros atores transnacionais mas agrupamentos do qual o mais básico e o qual permite a mais abrangente demarcação entre os indivíduos é a unidade política civilização. Como afirma Huntington,

As nações-Estados continuarão a ser os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas os principais conflitos ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações... O conflito entre civilizações vai caracterizar a fase mais recente da evolução dos conflitos no mundo moderno.⁸⁴

Assim nesta concepção os principais conflitos internacionais contemporâneos são interpretados como conflitos entre civilizações e não entre Estados ou blocos econômicos como consideravam as concepções anteriores e, tem antes uma característica cultural do que ideológica, militar ou econômica. Quanto à questão do apoio empírico a esta proposta pode-se afirmar que ela tem recebido forte apoio das evidências empíricas que indicam que um crescente número de eventos e conflitos globais tem características marcadamente culturais e religiosas ou envolvendo costumes. Conflitos que vão desde aqueles na Bósnia, passando pelos atos terroristas nos Estados Unidos, na França, nos países Árabes, nas grandes manifestações políticas como a última do movimento negro da marcha de um milhão de homens, nas manifestações do fundamentalismo em todas as religiões, em particular, na islâmica, nos choques

⁸²Keohane, [1988]

⁸³Huntington. [1994A], p. 120

⁸⁴Huntington, [1994A], p.120

tribais na África, na revolta dos grupos étnicos na Ásia, tal como aquelas no Butão, Bangladesh e na Índia. Na América Latina pode-se citar o problema dos rebeldes indígenas em Chiapas, um estado mexicano. Na América do Norte, o movimento separatista do Canadá é o fato mais relevante. Esses são apenas alguns dos conflitos que estão aparecendo no sistema internacional com características fundamentalmente civilizacionais, isto é, culturais e religiosas.

Por tratar-se de uma proposta de um novo paradigma, Huntington mostra algum cuidado, ainda que insuficiente como depois aponto, em esclarecer seus componentes e traços distintivos. Como apontei acima, Huntington, procura, em particular esclarecer e identificar tanto a nova unidade básica da política internacional quanto seu atributo e característica principal, juntamente com a natureza das relações entre essas unidades. Em contraste ao paradigma das nações-Estados que fazia destas entidades os “principais agentes dos acontecimentos globais”⁸⁵, o paradigma das civilizações identifica como sua unidade básica a entidade cultural civilização. Ao mesmo tempo, aponta que essa entidade civilização tem como característica principal, o elemento cultural. Ela é uma entidade essencialmente caracterizada pela cultura, antes de ser uma entidade militar, ideológica ou econômica, como no outro paradigma.

Como diz Huntington,

Quanto falamos em civilização, o que queremos dizer? Uma civilização é uma entidade cultural.⁸⁶

Agora, numa estrutura mais fina, portanto, microscópica, esta entidade cultural é melhor caracterizada por suas múltiplas dimensões culturais, isto é, a língua, a religião, a história, instituições, os costumes, ...etc. Novamente, como diz ele, numa tentativa de explicitar os componentes teóricos de sua proposta,

[A civilização] define-se por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições, e também pela auto-identificação subjetiva dos povos.⁸⁷

Portanto, na proposta de Huntington, o agente principal do sistema internacional, dentre todas as outras as unidades políticas, é a civilização, uma unidade mais básica, portanto mais abrangente, que mais precisamente caracteriza este sistema cultural multidimensional. Ela é o epicentro das relações de poder mais fundamentais do sistema internacional contemporâneo, e, por esta mesma razão, aquela que vai determinar, através de seus movimentos ou deslocamento, tanto as destruições das antigas quando a construção das novas configurações de poder e, desta forma, o novo arranjo institucional do sistema internacional. A clivagem civilizacional deve estabelecer o nível mais geral de identificação de um indivíduo, grupo, comunidade ou nação. Ela deve substituir dessa forma o critério da nacionalidade. E por isso mesmo deve formar a mais abrangente unidade política do sistema internacional. Por essa razão consiste no meio mais básico através do qual pode-se estabelecer linhas demarcatórias entre indivíduos. Indivíduos serão identificados mais basicamente pela unidade civilizacional a que pertencem. As dimensões culturais de que partilham os identificarão civilizacionalmente. Nesta hierarquia de identificação de indivíduos, Huntington lembra que mais básico que a demarcação cultural temos apenas a separação entre indivíduos e outras espécies. E ele sintetiza esses aspectos de sua proposta ao afirmar que a civilização é

⁸⁵ Huntington, [1994A], p.122

⁸⁶ Huntington, [1994A], p.121

⁸⁷ Huntington, [1994A], p.12-122

o mais amplo agrupamento cultural de pessoas e o mais abrangente nível de identidade cultural que se verifica entre os homens, excetuando-se aquele que distingue os seres humanos das demais espécies. Define-se por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições e também pela auto-identificação subjetiva dos povos⁸⁸.

E, nesse quadro de conflitos civilizacionais a questão da identificação civilizacional vai tornar-se cada vez mais importante, principalmente, relacionado com as implicações para formulações de política de poder. Ao contrário dos Estados, as unidades civilizacionais são em pequeno número, em sete ou oito civilizações. Essa discussão pode ser enquadrada no nível do que chamo de Lógica da Ciência. Neste nível discute-se o aspecto metodológico do paradigma. Em particular, os critérios para identificar os membros das civilizações, os critérios, regras, técnicas e métodos para construir e operar as explicações civilizacionais. Começando com a preocupação de determinar critérios para identificar a unidade civilizacional, segundo Huntington,

A identidade das civilizações será cada vez mais importante no futuro, e o mundo, em grande medida, será moldado pelas interações entre sete ou oito grandes civilizações: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslava ortodoxa, latino-americana e, possivelmente, a africana. Os conflitos mais significativos do futuro vão ocorrer ao longo das linhas de cisão cultural que separam cada uma dessas civilizações.⁸⁹

Desta forma, tem-se uma nova característica identificadora dos indivíduos, além daquelas da nacionalidade, da religião e dos costumes. Ela é uma identificação macro mais adequada aos eventos globais. Essa identificação macro é uma superposição de várias identificações micro, entre elas, a nacionalidade, que acaba por localizar o indivíduo numa civilização particular. É assim que, Huntington diz que, agora,

As pessoas têm vários níveis de identidade: um morador de Roma pode se definir em graus de intensidade como romano, italiano, católico, cristão, europeu, ocidental. A civilização ao qual pertence é o nível mais amplo de identificação com a qual ele se identifica intensamente.⁹⁰

No entanto, essa identificação das unidades políticas, entre elas os indivíduos, pelas características civilizacionais não são perenes mas sujeitas a modificações, embora mais lentas que as outras características tais como a militar, econômica e ideológica. De qualquer forma, Huntington aceita que,

As pessoas podem e costumam redefinir suas identidades e, em consequência disso, a composição e as fronteiras das civilizações sofrem modificações.⁹¹

Essa interpretação de Huntington da dinâmica das civilizações é importante para as implicações políticas deste paradigma na formulação de políticas de poder, como veremos na

⁸⁸Huntington, [1994A], p. 121

⁸⁹Huntington, [1994A], p.122

⁹⁰Huntington, [1994A]

⁹¹Huntington, [1994A], p.122

última seção. Assim uma das alternativas das não-ocidentais na relação com o Ocidente é tornarem-se Ocidentais. Políticas voltadas para cooptarem países divididos quanto à civilização serão importantes na estratégia de poder entre as civilizações. Do mesmo modo que a estratégia da contenção do poder soviético associado com a Guerra Fria contemplava a cooptação de países do Terceiro Mundo para o Primeiro Mundo, no conflito das civilizações também contempla-se esta estratégia. Países como a Turquia e a Arábia Saudita são fundamentais nesta questão dos conflitos de civilizações uma vez que se classificam como países divididos e formam fronteiras de contenção importantes. Esses países devem ser cooptados como parte desta estratégia da contenção. Em particular, eles constituirão, provavelmente, o cenário em que o conflito civilizacional se dará de maneira mais intensa, representando, para o (sub)paradigma das civilizações, o que o terceiro mundo representava para o (sub)paradigma da guerra fria: o terreno em que a batalha será travada de maneira mais visível e intensa. Em face dessas estratégias de poder, critérios de identificação civilizacional de países são também importantes. Além do mais, como as fronteiras entre civilizações são mutáveis ainda que lentas, deve-se ter critérios para saber em que condições a redefinição civilizacional pode ocorrer. Portanto, é devido a estes aspectos que Huntington procura resolver a questão teórica da identidade civilizacional. Ele diz,

Para redefinir sua identidade civilizacional, um país dividido precisa cumprir três condições. Primeiro, sua elite política e econômica, de maneira geral, precisa apoiar com entusiasmo essa redefinição. Segundo, sua opinião pública tem de estar inclinada a concordar com ela. Terceiro, os grupos dominantes na civilização da qual viria a fazer parte têm de estar dispostos a aceitar a conversão.⁹²

Como mencionei acima, Turquia, Arábia Saudita e Rússia são três países que desempenharão um papel fundamental neste choque de civilizações por estarem na linha de cisão entre o Ocidente e o Mundo Islâmico. Segundo Huntington, a Turquia tem as duas primeiras condições satisfeitas, mas não a terceira. Esta indecisão pode fazer com que a Turquia incline-se mais para a civilização islâmica, principalmente agora, que com a pulverização da União Soviética, abre-se um grande espaço de poder para que ela retome sua papel histórico de liderança na região.

Uma vez esclarecido os critérios de identificação da unidade civilizacional e de redefinição da identidade civilizacional é importante entender o papel desta nova entidade política, a civilização, na dinâmica histórica. Segundo Huntington a civilização não é apenas um agente dos eventos globais contemporâneos, mas - depois de apontar que a presença das nações-Estados como a unidade básica dos principais (sub) paradigmas do paradigma do realismo político é apenas muito recente na história, e assim, de certa forma, reduzida quando vista da perspectiva de toda a história da humanidade - uma unidade que tem estado presente e agindo ativamente ao longo de toda a história da humanidade. Por circunstâncias históricas as suas manifestações têm sido abafadas tanto pelas outras unidades políticas quanto pela predominância das outras dimensões, tais como, as dimensões militares, econômicas e ideológicas nas relações de poder, por serem compreendidas, talvez, como características mais comuns das nações-Estados. Portanto, segundo Huntington a história humana é ou tem sido, no seu sentido mais abrangente, uma história das civilizações. Esse aspecto lembra muito Toynbee, de onde, certamente, em meu ponto de vista, Huntington extraiu muito de suas idéias e rejei-

⁹²Huntington, [1994A], p.136

tou muitas outras, principalmente aquelas que Toynbee⁹³ partilha com o idealismo, em particular a solução do problema da paz permanente através da realização de um estado mundial. Ainda que, diferentemente dos idealistas clássicos, por meio de um processo histórico de convergência. No entanto, se as manifestações destas civilizações no passado recente tem sido desconsideradas por quaisquer que sejam os motivos, o fato é que no mundo contemporâneo, principalmente após a queda do muro de Berlim, elas emergem, para Huntington, inquestionavelmente, como os novos agentes do sistema internacional e devem moldar e determinar cada vez mais no futuro, a configuração e o arranjo institucional do sistema internacional, o papel de suas instituições, os novos agrupamentos e as alianças de poder. Não deve-se esquecer que a história recente das Nações-Estados é a história das nações-Estados ocidentais, responsáveis pela organização e configuração do sistema internacional moderno. Isto significa que a civilização ocidental, através das mais poderosas nações-Estados do sistema internacional, tem sido o agente da política de poder do sistema internacional. As nações-Estados da civilização Ocidental contêm a predominância da capacidade militar, econômica e mesmo cultural do sistema internacional. Ela fez uso deste poder para construir, organizar e controlar o arranjo institucional do sistema internacional. Além disso, ela faz uso deste próprio arranjo de poder para continuar exercendo seu papel. E, ainda, agora, como diz Huntington,

Exceto pelo Japão, o Ocidente não enfrenta desafio econômico. Domina as instituições políticas e de segurança internacional, e junto com o Japão, as instituições econômicas internacionais. As questões de política e segurança global são efetivamente decididas por um conselho formado pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França; As questões econômicas, por um conselho... O Ocidente, de fato, está usando as instituições internacionais, o poder militar e os recursos econômicos para dirigir o mundo de modo a preservar o domínio ocidental, proteger os interesses ocidentais e promover valores políticos e econômicos ocidentais.⁹⁴

No entanto, entende Huntington que com o colapso do Muro de Berlim como simbolizando a crise e destruição da matriz institucional do paradigma da Guerra Fria - formada por um sistema de valores, crenças, princípios e estratégias, com os quais o sistema internacional atual foi construído - emerge uma outra matriz institucional identificada agora por valores civilizacionais, portanto, mais profunda e que parece determinar a anterior. A principal consequência da emergência desta matriz civilizacional - formando um novo paradigma pois indica novos tipos de problemas e meios de solucioná-los - é a indicação que

O eixo central da política mundial no futuro tende a ser, na frase de Kishore Mahbubani, o conflito entre "o Ocidente e o Resto", e as respostas das civilizações não-ocidentais ao poderio e aos valores do Ocidente.⁹⁵

A pressuposição da emergência desta nova matriz paradigmática, exprimindo um conflito de poder sobre novas unidades políticas de poder, requer do ponto de vista de seus elaboradores novas estratégias de contenção voltadas para articular as relações de poder entre a civilização ocidental e as não ocidentais, principalmente com relação àquelas capazes de impor ameaças ao predomínio do poder pelo ocidente nos últimos milênios. Discutiremos este aspecto prático de maneira mais elaborada numa das seções seguintes.

⁹³Toynbee,[1957]

⁹⁴Huntington [1994A], p. 133

⁹⁵Huntington, [1994A], p. 134

3.1 Os novos conflitos internacionais e suas origens culturais.

Nesta seção pretendo analisar a argumentação e as razões de Huntington que o enfoque civilizacional constitui um paradigma. A partir destas razões tornam-se mais explícitas as origens culturais dos novos conflitos internacionais. Para começar a discussão acerca da argumentação de Huntington sobre a emergência de um novo paradigma nas relações internacionais pode-se afirmar que ele crê num uso legítimo da noção de paradigma para organizar e propor explicações sobre os conflitos internacionais contemporâneos. Segundo ele, esses novos conflitos internacionais tem naturezas e são produzidos por dinâmicas que os demais paradigmas falham capturar. Algumas de suas considerações parecem refletir uma das definições que Kuhn proporciona de paradigma, quando ele afirma que usa o termo “paradigma” para referir-se a propostas de problemas, métodos e soluções cujas realizações partilham das seguintes duas características essenciais:

Suas realizações foram suficientemente bem sucedidas para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica. Simultaneamente, suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência.⁹⁶

Isto é, sintetizando, realizações ou explicações de eventos que são capazes de atrair um grupo duradouro de partidários e suficientemente abertas para deixar toda uma série de problemas a serem resolvidos pelo grupo.⁹⁷ Esta definição parece proporcionar os elementos básicos de sua argumentação em favor do uso legítimo da noção de paradigma uma vez que a linha principal desta argumentação parece assentar sobre o fato que

1. ele pode fornecer e identificar muitos exemplares bem sucedidos de explicações civilizacionais dos eventos internacionais contemporâneos, as quais funcionam como as realizações mencionadas por Kuhn. E, que essas realizações são suficientemente bem sucedidas para organizar e fazer convergir um grupo duradouro de partidários.
2. ele pode apontar que o enfoque civilizacional é uma imensa promessa de novas realizações, isto é, que deixa em aberto muitos problemas a serem resolvidos por analogias aos exemplares bem sucedidos das explicações civilizacionais dos eventos internacionais.

Contudo, é preciso advertir que tal organização teórica não pode ser encontrada explicitamente em Huntington. No entanto, a teoria da argumentação requer que, para uma análise crítica significativa, faça-se uso do princípio da caridade e assim preencha-se as lacunas teóricas da argumentação.

Entre os exemplares de explicações civilizacionais de eventos internacionais bem sucedidos, que poderiam, então, servir como realizações, ele menciona: a continuidade e intensificação da luta na antiga Iugoslávia entre croatas, muçulmanos e sérvios; o fracasso do Ocidente em fornecer apoio aos muçulmanos da Bósnia. A intensificação da guerra entre os armênios e azerbaijanos...etc. ⁹⁸ Todos esses eventos internacionais e suas explicações civilizacionais bem sucedidas parecem indicar claramente que os principais conflitos que estão

⁹⁶Kuhn, [1975], p. 30

⁹⁷Kuhn,[1975]

⁹⁸Huntington [1994B], p. 172-173

ocorrendo e deverão ocorrer o serão por causa das diferenças culturais entre civilizações antes do que por causas nacionais ou defesas de soberania. Por esta razão que Huntington explicitamente afirma que

As linhas de cisão entre as civilizações estão substituindo as fronteiras políticas da Guerra Fria como pontos críticos de crise e derramamento de sangue.⁹⁹

De maneira mais específica, Huntington tenta classificar algumas razões segundo as quais a origem e natureza dos conflitos globais contemporâneos devam ser encontradas, agora, no caráter civilizacional e cultural e não mais, como no passado, no de ordem militar, econômica ou ideológica. Em primeiro lugar, ele afirma que esses conflitos terão suas origens em causas culturais, pois elas não são apenas aspectos bastante reais da realidade das relações humanas mas elas são, em sua concepção, os aspectos mais fundamentais desta realidade. Esses elementos culturais demarcatórios entre indivíduos e que os fazem pertencer a diferentes unidades de civilizações, por partilharem de diferentes valores, virtudes, costumes, línguas, tradição, religiões, ...etc, são produtos de séculos, e, por esta mesma razão, adquirem o status de características quase essenciais da natureza do indivíduo. Como afirmei acima, Huntington, coloca-os como a última escala de diferenciação entre indivíduos, a partir da qual temos apenas a diferença entre os indivíduos e outras espécies de animais. No entanto, penso que não seria surpresa se aparecesse, ainda, uma escala demarcatória intermediária entre esta da cultura e aquela da diferença entre os indivíduos e outras espécies de animais, por exemplo, aquela da diferença genética entre os indivíduos. Não é sobre isto a polêmica da Curva de Bell? No que diz respeito às conseqüências destas pressuposições acerca das novas entidades, e, em particular, deste caráter mais essencial de suas propriedades básicas pode-se afirmar que os conflitos daí decorrentes tem uma permanência mais duradoura e profunda, uma vez que são o resultado de séculos de história, e, apresentam, por esta razão, uma transformação muito mais lenta e contínua do que as outras propriedades ou fatores que são usados por outros paradigmas para definir a origem dos conflitos – ideologia, poder militar, política e economia. E, por esta razão, como diz Huntington, a história revela que

Ao longo dos séculos, contudo, as diferenças entre civilizações geraram os conflitos mais violentos e prolongados¹⁰⁰

Uma segunda razão para a origem cultural dos principais conflitos globais é que o contato e as interações entre as civilizações estão aumentando o que torna estes aspectos culturais relevantes pois, seus contrastes, são realçados por eles. Assim segundo Huntington, essas interações

crescentes intensificam a consciência das civilizações, das diferenças, entre as civilizações e entre as comunidades das civilizações.¹⁰¹

As imigrações, as telecomunicações e as viagens entre países são, entre outros, os fatores principais deste aumento de interações entre civilizações.

Uma terceira razão pode ser identificada nos processos de modernização tanto econômica quanto social que vem acontecendo. Esses processos tem sido as causas das imigrações

⁹⁹Huntington, [1994A], p. 126

¹⁰⁰Huntington, [1994A], p. 123

¹⁰¹Huntington, [1994A], p. 123

e estão enfraquecendo a nação-Estado por dar origem à proliferação das relações transnacionais ao nível político, econômico, ...etc. Enfim, esses processos estão enfraquecendo os tradicionais meios, ou os mais visíveis, de identidade entre os indivíduos que são as identidades nacionais. E, no rastro deste vazio, a religião começa a preencher este espaço como fonte de identidade, para além das fronteiras nacionais, adquirindo modalidades bastante radicais como forma de acentuar este papel. Esta é uma das causas destes movimentos religiosos denominados "fundamentalistas".

Uma civilização em particular pode ser apontada como uma das causas da origem cultural dos próximos conflitos: a civilização ocidental. A razão disto está que ela se encontra no auge de seu poder simultaneamente com o retorno às raízes das civilizações não ocidentais. Esse retorno às raízes das civilizações não ocidentais coincide com o seu sucesso econômico que está levando a aumento do poder e também a uma consciência de que sua civilização pode ser a razão deste sucesso. Essas civilizações começam a manifestar o seu desejo de não mais serem pacientes ou objetos da história mas agentes e, portanto, de determinar e moldar o sistema internacional sob a égide de seus valores, culturas e costumes.

Na quinta razão apontada por Huntington encontra-se uma importante especificidade da cultura: sua elaboração ao longo de muitos séculos. Esta especificidade dá às suas características diferenciadoras quase uma característica essencial, portanto aparentemente genética, do indivíduo. Isto implica que tais características são bastante refratárias a mudanças e o fazem apenas lentamente. Conseqüentemente, os conflitos assentados nestas origens são, também, mais difíceis de conciliar e resolver que aqueles originados pelas diferenças econômicas, políticas e ideológicas.

Uma última razão citada por Huntington é a do crescente regionalismo econômico. O sucesso deste regionalismo econômico está diretamente ligado ao fortalecimento da consciência civilizacional uma vez que o sucesso do regionalismo econômico depende muito de ser feito entre parceiros de uma mesma base civilizacional. Desta forma, o sucesso do regionalismo econômico, segundo ele, está diretamente ligado ao fato de ser feito por nações, regiões que partilham dos mesmos valores, religiões, cultura, costumes. O sucesso depende da convergência que possa haver entre as culturas dos países ou regiões sendo integradas.

Huntington avança sua idéia de que sua proposta já tomou a forma de um paradigma por acreditar que já há muitas evidências empíricas proporcionadas pelo sistema internacional de que os conflitos contemporâneos são civilizacionais e também por acreditar que as explicações civilizacionais já formuladas têm sido bem sucedidas. No entanto, parece que Huntington já acredita mesmo em um paradigma triunfante. Certamente, estas teses podem ser debatidas, mas, não desconsideradas.

Não contente com as evidências e as explicações sua argumentação em defesa do paradigma vai mais longe e contém também previsões. Previsões que correm o risco de serem refutadas pelo desenrolar dos fatos e eventos históricos.

Uma dessas previsões que ele arrisca, a partir do paradigma das civilizações, é que o bloco econômico com mais chance de ser bem sucedido do leste asiático é aquela que terá como centro a China. Uma vez que a República Popular da China, Hong-Kong, Taiwan e Singapura tem uma unidade cultural mais próxima e forte do que qualquer outra região do leste asiático.

Assim serão anomalias à sua concepção o surgimento de associações e blocos fortes compostos de países de diferentes civilizações. Este é o caso do bloco do pacífico o qual tem entre seus membros China e Estados Unidos. O fortalecimento rápido e sem fricções do bloco do Pacífico é uma potencial anomalia para sua proposta. Do mesmo modo que os acordos de paz entre árabes e judeus.

Uma vez discutido alguns detalhes da proposta de Huntington vale lembrar que a dinâmica da transição do paradigma ou do modelo da Guerra Fria é para um outro paradigma ou modelo do sistema internacional um processo em andamento cujos detalhes e resultados ainda estão por realizar-se e também por ser entendidos. Não é, contudo, meu propósito discutir aqui este tema. Ainda assim, para benefício da análise conduzida neste trabalho é importante mencionar certos pressupostos gerais que foram assumidos na análise e discussão da mudança na interpretação da natureza dos conflitos do sistema internacional. De uma maneira informal assumi que esta transição forma uma trajetória com um estado inicial e um estado final e uma dinâmica que leva de um estado ao outro. Tomei como estado inicial a constituição do sistema internacional pós Segunda Guerra Mundial cujo modelo de organização foi o Modelo da Guerra Fria. Assumi também, sem discutir, que há uma dinâmica em andamento a qual levaria o sistema internacional daquele estado para um outro estado que é, em princípio, refratário à organização imposta pelo modelo da Guerra Fria. Finalmente, assumi que uma possível e provavelmente a melhor alternativa disponível de proposta de organização desse estado do sistema internacional contemporâneo é aquela de Huntington. Minha discussão concentrou-se na análise das duas propostas de organização desses estados do sistema internacional: o modelo/paradigma da Guerra Fria, como organizando o estado inicial e o paradigma de Huntington, como organizando os conflitos desse estado contemporâneo. Portanto, permanece um vazio metodológico na minha análise quanto ao problema da transição entre estes dois estados ou entre estes dois modelos de organização/interpretação do sistema internacional. Não é o objetivo do presente trabalho discutir a dinâmica de transição entre os regimes. Contudo, um aspecto desta transição é discutido na próxima seção com a comparação da proposta de Huntington com as outras alternativas.

4 O paradigma das civilizações e os seus competidores

A despeito das evidências no cenário internacional em apoio das explicações civilizacionais de muitos eventos globais recentes dados por Huntington com os recursos do paradigma das civilizações, a recepção não tem sido, como seria de se esperar tanto em face da longa tradição do paradigma da Guerra Fria quanto de outros proponentes de novos paradigmas, sem conflitos e reações. Afinal, a proposta de Huntington é de uma solução via mudança de paradigma, e isto significa, na terminologia de Kuhn, revolução. O que por sua vez significa mudanças profundas em três níveis: no aparato conceitual, no conjunto de técnicas e na visão de mundo. Estes são três elementos básicos acoplados ao paradigma. Sem entrar em detalhes sobre estes elementos da concepção kuhniana, o fato é que a proposta de Huntington tem sido alvo de críticas de vários pontos de vista, principalmente, mas, também estranhamente, por parte dos representantes do realismo político. Como parte da sua estratégia para consolidar o novo paradigma Huntington procura contestar estas críticas e ampliar o processo de conversão dos seus adversários para o seu paradigma, o que é fundamental para o triunfo de sua proposta. Na reconstrução de sua estratégia de contestação das críticas assumo, em sua estratégia, a orientação teórica da interpretação kuhniana da dinâmica do conhecimento intelectual e científico. Essa estratégia seguiria as seguintes etapas:

Numa primeira etapa Huntington faz profissão de fé de uma posição anti-empirista vulgar comprometida com a crença na coleta neutra dos fatos e, então, generalizações e organização destas generalizações. Na elaboração deste ponto ele afirma que sem a ajuda de quadros conceituais, não podemos ordenar e organizar a grande massa de dados que se

encontra à nossa disposição, o que significa que a abordagem alternativa seria uma imensa confusão de dados empíricos sem uma classificação coordenada. Portanto, dado que pensar abstratamente é pensar sob a ótica de um quadro conceitual segue-se que sem este quadro temos apenas um conjunto confuso e disforme de dados empíricos que praticamente não serve para coisa alguma. Assim, Huntington segue, de maneira bastante próxima, o ponto de vista de Kuhn segundo o qual não há ciência sem paradigma, sem quadro teórico. E, no desdobramento desta tese segue-se que, com respeito à mudança destes quadros, um cientista só abandonaria um paradigma em crise quando existir um outro melhor disponível.¹⁰² Desta forma, nenhum cientista abandonaria um paradigma, quadro conceitual ou uma idéia sem antes ter outra para colocar no lugar, ainda que possa reconhecer a inadequação do paradigma em crise para resolver as crescentes anomalias trazidas por novos fatos e descobertas.

A dinâmica do conhecimento intelectual e científico, forma de conhecimento abstrato, é dada pela substituição ou transformação de quadros conceituais e não pelo acúmulo de dados, leis empíricas, ou ainda teorias. No caso de Kuhn, a dinâmica do conhecimento científico se dá sempre pela substituição ou mudança de um particular quadro/matriz conceitual, ou paradigma, por outro, quase sempre incompatível com o anterior.¹⁰³ A respeito da dinâmica kuhiana, Huntington menciona, sem destacar, dois pontos importantes sobre a mudança de paradigmas que devem guiar sua argumentação:

- o primeiro é que a mudança ou substituição pode ocorrer todas as vezes que um paradigma entra em crise por mostrar-se incapaz de explicar novos fatos ou descobertas, os quais tornam-se anomalias para o presente paradigma, e só acabam por serem explicados mais satisfatoriamente por um novo paradigma;
- o segundo ponto, no entanto, adverte que o novo paradigma para ser aceito não precisa explicar todos os fatos ou descobertas com os quais defronta-se. Do mesmo modo, Huntington mostra que seu paradigma das civilizações pode explicar muitas das anomalias do paradigma anterior ainda que não explique todos os problemas.

Com respeito ao segundo ponto, uma vez que se tenha explicações civilizacionais como exemplares convincentes de realizações muitos fatos não explicados imediatamente podem aparecer como promessas de realizações o que é um dos elementos de atração de novos adeptos para o paradigma. Problemas a resolver e realizações ou explicações civilizacionais heurísticas são elementos importantes no processo de atrair novos pesquisadores para o paradigma e, desta forma forçar um processo de convergência para ele, tornando-o aceito e portanto triunfante.

Estes dois pontos são fundamentais na sua argumentação contra as críticas endereçadas à sua proposta.

Na linha da primeira característica da substituição de paradigmas Huntington começa por apontar que o paradigma da Guerra fria, apesar de ser uma representação bastante simplificada do cenário mundial, foi muito útil. Este paradigma dividia o cenário mundial em três grupos de sociedades: o primeiro, o segundo e o terceiro mundo.¹⁰⁴ O primeiro mundo era um grupo de sociedades relativamente prósperas e democráticas, em sua maioria, lideradas pelos Estados Unidos. Este grupo travava um conflito com outro amplo grupo de sociedades, o segundo mundo, liderados pela União soviética. Este conflito era considerado de natureza

¹⁰²Kuhn, [1975], p. 108

¹⁰³Kuhn,[1975], p. 125

¹⁰⁴Huntington, [1994B]

ideológica, política e econômica e também militar. Um terceiro grupo de sociedades também participava deste conflito, o terceiro mundo. O terceiro mundo era composto de países geralmente pobres, sem estabilidade política, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, muitos recentemente independentes, e, que, em geral pretendiam não-alinhados. O terceiro mundo era o principal cenário no qual este conflito se realizava. Este paradigma da Guerra Fria não explicava todos os eventos globais que estavam acontecendo no cenário mundial. O número de anomalias era grande e, entre essas anomalias, uma parecia bastante singular, o conflito sino-soviético. Mas, como mencionamos antes, um paradigma não explica todos os fatos e nem precisa para ser aceito.¹⁰⁵ E, isto é o que acontecia com o paradigma da Guerra Fria, que, apesar de ser um modelo simples da política global, explicava muitos eventos globais importantes ainda que não explicava todos os eventos internacionais; No entanto, explicava mais eventos internacionais que qualquer um de seus rivais e, isto, é importante para ser aceito em lugar dos outros.

Este paradigma, como afirma Huntington, tornou-se

quase universalmente aceito e modelou o pensamento político mundial por duas gerações¹⁰⁶

Apesar deste sucesso de explicações nas últimas décadas, as anomalias e os novos fatos se avolumaram e devido a sua relutância em serem absorvidos, numa presumida interpretação de Huntington, permaneceram como um sinal das dificuldades e fraquezas do paradigma levantando crescentes suspeitas acerca de seu poder de explicação. Entre estes fatos novos pode-se mencionar, a ascensão do fundamentalismo religioso em todo o mundo, o apoio do mundo árabe à Líbia, e a maioria dos acontecimentos pós queda do muro de Berlim, entre eles, apoio do mundo árabe ao Iraque, a dissolução da Iugoslávia e da União Soviética e a falta de apoio significativo, por parte do Ocidente, aos muçulmanos da Bósnia. A dificuldade de absorção da Turquia pelo Ocidente, em particular pela Comunidade Européia. Esta situação, na linguagem kuhniana, é sinal de crise do paradigma. Ainda assim, isto por si só não implica que a solução deve ser por mudança de paradigma. O próprio paradigma realista poderia acabar por resolver suas anomalias. É o que faremos na última seção, onde reinterpretamos a proposta de Huntington em termos do próprio realismo político.¹⁰⁷ De qualquer modo, enquanto não houver outro paradigma capaz de proporcionar explicações mais satisfatórias e convincentes para as anomalias os cientistas não abrem mão do paradigma atual por mais dificuldades e problemas que ele enfrente. Pois, sem paradigma não há, propriamente dito, ciência ou, na linguagem de Kuhn e Huntington, representação capaz de proporcionar organização para os dados empíricos cuja alternativa seria uma aglomeração confusa de dados o que não pode ser considerada ciência. Mas, Huntington interpreta a crise do paradigma da Guerra Fria como implicando uma solução por mudança do paradigma: obviamente, a solução que ele está propondo.

Assim, segundo Huntington, na linha do segundo ponto da substituição de paradigmas, um novo paradigma surgiu no rastro “dos dramáticos acontecimentos dos últimos cinco anos”, fazendo do paradigma da Guerra Fria história intelectual. Esses dramáticos acontecimentos na política mundial, segundo ele, não podem ser explicados no quadro do paradigma da Guerra Fria e, portanto, servem para gerar e amplificar uma crise no paradigma cuja solução aponta para uma mudança para um novo paradigma que possa ordená-los e explicá-los de

¹⁰⁵ Kuhn, [1975], p. 144

¹⁰⁶ Huntington, [1994B], p. 170

¹⁰⁷ Kuhn, [1975], capítulo 6.

uma maneira nova, com novos conceitos, técnicas e proporciona, principalmente, uma nova constituição da ordem internacional, uma nova maneira de organizar o sistema internacional. Desta forma, segundo Huntington e usando a terminologia kuhniana, esses dramáticos eventos tornaram-se anomalias significativas para o paradigma da Guerra fria e ao mesmo tempo as novas explicações elaboradas por ele, em torno de elementos culturais, aparecem como verdadeiras realizações sobre a qual o novo paradigma, o paradigma das civilizações, está se forjando e lutando para ser aceito como o paradigma triunfante. Na sua crítica da insustentabilidade do paradigma da Guerra Fria ele aponta que os agrupamentos de países relevantes para a compreensão da política global não podem mais ser divididos nos três grupos tradicionais mencionados acima. Nem mesmo dividi-los em ricos e pobres, democráticos e não democráticos ajuda muito. Os agrupamentos fundamentais são unidades culturais das quais a mais fundamental e, portanto, a que permite estabelecer a clivagem mais ampla entre indivíduos, antes da clivagem entre indivíduos e outras espécies, é a unidade civilizacional. Assim, como diz Huntington,

as civilizações serão as sucessoras naturais dos três mundos da Guerra fria.¹⁰⁸

Nesta contestação, ele parece novamente apontar para as realizações que indicam os exemplos principais do paradigma: aquelas explicações civilizacionais da desagregação da URSS e da Iugoslávia, da ascensão do fundamentalismo religioso em todo o mundo, das lutas internas na Rússia, Turquia e México em torno de suas identidades, da intensidade dos conflitos comerciais entre os EUA e o Japão, da resistência dos Estados islâmicos à pressão do Ocidente sobre o Iraque e a Líbia..etc. E, com estas realizações e explicações civilizacionais forjam-se os novos conceitos, por exemplo, civilização e cultura, que funcionam como novos princípios de organização e explicação. Segundo Huntington temos uma outra série de acontecimentos que devem se ajustar ao paradigma civilizacional e mesmo poderiam ter sido preditos a partir dele. Entre estes outros novos eventos globais de origem civilizacional, podemos destacar, o fracasso do ocidente em fornecer apoio significativo aos muçulmanos da Bósnia, a continuação e intensificação da luta entre croatas, muçulmanos e sérvios na antiga Iugoslávia, a votação que definiu Sidney e não Pequim como sede das Olimpíadas do ano 2000, a intensificação da guerra entre armênios e azerbaijanos e o envolvimento de seus vizinhos, a melhoria das perspectivas de admissão da Polônia, Hungria e da República Checa e Eslovaca na OTAN.

Contudo, apesar deste sucesso de explicação dos principais acontecimentos dos últimos anos Huntington, como mencionamos anteriormente, adverte seus críticos que o paradigma “choque de civilizações” não explica todos os acontecimentos mundiais significativos. Mas, em princípio, esta situação, segundo Kuhn, conseqüente com as regras de aceitação do paradigma, não é evidência suficiente para rejeitar o paradigma. Ao contrário, tal situação antes de ser negativa é até, mesmo positiva, no período de emergência, consolidação e aceitação do paradigma, uma vez que vai de encontro com uma das mais importantes propriedades que um paradigma deve preencher para que possa atrair novos adeptos e, portanto, ser aceito: a saber, que o paradigma não deve explicar todos os eventos globais, mas deixar muitas promessas de realizações, mostrando que suas realizações, ou seja as suas explicações bem sucedidas representam, elas mesmas, modelos para essas novas promessas de realizações.

Neste sentido, como menciona Huntington, o fato correspondente ao evento internacional do acordo entre a Organização para Libertação da Palestina e o governo de Israel sobre a

¹⁰⁸Huntington, [1994B], p. 170

Faixa de Gaza e Jericó deve ser interpretado como um problema, que pode se transformar numa anomalia significativa para o paradigma das civilizações. Pois, a solução do problema através do acordo entre ambos os lados que vem sendo articulado pelos Estados Unidos junto com as lideranças de Rabin e Arafat não parece se ajustar às profundas dificuldades que o paradigma das civilizações prediria para tal evento. Esta proposta de coexistência surge contrariando, como vê o paradigma das civilizações, as profundas diferenças civilizacionais, isto é, culturais, religiosas, costumes e valores, entre ambas as partes. Este fato é significativo, como diz Huntington, *“porque ocorre entre grupos de duas civilizações diferentes que lutam entre si há mais de quatro décadas.”*¹⁰⁹ Tais aproximações não poderão ocorrer sem um longo processo histórico cheio de fricções, conflitos e dificuldades que os ensinem a compreenderem mutuamente suas diferenças. A diversidade é o estado natural e não a homogeneidade. Um outro fato que ele refere como refratário à ação civilizacional é a invasão do Kuwait pelo Iraque¹¹⁰. Ao lado destes não posso deixar de me referir também, o que já fiz anteriormente, ao mais recente acordo comercial entre os países do pacífico, entre os quais Estados Unidos, China, Filipinas, Indonésia, o qual tem uma agenda envolvendo países de civilizações diferentes. Esse acordo comercial entre os países do Pacífico parece estar evoluindo com sucesso em direção aos objetivos que é o de uma zona de livre comércio. Segundo o paradigma das civilizações estas alianças teriam grandes dificuldades de serem implementadas e bem sucedidas devido às diferenças civilizacionais. Agora, como Huntington segue a concepção Kuhniana da escolha de teorias e não a concepção popperiana, isto significa que todo problema para um paradigma é, em princípio, uma anomalia que pode depois de algum tempo ser resolvida e assim absorvida pelo paradigma ou pode levar a uma crise do paradigma. De qualquer modo, a simples presença de uma ou algumas anomalias não é suficiente para rejeitar o paradigma. Ao contrário, nesta etapa do debate do paradigma civilizacional os casos acima, onde os dois primeiros são mencionados explicitamente por Huntington, poderiam ser encarados como anomalias moderadas, mas ainda, principalmente, como apenas problemas, desafios e, assim, como promessas de realizações.

Com outra argumentação, mas, ainda na linha das duas características da substituição de paradigmas, Huntington responde às críticas à sua proposta, analisando o que, para ele, são também propostas alternativas ao paradigma da Guerra Fria. A presença de propostas alternativas deve, também, ser encarada, segundo Kuhn, como um outro indício importante da existência de crise no paradigma vigente.¹¹¹ Em sua análises, Huntington parece assumir que as alternativas podem ser reduzidas a duas únicas propostas disponíveis: o (sub) paradigma estatista e o (sub) paradigma do mundo único. A primeira proposta ele denomina de pseudo-alternativa enquanto a segunda de alternativa irreal.

4.1 O (sub)paradigma estatista

Os proponentes do paradigma estatista assumem sua oposição a considerar as civilizações como as novas unidades relevantes das relações internacionais e reafirmam sua profissão de fé na tradição do realismo clássico que as nações-Estados são as principais entidades e agentes dos acontecimentos globais, que “Estados controlam civilizações” e não “Civilizações controlam Estados”. Huntington contesta tal oposição como irrelevante e artificial, além de afir-

¹⁰⁹Huntington, [1994B], p. 172

¹¹⁰Huntington, [1994B], p. 171

¹¹¹Kuhn, [1975], p. 103

mar que não se podem reduzir as relações entre Estados e Civilizações a questões “controle”. Não se pode negar que os Estados buscam o equilíbrio de forças; mas, a ação dos Estados não pode ser reduzida à mera distribuição de forças entre eles. Se assim fosse, os países da Europa Ocidental teriam se aliado à União Soviética contra os Estados Unidos no final dos anos 40. Na verdade, os Estados europeus ocidentais fizeram opções a partir de avaliações que transcendem a questão da correlação de forças e vinculam-se também a valores, culturas e costumes. Está Huntington querendo dizer que as relações entre as unidades não podem ser reduzidas a relações de poder? Este ponto precisa ser melhor elaborado por Huntington. Trata-se de um elemento crucial para entender se a proposta de Huntington é ou não a de substituir a concepção do realismo político uma vez que esta relação de poder é o que define a natureza da concepção realista.

Contudo, Huntington precipita-se a alertar que a crítica ao paradigma estatista não deve ser entendida como uma recusa à idéia que “as nações-Estados continuarão a ser os agentes mais poderosos dos acontecimentos mundiais”.¹¹² Mas, significa assumir que elas são também, e principalmente, membros de uma unidade mais fundamental, agora cultural, e, portanto, mais abrangente, a qual torna-se um novo agente dos acontecimentos globais: as civilizações. Conseqüentemente, nesta concepção o comportamento das nações-Estados depende dos valores, culturas, religiões e costumes por eles partilhados, isto é, depende da unidade civilizacional a que pertencem. Assim, estas nações-Estados em lugar de pertencerem aos grupos de sociedades denominadas Primeiro, Segundo e Terceiro mundo como estabelece paradigma da Guerra Fria, cunhados por questões de ordem ideológica, agora, elas se identificam por características culturais, religiosas, costumes, línguas, valores...etc, e desta forma, passam a pertencer a outros tipos de unidades ou grupos. Portanto, estes Estados acabam formando diferentes unidades tais como grupos, alianças, redes e conexões que são cimentados pela sobreposição destas características culturais, religiosas e costumes. O cimento ou a cola aglutinadora destas novas unidades, alianças e redes são proporcionadas pelas civilizações, pelas características civilizacionais. Desta forma, o agrupamento unificador, ou a unidade mais abrangente entre Estados, grupos, comunidades . . . etc., é a civilização. E, por ser a unidade mais abrangente ela deve conter as propriedades mais básicas partilhadas por todos os seus membros: os elementos culturais. Não é por outra razão que Huntington afirma que as unidades civilizacionais são as verdades mais básicas da existência humana além da qual a linha demarcacional será entre indivíduos e outras espécies de animais.

4.2 O (sub)paradigma do mundo único: Fukuyama

A outra alternativa, que ele denomina de irreal, é o paradigma do mundo único¹¹³. Seus proponentes, entre os quais se destaca Fukuyama¹¹⁴, afirmam a tese que existe ou é provável que exista em poucos anos uma civilização universal. Eles assumem que há uma cultura ou civilização universal emergente. O principal alvo da crítica de Huntington é, contudo, Fukuyama com a sua proposta do fim da história através da realização de um estado mundial com as características da democracia liberal e da economia de mercado. A realização deste estado é também, para Fukuyama, a solução do problema da guerra entre as nações, o qual se opõe frontalmente com a idéia de Huntington do mecanismo do equilíbrio do poder. As idéias filosó-

¹¹²Huntington, [1994B], p. 174

¹¹³Huntington, [1994B], p. 175

¹¹⁴Fukuyama, [1992], [1989]

ficas que conduzem a concepção devem ser encontradas nas explicações de Hegel para a história e para a democracia liberal. Com Hegel, segundo Fukuyama, temos uma explicação da democracia liberal em outras bases que aquelas de Hobbes e Locke. O realismo político de Hobbes e Maquiavel, que forma a matriz básica de todo o realismo político, com as pressuposições de que a entidade política básica é o indivíduo e que a relação fundamental entre os indivíduos é aquela do conflito e de interesses opostos, que poderia constituir a própria dinâmica da história, é também rejeitado como inadequado para dar conta da nova etapa, pós história, do sistema internacional. É em Hegel que Fukuyama, como os marxistas, encontra a idéia para uma dinâmica do sistema internacional, de uma história que converge para a realização de um estado mundial, o Estado liberal considerado como universal e homogêneo¹¹⁵. No vínculo com Hegel, e, com Kant, pela crença numa paz perpétua, a concepção de política e, em particular, de política internacional, de Fukuyama, encontra-se fortemente assentada numa concepção de raízes idealistas.

Certamente, a primeira coisa que se pode dizer sobre essas idéias de um mundo único, universal e homogêneo, é que não se pode negar que a espécie humana tem características comuns que a distinguem das outras espécies. No entanto, como diz Huntington,

estas características sempre foram compatíveis com a existência de culturas muito diferentes.¹¹⁶

Em sua crítica do paradigma do mundo único, Huntington recusa não só esta idéia como solução para o problema da guerra, ou da paz duradoura, mas também a concepção do determinismo histórico da convergência do sistema internacional para uma única sociedade ou estado mundial. Ele afirma que a História não terminou e que o mundo não é um só. E, o principal motivo para sua defesa da tese da multiplicidade dos mundos, em oposição à tese do mundo único, ele encontra na evidência universal de que o que realmente importa é a questão cultural ou civilizacional, portanto a diversidade e não a homogeneidade. Assim, ele entende que,

O que de fato importa para as pessoas não é a ideologia política ou o interesse econômico. Fé e família, sangue e crença, é com isso que as pessoas se identificam e é por isso que lutam e morrem. É por isso que o choque entre civilizações está substituindo a Guerra Fria como fenômeno central da política global;¹¹⁷

Na seqüência desta posição temos o desdobramento que, para além das evidências da multiplicidade cultural, Huntington faz, então, a profissão de fé na tese do relativismo cultural e da defesa do método do equilíbrio do poder, na linha do realismo político clássico, como o meio mais adequado para resolver o problema da paz no sistema internacional caracterizado pela multiplicidade cultural. Assim, ao contrário de Fukuyama, que na linha idealista, vê entre os recursos para resolver o problema da paz a construção, na dinâmica da história, de uma única cultura, aquela do modelo da economia de mercado e da democracia liberal, e portanto, de um estado mundial homogêneo. Não se pode esquecer que Fukuyama partilha da mesma concepção convergentista de história do marxismo, ainda que não mencionada pela maioria da esquerda que o critica, pois, ambos tem como matriz a concepção finalista da história

¹¹⁵Fukuyama, [1992], pg.246. Não pretendemos elaborar aqui mais sobre a concepção de Fukuyama uma vez que um artigo sobre estas idéias conflitantes de Huntington e Fukuyama está em fase final de redação o qual foi desenvolvido para uma palestra no Instituto de Estudos Avançados em Abril de 1996.

¹¹⁶Huntington, [1994B], p. 175

¹¹⁷Huntington, [1994B], p. 178

de Hegel. No entanto, enquanto o marxismo pregava a implantação de um estado mundial homogêneo socialista, Fukuyama substitui este por um estado mundial homogêneo capitalista.

A propósito, cabe também lembrar que, recusar, como Huntington faz, a convergência do sistema internacional para um Estado mundial é não só compatível com a noção de paradigma e da teoria da dinâmica do conhecimento científico com ela associada, a qual contempla descontinuidades [mutações?] e nenhuma tendência global, mas mesmo uma das principais conseqüências da concepção Kuhniana baseada nestes dois conceitos de paradigma e teoria dinâmica. Ao elaborar sua concepção Kuhn tinha por objetivo uma crítica à concepção cumulativa e progressiva da ciência bem como ao mito da teoria da convergência da verdade. Segundo Kuhn não há garantias de convergência [tendência global] para um fim último. Não há teleologia na história e este é um dos mitos dos quais a análise da dinâmica do conhecimento deve se desvencilhar, uma vez que a mudança de paradigmas mostra ser um processo não cumulativo seja de fatos seja de teorias, isto é, de uma mudança revolucionária ¹¹⁸.

Uma análise mais detalhada desta proposta alternativa é feita por Huntington acerca de uma das formas que ela assume: a proposta da universalização da democracia liberal e da economia de mercado. Pois, segundo esta proposta a história tem escolhido marchar para a construção de um mundo único com as características da democracia liberal e da economia de mercado. E, agora, estamos na fase de sua consolidação. Sua crítica dirige-se primeiro à percepção de que ela assenta-se numa falácia, a Falácia da Alternativa Única. Esta falácia encontra-se por trás do argumento, de Fukuyama, segundo o qual

o colapso da União Soviética significa o fim da história e a vitória universal da democracia liberal em todo o mundo ¹¹⁹.

A discussão de Huntington refere-se assim, diretamente, à proposta de Fukuyama¹²⁰ do fim da história. O paradigma da democracia liberal e da economia de mercado foi elaborada no sentido de ser a única alternativa ao comunismo. E, portanto, ao ser destruída essa primeira alternativa deve realizar-se, automaticamente, a universalização da segunda.

Ora, diz ele, podemos pensar em muitas formas de autoritarismo, nacionalismo, comunismo e corporativismo de mercado que ainda sobrevivem no mundo de hoje. Além disso, podemos imaginar outras alternativas de universalização, por exemplo, aquelas proporcionadas pelas alternativas religiosas que são, hoje, percebidas como ideologias seculares. Neste aspecto, Huntington aproveita para afirmar que, talvez, a força central do cenário mundial que, hoje, motiva e mobiliza os povos é a religião. Conseqüentemente, na esteira destes elementos considera que é extrema

presunção imaginar que, porque o comunismo fracassou, o Ocidente ganhou o mundo para sempre ¹²¹.

Em segundo lugar, argumenta-se que a interação crescente entre as civilizações proporcionada pela maior comunicação e mais meios de transporte pode produzir uma cultura comum. Huntington responde a este argumento afirmando que a interação crescente, em determinadas circunstâncias, pode produzir uma cultura comum, mas que, por outro lado, elas também

¹¹⁸Kuhn, [1975], p. 22; p. 253; capítulo 8.

¹¹⁹Huntington, [1994B], p.175

¹²⁰Fukuyama, [1992]

¹²¹Huntington, [1994B], p. 175

aumentam a probabilidade de ocorrer guerras e reforçam identidades, produzindo resistência, reação e confronto.

Finalmente, o terceiro argumento é que a modernização e o desenvolvimento econômico têm um efeito homogeneizador e ajudam a produzir uma cultura moderna comum semelhante à cultura que tem existido no Ocidente neste século. Com respeito a este argumento, Huntington apesar de por um lado aceitar que as sociedades modernas, no mundo contemporâneo, têm sido as sociedades ocidentais, por outro lado, recusa a identidade entre modernização e ocidentalização. Como exemplos menciona que o Japão, Singapura e a Arábia Saudita são sociedades modernas e prósperas mas não se pode dizer que são sociedades ocidentais. Ainda, de maneira mais enfática afirma sobre este ponto que:

Dizer que eslovênios e sérvios, árabes e judeus, hindus e muçulmanos, russos e tajiques, tamis e cingaleses, tibetanos e chineses, japoneses e americanos pertencem todos a uma única civilização ocidentalmente definida é desrespeitar a realidade.¹²²

Ele ainda questiona o paradigma de uma civilização universal de uma outra maneira, ao afirmar que uma tal civilização tem que ser produto de um poder universal. E isso da mesma maneira que o poder romano que criou uma civilização quase universal nos limites do mundo antigo. Contudo, não há tal poder no mundo contemporâneo. Mesmo que não se possa negar que o poder ocidental estendeu sua cultura a boa parte do mundo não há mais um tal poder contemporâneo nesta civilização para continuar a estender e consolidar a cultura ocidental. Neste aspecto, Huntington coloca-se ao lado de uma outra concepção de política internacional que se opõe ao realismo político denominada inicialmente de "world politics" e agora, aparentemente denominada de neo liberal institucionalista.¹²³ Esta concepção considera como fatos a queda da hegemonia Americana e o surgimento de novas entidades significativas no sistema internacional. Nesta mesma linha ela recusa a teoria da estabilidade hegemônica. Como diz Huntington,

O colonialismo europeu acabou; a hegemonia americana está se desfazendo. A conseqüência, à medida que se reafirmam moralidades, línguas, crenças e instituições nativas, é a erosão da cultura ocidental.¹²⁴

Pode-se, ainda, questionar, como ele faz, tanto a universalidade da cultura ocidental quanto o poder da modernidade ocidental. A Índia que poderia, às vezes, ser apresentada como prova de tal poder vê-se hoje mais como uma sociedade moldada pelo fundamentalismo hindu do que por outras características ocidentais. O espírito da Índia está se tornando cada vez mais o do hinduísmo militante o qual apresenta-se, também, como um fenômeno de classe média o que vem a mostrar o grau de comprometimento e a profundidade do afastamento da cultura ocidental que sempre teve na classe média seus principais agentes. Outro exemplo que poderia ser citado como prova deste poder e da universalidade da cultura ocidental é o amplo uso da língua inglesa. Nem aqui, diz Huntington, este papel parece tão seguro nos dias de hoje. Os exemplos de recuo nesta área abundam: em várias partes do mundo, como na Índia e África as línguas nativas vêm substituindo as dos governantes coloniais. Em Hong Kong o inglês começa a ser substituído pelo chinês. Segundo este autor,

¹²²Huntington, [1994B], p. 176

¹²³Keohane, [1970]

¹²⁴Huntington, [1994B], p. 176

No front da linguagem, a babelização prevalece sobre a universalização e evidencia ainda mais a ascensão da identidade civilizacional.¹²⁵

Finalmente, pode-se ir ainda mais fundo nesta contra-argumentação e afirmar que não só não há um poder capaz de continuar a estender a cultura ocidental no sentido de universalizá-la mas que o próprio poder ocidental, apesar de encontrar-se em seu apogeu, começa a dar sinais de declínio e, como afirma Huntington,

será seguido, o que já começa a acontecer, pelo recuo da cultura ocidental.¹²⁶

Associado a isto, existe a percepção de que a civilização confucionista parece estar em rápido crescimento de poder. O Leste Asiático, por exemplo, mostra um crescimento em poder econômico, o qual vai levar ao crescimento de seu poderio militar, sua influência política e, finalmente, sua afirmação e influência cultural. E, principalmente, este sucesso econômico tem sido visto cada vez mais como a manifestação do valor de suas raízes, tradições, culturas e instituições, fazendo-os mais conscientes e orgulhosos de suas próprias civilizações e de suas identidades culturais. Enfim, pode-se concluir, segundo Huntington, que

No futuro não haverá uma civilização universal, mas um mundo de diferentes civilizações, e cada qual precisará aprender a coexistir com outras.¹²⁷

No fecho da defesa de sua proposta Huntington afirma categoricamente que o estado atual do mundo é de conflito, ao contrário das previsões do paradigma do mundo único, para o qual estes conflitos deveriam reduzir-se, devido à universalização do liberalismo econômico, a proporções muito inferiores àquelas vivenciadas sob o paradigma da Guerra Fria. No entanto, num certo sentido, as violências e conflitos entre certas unidades políticas devem de fato diminuir. Assim, a correção a ser feita na previsão dos defensores do mundo único é que os conflitos e violências entre nações-Estados e grupos vão diminuir em intensidade e número, mas, apenas no que diz respeito aos membros de uma mesma civilização. Enquanto, do mesmo modo, os conflitos devem aumentar para os membros de civilizações diferentes, principalmente para os que vivem nas fronteiras da linha civilizacional. Como ele diz

Conflitos e violência também vão ocorrer entre Estados e grupos de uma mesma civilização. Tais conflitos, entretanto, deverão ser menos intensos, e sua expansão é menos provável que os conflitos entre civilizações. Quando dois grupos fazem parte de uma mesma civilização, a probabilidade de conflito é menor.¹²⁸

Agora, como Huntington rejeita ambos os paradigmas, a questão que se coloca é o que, exceto as diferenças entre civilizações, explicaria estes conflitos? Para ele, os críticos de seu paradigma não apenas não conseguiram ser satisfatórios em suas explicações para o que está acontecendo no mundo mas, devem enfrentar o fato que as explicações civilizacionais já se propagam como recurso prático de políticos e governantes, e assim, transcendem as discussões acadêmicas, para consolidar-se como uma vis ao de mundo. Desta forma, ele lembra o endosso de Jacques Delors, presidente da Comunidade Européia, ao paradigma civilizacional, ao afirmar que “os conflitos do futuro vão ser deflagrados por fatores culturais, mais

¹²⁵ Huntington, [1994B], p. 177

¹²⁶ Huntington, [1994B] p. 176-177

¹²⁷ Huntington, [1994A], p.140

¹²⁸ Huntington, [1994A], p. 132

do que ideológicos ou econômicos”¹²⁹.E, aventura a dizer que, uma vez que, no futuro não haverá civilização universal, mas um mundo de diferentes civilizações, deveremos, sem nos desarmar-nos, aprender a coexistir umas com as outras, o que significa, em termos normativos que,

O ocidente precisa aprofundar sua compreensão dos pressupostos religiosos e filosóficos sobre os quais se baseiam outras civilizações, e sua compreensão do modo como as outras nações encaram seus interesses, para identificar o que temos em comum.¹³⁰

5 O paradigma das civilizações e o realismo político.

No começo deste artigo afirmei que um dos problemas que identificava na proposta de Huntington é quanto à questão da natureza da sua proposta: a proposta de Huntington significa que o novo paradigma pretende substituir o paradigma da Guerra Fria entendido como o paradigma do realismo político ou, então, o novo paradigma corresponde a um paradigma interno ao paradigma do realismo político que pretende substituir o paradigma da Guerra Fria - também um paradigma interno [subparadigma] ao paradigma matriz do realismo político?¹³¹

A partir do contexto acima pretendo mostrar que, a menos que Huntington seja mais esclarecedor, através de maior precisão e elaboração conceitual, principalmente quanto ao uso do conceito de paradigma, para que se possa precisar e melhor demarcar sua concepção como um novo paradigma, pode-se defender a tese que ele não está desafiando o realismo político, através do que chama de paradigma da Guerra Fria, mas, apenas modalidades ou subparadigmas do paradigma do realismo político. Assim, minha tese central é que sua concepção não seria senão uma outra modalidade de realismo político ou seja uma instância, um modelo, ou ainda, para manter sua terminologia, um subparadigma do paradigma do realismo político.

Com este objetivo, defendo a tese segundo a qual a argumentação teórica de Huntington não é suficiente para proporcionar uma demarcação convincente de sua posição da do realista político. Conseqüentemente, defendo a tese que sua concepção pode ser enquadrada dentro dos contornos desta concepção realista. Isto é, pode-se pensá-la como um novo modelo ou um paradigma interno à teoria ou paradigma do realismo político. O ponto de partida para este ponto de vista é o modelo de realismo político elaborado na primeira seção. Lá, quatro pontos [aos quais acrescento mais dois] são assumidos definir o núcleo do realismo político:

- Existe uma entidade política fundamental do reino político. Para muitos realistas, mas, não todos, o indivíduo, é a única entidade política fundamental.
- existem diferentes unidades políticas, consideradas como agregados de indivíduos, que interagem no interior do reino político e social em diferentes escalas; A unidade política considerada como o agente principal do domínio político em questão depende das circunstâncias históricas.

¹²⁹Huntington, [1994B], p. 178

¹³⁰Huntington, [1994B], p. 178

¹³¹Este é basicamente o tema do meu artigo sobre Huntington. Esta parte do artigo anterior, Chiappin, [1994] foi incluída aqui para fins de organização teórica do presente artigo.

- a característica fundamental da entidade ou unidade política básica, em suas relações mútuas, é o interesse definido em termos de poder. A relação de poder é assim o elemento definidor do realismo político, pois caracteriza a unidade básica como política e é independente das circunstâncias históricas. Indivíduos são entidades com propósito e a natureza de suas relações é aquela do conflito e dos interesses opostos. Do mesmo modo, pode-se dizer que as unidades políticas, como agregados, tem propósitos.
- os indivíduos, e as unidades formadas deles, comportam-se com o propósito de aumentarem seu poder. Trata-se do princípio da racionalidade do comportamento ou da ação política. O indivíduo faz cálculo em seu comportamento político.
- o estado natural resultante de tal conflito de interesses é o estado de equilíbrio.
- o método ou mecanismo de equilíbrio é aquele do equilíbrio de poder.

É importante lembrar que a maioria dos componentes do quadro acima são determinados pelas circunstâncias históricas exceto pelo indivíduo e por sua característica principal: o interesse ou poder. Estes dois elementos transcendem as circunstâncias históricas e definem propriamente dito o realismo político. É importante lembrar também que nem todos os realistas aceitam o indivíduo como a unidade política básica. É o caso de Waltz¹³² com o seu neo-realismo das estruturas.

A utilização destes pontos permite mostrar que a interpretação de Huntington do sistema internacional pode ser considerada como a de um debate entre diferentes instâncias ou modelos de realismo, onde, em particular, sua própria concepção é um desses modelos ou subparadigmas.

Inicialmente, vemos que Huntington parece identificar o paradigma da Guerra Fria com o paradigma do realismo político clássico. Neste sentido, ele assume dois aspectos deste paradigma: que as unidades políticas do sistema internacional são as nações-Estados e que as relações entre elas são relações de poder nas suas dimensões ideológica e militar. Huntington também identifica como paradigmas competindo com este paradigma: o estatista e do mundo único.

No caso do paradigma da Guerra Fria, Huntington enfatiza como característica relevante a divisão do conjunto das nações-Estados em três grupos: O Primeiro, o Segundo e o Terceiro Mundo.¹³³ Esta formulação de Huntington do paradigma da Guerra Fria pode ser facilmente mostrada como desempenhando o papel de um modelo ou um subparadigma do sistema internacional construído a partir da interpretação ou do paradigma realista considerado como matriz a mais básica de outros paradigmas. As unidades políticas básicas são os Mundos em questão [determinados historicamente] e as relações entre elas são as relações de poder historicamente determinadas como militar, econômica e ideológicas. Assim, pode-se pensar o paradigma da Guerra Fria como instância do realismo político na medida em que ele é apenas uma instanciamento histórica dos dois elementos básicos do realismo político: a unidade política e a relação de poder entre essas unidades. Mais do que isso, o paradigma da Guerra Fria, é um paradigma interno dele ou subparadigma. Dado que identificamos as unidades políticas como as nações-Estados e as relações de poder como tendo as dimensões militar, econômica e ideológica como as relevantes podemos dizer que já, neste nível, estamos diante de um subparadigma do paradigma do realismo político, ou de um modelo da teoria do realismo político.

¹³²Waltz, [1979]

¹³³Huntington, [1994]

Avançando um nível a mais, pode-se fazer uma particular aglomeração destas nações em três alianças ou Mundos: O Primeiro Mundo liderado pelos Estados Unidos e organizado em torno dos valores da democracia liberal e do sistema de mercado, o Segundo Mundo liderado pela União Soviética e organizado em torno dos valores do autoritarismo e do sistema comunista de produção. E, um Terceiro Mundo, considerado como indeciso entre estes dois mundos. Não é difícil perceber, que outras diferentes possibilidades de alianças entre as nações-Estados, e que portanto esta configuração da Guerra Fria é, ainda, um subsubparadigma do paradigma, ou um modelo do modelo das nações-Estados com as mesmas relações de poder entre essas unidades, a saber, militar, econômica e ideológica.

No caso do paradigma estatista, Huntington afirma que por assumir que as unidades básicas do sistema internacional são as nações-Estados e que as relações de poder entre elas são de natureza militar, econômica e ideológica, então ele não passa de uma pseudo-alternativa ao paradigma da Guerra-Fria. Huntington faz tal afirmação corretamente, uma vez que o pretense paradigma, que ele mesmo criou, como paradigma competidor tem os mesmos pressupostos do paradigma da Guerra Fria. No entanto, o proponente da afirmação segundo a qual são as nações que determinam as civilizações e não as civilizações que determinam os estados não parece, em nenhum momento, estar defendendo um novo paradigma mas, antes, enquadrando-se no modelo do realismo político proporcionado pelo paradigma (ou subparadigma) da Guerra Fria. E, assim, parece estar criticando a proposta de Huntington, do ponto de vista do realismo político. Huntington tem, talvez, por questão de retórica, transformado sua proposta num novo paradigma. Isto serve a seus interesses estratégicos de defesa de um novo paradigma, uma vez que inflacionaria a idéia de crise do paradigma da Guerra Fria, pois, neste caso teríamos, então, uma proliferação de teorias, a qual é um outro sinal de crise do paradigma, além da proliferação de anomalias. E, desta forma, ao transformá-lo num paradigma concorrente, o faz como uma pseudo alternativa.

Algo um pouco semelhante, parece suceder-se com o que ele chama de paradigma do mundo único. Neste paradigma temos duas versões. A versão de Morgenthau e a versão de Fukuyama. Apesar de Morgenthau ser aceito como a própria expressão do realismo político pode-se mostrar que ele tenta antes de tudo proporcionar uma síntese entre o realismo e o idealismo¹³⁴. Na versão de Morgenthau temos os mesmos elementos do paradigma da Guerra Fria, contudo, com a adição de uma dinâmica convergentista que explicaria a evolução dos processos de relação de poder. A proposta seria de uma convergência para o estado mundial, o qual aparece como a solução para o problema da guerra e do conflito. Segundo Morgenthau, um realista político, a solução para o problema da guerra se daria na realização, através da dinâmica da história, de um estado mundial, que constituiria a paz perpétua, para lembrar Kant. Nesta versão as unidades são ainda as nações-Estados, as relações de poder são definidas por várias dimensões, ainda que no momento atual elas seriam predominantemente econômicas, do tipo economia de mercado, com a adição dos valores e fins liberais mencionadas acima, as quais são totalmente compatíveis com o realismo político moderno¹³⁵. Assim, a análise do paradigma do mundo único na versão de Morgenthau mostra que ele pode ser interpretado como sendo uma instância do realismo político. Na versão de Fukuyama, a qual Huntington se dirige mais diretamente, a história contemporânea é a evidência de que esta encontra-se num processo de globalização ou convergência para um mundo de natureza política democrática liberal e de natureza econômica definida pelo mercado competitivo, que

¹³⁴Num artigo a ser publicado em breve defendemos a tese que Morgenthau propõe uma concepção realista como uma alternativa, por um lado, ao realismo clássico puro, e, por outro, ao idealismo.

¹³⁵Morgenthau, [1967]

também constituiria a paz perpétua. Ou seja, a história está convergindo para um estado mundial homogêneo com as dimensões políticas da democracia liberal e dimensões econômicas da economia de mercado, em cujo processo de convergência, o ponto crucial foi o colapso da proposta de um estado mundial socialista pelo fracasso das experiências socialistas na União Soviética. A realização deste estado é também, para Fukuyama, a solução do problema da guerra entre as nações. As idéias filosóficas que conduzem a concepção devem ser encontradas nas explicações de Hegel para a história e para a democracia liberal. Com Hegel, segundo Fukuyama, temos uma explicação da democracia liberal em outras bases que aquela de Hobbes e Locke. Em Hegel temos também a idéia de que a história converge para a realização do Estado liberal como sendo universal e homogêneo¹³⁶ Assim, o paradigma do mundo único na versão de Fukuyama encontra-se mais fortemente assentado num paradigma de natureza idealista com raízes em Hegel e Kant do que no do realismo político com tradição em Maquiavel e Hobbes. Fukuyama dirige fortes críticas ao realismo político, as quais não serão discutidas aqui, como inadequado para descrever e explicar o sistema internacional pós história [pós queda do mundo de Berlim], como ele mesmo denomina¹³⁷.

Finalmente, a mesma análise anterior pode ser conduzida com respeito ao próprio paradigma das civilizações, e, então, apontar que Huntington, ao dizer que as novas unidades não são apenas as nações-Estados mas, comunidades, aldeias, cidades, grupos, civilizações...etc, não está desafiando a concepção geral do realismo político pois esta não instancia suas unidades políticas mas, apenas, as assume como sendo definidas por terem pretensões de poder, com suas múltiplas dimensões, e como dependentes das circunstâncias históricas e do foco da análise. Da mesma maneira, Huntington ao afirmar que a característica fundamental da relação entre essas unidades não é mais a relação de poder nas suas dimensões ideológicas e militar e mesmo econômica, mas relações de poder cuja dimensão cultural, dentre as múltiplas outras dimensões de poder torna-se, agora, a dimensão relevante. A dimensão cultural ascende em importância às dimensões tradicionalmente consideradas como as mais relevantes nas relações entre as unidades políticas: a militar, a ideológica e a econômica. Portanto, pela argumentação anterior pode-se ver que podemos subsumir a proposta de Huntington à concepção mais geral de realismo político. Pois, o realismo político afirma que o poder é multidimensional e que a determinação das suas dimensões relevantes depende das circunstâncias históricas. A dimensão cultural é assumida teoricamente pelo realismo político como determinante do poder. Neste sentido, o debate de Huntington pode ser inserido no quadro do realismo político e trata-se, então, de um debate acerca da adequação entre modelos do realismo político, ou de debates entre subparadigmas do paradigma do realismo político. Nestes termos, pode-se pensar em mudanças radicais apenas entre os modelos do realismo, mas, não quanto à natureza do realismo político. Mantendo a terminologia de Huntington, pode-se afirmar que o paradigma civilizacional não apresenta nenhuma revolução com respeito ao paradigma do realismo político, ainda que temos uma mudança profunda, mas, ela ocorre, apenas, entre os subparadigmas do paradigma realista. Uma análise mesmo superficial, dos seus artigos sobre o paradigma das civilizações, mostra que a sua linguagem, seu sistema teórico, avaliação e recomendações são típicas daquelas do realismo político. No entanto, sua diferença profunda é com a proposta idealista de Fukuyama que envolve, como mencionamos, a idéia do estado homogêneo e universal como solução para o problema da paz duradoura e o mecanismo, dinâmica histórica, da convergência para este estado.

¹³⁶ Fukuyama, [1992], pg.246.

¹³⁷ Fukuyama, [1992], pg.299-308 [1989]

6 A nova estratégia da contenção.

Nesta seção procura-se apontar e discutir que o objetivo fundamental de Huntington é o de elaborar uma estratégia da contenção, agora, em relação às novas unidades emergentes de poder: as civilizações islâmica e confuciana. E, em, particular, o objetivo é mostrar a relação entre a proposta de contenção de Kennan e a de Huntington. Em vários aspectos, afirmo que Huntington procura seguir os passos de George Kennan, quem, como foi discutido anteriormente, elaborou os mais importantes princípios organizadores da estratégia da contenção. Como apontado anteriormente, o esboço da estratégia da contenção apareceu em seu famoso artigo assinado como Mr X,¹³⁸ o qual veio a definir a característica do regime das relações internacionais denominado, por Huntington, de Paradigma da Guerra Fria. Além disso, através da elaboração da estratégia da contenção, ajudou a montar o próprio paradigma da Guerra Fria, que formou a moldura teórica desta estratégia e que permitiu não apenas enquadrar a política externa e doméstica americana, dos Estados Unidos e, em menor escalada, de outros países, nesta estratégia, mas, ainda tirar importantes implicações para a elaboração destas políticas.

Meu ponto de vista é que Huntington procura seguir a mesma linha de Kennan, em particular, procura, com seu novo paradigma, o Paradigma dos “Choques das Civilizações?”, fundamentar teoricamente as características gerais de uma nova estratégia da contenção, e inferir, a partir deste suporte teórico, regras, normas ou prescrições, como os constituintes operacionais da estratégia da contenção voltada, agora, é claro para as novas unidades emergentes de poder: as civilizações. E, do mesmo modo que Kennan, ele chama a atenção para o fato que as políticas externas e domésticas dos Estados Unidos e de outros países, devem se enquadrar nesta nova perspectiva das relações internacionais. Huntington, como Kennan, pertence àquele classe rara de formuladores de políticas de ação que reconhece o papel importante das formulações teóricas como guias para a elaboração das políticas práticas. Neste reconhecimento, o paradigma do “Choque das Civilizações?” segue uma divisão, não discutida, e, nem mesmo mencionada, em muitas das propostas de concepções de política internacional, segundo a qual a análise política deve conter sempre uma parte positiva e outra normativa. Na parte positiva, a análise esta voltada para um esforço de objetividade e cientificidade. Como discutimos anteriormente, é nela que Huntington tem concentrado o peso de seu esforço argumentativo. Nesta parte estabeleceu-se as características fundamentais do sistema internacional em termos de suas novas entidades principais e dos fatores ou atributos que os definem. Tal descrição do paradigma foi seguida de algumas explicações dos eventos globais, candidatos a tornarem-se realizações ou exemplares para os novos adeptos. Além disso, esta descrição foi seguida também de algumas previsões. O conjunto destes elementos faz parte de uma estratégia, por parte de Huntington, de consolidação do paradigma.

Nesta seção, contudo, minha preocupação desloca-se do problema teórico para a questão da aplicação do paradigma/modelo para resolver problemas relacionados ao sistema internacional. Desta forma, a preocupação agora desloca-se para o problema das inferências normativas políticas a partir do paradigma do “Choque das Civilizações?”. Apesar de Huntington ter discutido menos este aspecto e se dedicado, em sua maior parte, ao esforço de fundamentação teórica do paradigma, a tese que procuro defender afirma que o principal objetivo dele é quanto a aplicação do paradigma para resolver o problema da elaboração de uma nova estratégia da contenção, agora, para deter a expansão de poder das novas unidades

¹³⁸Kennan, [1947]

emergentes: as civilizações islâmicas e confuciana. É apenas, como parte deste objetivo que Huntington procura elaborar o paradigma das civilizações como justificativa teórica para a estratégia da contenção. Pois, o aspecto que ele compreende primeiro é o aspecto normativo ou prático da nova estratégia da contenção: aquela de conter as novas unidades emergentes de poder, as civilizações. São estas novas unidades que põem um desafio, a médio e longo prazo, à liderança hegemônica do Ocidente no sistema internacional. Desta forma, esta nova estratégia da contenção, deve ser, agora, ajustada à mais recente realidade do sistema internacional, e, assim, substituir, aquela elaborada no interior do paradigma da Guerra Fria, a qual visava a contenção da expansão soviética. O colapso da União Soviética, literalmente, deixou entrever que a natureza do conflito de poder é, agora, não mais entre unidades ideológicas, mas, entre unidades de poder que são muito mais amplas do que estados, correspondendo a unidades caracterizadas pelos elementos culturais homogêneos, que são as civilizações. Todos estas discussões em torno do Paradigma "Choque das Civilizações?", seja relacionada ao aspecto teórico, seja relacionada à questão prática, estão voltadas, então, para a tentativa de resolver o problema central que Huntington vê para o sistema internacional contemporâneo: como conter as novas unidades emergentes de poder [as civilizações islâmica e confucionista] e impedi-las de influir e reconfigurar o sistema internacional em seu favor. Uma reconstrução racional da proposta de Huntington, da estratégia da contenção, para resolver o problema da expansão de poder, é construída no nível da lógica da ciência, da metodologia da Teoria da Ciência, fazendo uso dos recursos metodológicos do realismo em sua versão particularista. Como afirmei, na discussão metodológica, a lógica da ciência concerne com problemas que se referem à identificação da unidade epistêmica, à construção de teorias, de explicações a partir de teorias, à escolha de teorias e explicações, além daqueles da resolução de problemas no interior de uma teoria. Esta parte da lógica da ciência é denominada de metodologia. Assim, a metodologia, além de um método de construção, e, de escolhas de teorias, contém também uma teoria de solução de problemas, heurística ou sistema operacional.

Neste quadro metodológico, a solução do problema da contenção do poder da expansão do poder das civilizações é via a construção de uma estratégia da contenção a qual é um problema de ordem metodológica. Agora, como antes na Guerra Fria, existem unidades emergentes de poder que ameaçam as configurações pré-estabelecidas de poder. Naquela época, a União Soviética rompeu a estrutura de equilíbrio do poder mundial que se dava na Europa entre a Inglaterra e os demais países da Europa continental, principalmente, França e Alemanha. Ela surgiu como uma potência emergente, a qual mudou e deslocou, juntamente com os Estados Unidos, a configuração de poder do sistema internacional da Europa. Além disso, ameaçava o sistema internacional com uma nova ordem mundial, com um estado mundial socialista. No caso atual, as unidades emergentes [as civilizações islâmicas, e, confuciana] tem o potencial para ameaçar o elemento mais básico da configuração do sistema internacional dos últimos dois mil anos: o Ocidente enquanto centro do poder do sistema internacional. Antes, como agora, alguns teóricos das relações internacionais e formuladores de política externa pensam na alternativa da contenção. No entanto, a construção desta estratégia de contenção, pressupõe a elaboração de uma interpretação teórica dos fenômenos políticos que lhe dê legitimidade. E, este é o primeiro papel do paradigma "Choque de Civilizações?", o qual já discutimos anteriormente. Mas, mais do que apenas proporcionar legitimidade, a interpretação teórica desempenha um papel importante para as aplicações práticas. Assim, o segundo papel será o de permitir inferir normas de ações práticas e guiar a elaboração da estratégia da contenção e dos regimes internacionais adequados para realizar os fins propostos. Como já discutimos, a solução, em geral, de um problema, no interior de uma teoria, requer,

como ponto de partida a construção de um modelo, que define as condições específicas, sob as quais o problema será tratado. No caso do paradigma da Guerra Fria, construiu-se, a partir do realismo de Kennan, um modelo que é aquele dos três mundos. No caso atual, a construção do modelo, a partir do paradigma “Choque das Civilizações?”, deve metodologicamente começar por identificar o domínio dos principais agentes que estão envolvidos com a estratégia e a distribuição de poder, portanto, com a estrutura e configuração de poder do sistema internacional. Assim, no caso atual, dado que o paradigma definiu as civilizações como sendo os agentes principais do sistema internacional, cabe, então, nesta linha, perguntar quais são as civilizações com capacidade efetiva de poder, e portanto, relevantes para a determinação dos fenômenos políticos internacionais. Segundo Huntington, há três importantes civilizações em termos de poder: a civilização ocidental, a civilização islâmica e a civilização confuciana. Apesar de que no total elas são em número de sete. Portanto, o modelo é constituído destas civilizações e reflete a estrutura e configuração de poder do sistema internacional que efetivamente conta para determinar e explicar os fenômenos políticos. Estas civilizações correspondem aos três mundos do paradigma da Guerra Fria. Outro ponto de clara semelhança com Kennan é a adoção, por parte de Huntington, da abordagem particularista. Sua adoção da abordagem realista do ponto de vista particularista fica esclarecida na sua oposição e crítica à interpretação universalista de Fukuyama. Como foi discutido, segundo Huntington não haverá um estado universal, mas, antes, múltiplos focos de interesses e valores representados pelas diferentes civilizações. Huntington privilegia, como Kennan, a diversidade dos valores em oposição à homogeneidade, que leva ao Estado Único: o estado socialista como queriam os socialistas ou o estado da democracia liberal como quer Fukuyama, seguindo o modelo da paz perpétua kantiana ou melhor a convergência hegeliana da realização da idéia¹³⁹.

Dentro deste enfoque particularista, e assumindo, através do modelo acima, a estrutura de distribuição de poder com três civilizações significativas em termos de poder, de interesses conflitantes e valores diversos, Huntington afirma que a civilização ocidental deve preocupar-se em conter a expansão de poder destas novas civilizações emergentes, em termos de poder, sob pena de ver a possibilidade de ocorrer um deslocamento do poder do Ocidente para as outras civilizações. Este é o princípio fundamental que caracteriza e coordena a nova estratégia da contenção. Basicamente, ele é o mesmo princípio realista ligado ao mecanismo do equilíbrio do poder: conter a expansão de um poder que venha a ameaçar o equilíbrio do poder, e, por aqui, evitar que este venha a reconfigurar o sistema internacional em seu benefício. Desta forma, a parte importante da elaboração desta nova estratégia de contenção pertence àquela outra atividade de reflexão, a reflexão normativa, que consiste em extrair implicações práticas e elaborar políticas de poder, a partir de teorias explicativas da natureza do sistema internacional, para formular políticas externas, elaborar estratégias e construir organizações. Estas políticas servem para regular e organizar o comportamento a ser adotado por grupos, nações ou civilizações que tem seus interesses nacionais afetados diretamente pelas previsões implicadas pelo paradigma, ou teoria, e, que, obviamente, dispõe de capacidade de poder para controlar e dirigir este comportamento na direção e realização de seus interesses e objetivos. Uma vez definido o modelo, que identifica as unidades de poder relevantes e a estrutura de poder, cabe definir a maneira pela qual se dá a relação de poder entre essas unidades. O realismo identifica o processo pelo qual o poder se distribui entre estas unidades como sendo aquele fornecido pelo mecanismo do equilíbrio do poder. O mecanismo do equilíbrio do poder serve como o meio para avaliar, alocar e barganhar poder no sistema internacional, e neste

¹³⁹Fukuyama, [1992], p. 339-343

sentido é um processo. Este mecanismo é o adequado, para o realista, para proporcionar o sistema internacional com estabilidade e segurança, evitando a anarquia do estado de natureza, e, ao mesmo tempo, permitindo preservar os interesses dos seus membros, os quais devem ser proporcionais às suas capacidades de poder. O conjunto, constituído da estrutura, do processo (dinâmica) e do princípio, forma um núcleo a partir do qual a estratégia da contenção é construída. A implementação e a operacionalização desta estratégia é feita através de normas e regras. Estas normas e regras formalizam as implicações práticas extraídas do paradigma. Com essas normas, regras e suas implicações podem se montar modelos, fazer pactos, tratados, construir organizações e instituições para organizar, coordenar e implementar estes tratados e acordos. Este conjunto formado de princípios, normas e regras é o que se chama de regimes internacionais. Os regimes internacionais são todos voltados para resolver os problemas de coordenação que aparecem pela ausência de um estado mundial. No caso presente, eles estão envolvidos com a questão maior que é a da contenção. Em particular, entre as implicações do paradigma, sobressaem aquelas relacionadas com a condução de políticas que governam as relações entre as novas unidades conflitantes de poder. Entre estas implicações, estão aquelas voltadas para construir alianças, instituições, organismos e organizações adequadas para engendrar, construir, coordenar e operacionalizar configurações de poder voltadas para os objetivos de alcançar e realizar os propósitos estabelecidos de poder. No entanto, a proposta de Huntington, é, ainda, apenas um esboço, cuja função principal, é de servir de um alerta às precipitadas e falsas interpretações do fim da Guerra Fria, como fim ou redução dos conflitos globais. Ainda assim, pode-se classificar três como as principais conseqüências práticas que ele extrai do paradigma "Choque das Civilizações?", como guias para elaboração da nova estratégia da contenção:

1. a primeira conseqüência é que a política internacional deve deixar de ser uma política de características predominantemente ocidentais, inequivocamente marcada e coordenada por agentes, valores e instituições ocidentais para tornar-se uma política entre culturas, e, portanto, entre civilizações, em particular, entre a civilização ocidental e as não ocidentais e entre as não ocidentais.
2. A segunda conseqüência consiste na advertência, para todo o Ocidente, da necessidade de se formular políticas de poder, capazes de manter os interesses, os valores, e a predominância da civilização ocidental¹⁴⁰; Uma destas políticas de poder é aquela de elaborar, na minha interpretação, uma nova estratégia da contenção, em substituição à antiga estratégia da contenção.
3. A terceira conseqüência, voltada mais especificamente para os Estados Unidos, tanto como principal potência mundial, como potência Ocidental, e, que, está intimamente ligada com as duas primeiras, consiste na advertência que os Estados Unidos devem evitar que conflitos civilizacionais ocorram e desenvolvam em seu território sob a conseqüência de seguir o destino da União Soviética e Iugoslávia.¹⁴¹ Obviamente, esta advertência vale para qualquer país. No entanto, elas contam principalmente para os países com capacidade de poder mundial, por suas conseqüências em escala global. No caso particular dos Estados Unidos, isto é particularmente decisivo nos destinos da civilização Ocidental neste novo quadro da natureza do sistema internacional.

¹⁴⁰ Huntington, [1994A]

¹⁴¹ Huntington, [1994B], p. 173-174

Assim, a primeira importante e imediata consequência desta nova interpretação teórica, quanto às entidades políticas relevantes do sistema internacional e às características de suas relações de poder, refere-se ao reconhecimento da necessidade de elaboração de políticas de ação que contemple a idéia que a política internacional deve deixar de ser uma política de características predominantemente ocidentais, para tornar-se política entre culturas, onde a multivariada dos valores, costumes, culturas, religiões devam ser levadas em consideração. Pois, nesta nova fase, a civilização ocidental, como a própria história do sistema internacional indica, terá de competir com as outras civilizações não ocidentais. Estas últimas não serão mais meras coadjuvantes ou pacientes da ação da civilização ocidental mas, agentes que se dispõem a construir e moldar a configuração e o arranjo institucional do sistema internacional à sua imagem. Portanto, estas novas unidades de poder, emergentes e em expansão, podem vir a alterar toda a configuração de poder do sistema internacional, o qual tem, nos últimos dois milênios, estado centrado na civilização ocidental. Todos os detentores do poder mundial têm sido membros desta civilização nestes dois últimos milênios.

Nesta interpretação, Huntington, parece colocar-nos diante de uma possível revolução copernicana, à qual, no entanto, não deveríamos dar boas vindas. Mas, ao contrário, deveríamos procurar evitar que ocorra uma vez que o resultado é a perda e o deslocamento do poder da civilização ocidental para outra civilização. A estratégia preventiva cabe à estratégia da contenção. Essa estratégia deve preocupar-se em elaborar os meios de prevenir contra este fim de que possa ocorrer, através da disputa de poder, um deslocamento do poder do Ocidente para as áreas não Ocidentais. Aparentemente, o sistema de valores ocidentais foi assimilado ao longo de centenas de anos de formulação de um sistema global e internacional como um sistema natural e inquestionável de características universais. Estes valores passaram a ser considerados nos principais sistemas filosóficos, todos de origem ocidental, como características universais e naturais, isto é, inerentes à natureza do indivíduo. No entanto, o primeiro efeito das novas unidades de poder emergentes é apontar e trazer à consciência que tais valores, apesar de um longo passado de predominância, não são os únicos a fazerem a história do sistema internacional, portanto, não são nem universais e nem naturais, mas, apenas um entre outros. Nessa estratégia natural de poder, essas unidades dão demonstrações que estes valores serão seguidamente objetos de crescente questionamento, discussão e reavaliação teórica e prática. Eles o serão por partes de outras culturas, grupos, e civilizações com sistemas diferentes desses valores. Os contrastes e interações entre esses sistemas de valores parecem emergir como as novas forças responsáveis pela dinâmica dos conflitos globais e mesmo locais no sistema internacional. E, portanto, esses outros sistemas de valores, as civilizações não ocidentais, emergem, também, como postulantes a agentes, e não apenas como pacientes da história do sistema internacional. A história do sistema internacional contemporâneo, será, então, a história desta possível, mas, evitável, revolução copernicana da cultura.

Na nova realidade do sistema internacional, as forças forjando o sistema internacional não tem origem apenas no Ocidente. Como Huntington afirma,

Na política das civilizações, os povos e governos das civilizações não ocidentais já não são os objetos da história enquanto alvos da colonização ocidental, mas juntam-se ao Ocidente como agentes e sujeitos da História.¹⁴²

No entanto, apesar desse cenário de novas pretensões hegemônicas, a situação atual do sistema internacional dá ao Ocidente uma posição tal que ele,

¹⁴²Huntington, [1994A], p. 121

desfruta um extraordinário poder com relação às outras civilizações. A superpotência inimiga desapareceu do mapa. Um conflito militar entre os estados ocidentais é impensável, e a supremacia militar ocidental é incontestada. Exceto pelo Japão, o Ocidente não enfrenta desafio econômico. Domina as instituições políticas e de segurança internacional e, junto com o Japão, as instituições econômicas internacionais¹⁴³.

E, numa análise de todos os componentes e instituições básicas do sistema internacional, que tratam das questões políticas, de segurança e de ordem econômica, verifica-se que todos eles estão sob controle dos países ocidentais e, no caso econômico, apesar de tudo, contam com o Japão. Mais do que isso, não se pode dizer que o Ocidente não esteja usando destas instituições, das quais tem o controle total, para promover seus interesses, valores políticos e econômicos ocidentais, dirigir o sistema internacional e manter o seu domínio¹⁴⁴. Foi através deste domínio que os valores ocidentais difundiram-se através do sistema internacional. Entre esses valores, pode-se destacar, o individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade, estado de direito, democracia, livre mercado... etc.¹⁴⁵.

Além disso, não é outra a percepção do mundo não ocidental acerca do papel do ocidente no sistema internacional: a promoção dos seus interesses, valores políticos e econômicos. Agora, como estes valores são profundamente diferentes das outras civilizações, temos aqui a raiz dos conflitos e futuros conflitos. Este embate entre valores, costumes, religiões e culturas emergiu para a superfície das relações entre os países e principalmente, para a superfície das relações entre as civilizações. Eis, portanto, o eixo e o cenário central da política mundial no futuro, o conflito entre "O Ocidente e o Resto"¹⁴⁶. Para Huntington, há três respostas possíveis dos não ocidentais a este embate, mas a que deve prevalecer parece ser aquela, oposta à de Fukuyama, da modernização sem ocidentalização. Estas três respostas possíveis são:

- os países não ocidentais podem recorrer à estratégia do isolamento, evitando participar da globalização dominada pelo Ocidente, como tentam fazer a Birmânia e a Coreia do Norte. O custo desta opção é muito alto.
- os países não ocidentais podem aderir ao Ocidente e aceitar seus valores e instituições.
- a terceira alternativa é a modernização sem ocidentalização. Esta é uma estratégia voltada para "contrabalançar" o poderio ocidental. Ela consiste no desenvolvimento econômico, no aumento da riqueza, no desenvolvimento e uso da tecnologia, no aumento do poderio bélico e na cooperação com as outras sociedades não-ocidentais. E, em todos estes aspectos, procura-se evitar a adoção dos valores e instituições ocidentais.

Assim, esta última resposta, que segundo Huntington é aquela que prevalecerá, descreve o que significa promover uma modernização sem Ocidentalização, ou seja, adquirir tecnologia, desenvolvimento, riqueza, mas preservar os valores e instituições. E, isto significa, portanto, uma decisão vinculada a um projeto de disputa de poder e promoção de seus próprios interesses e valores.

A resposta do Ocidente a esta estratégia deve ser a da elaboração de uma estratégia da contenção. As preliminares desta contenção devem conter uma estratégia de preparação

¹⁴³Huntington [1994A], p. 133

¹⁴⁴Huntington [1994A] p. 132

¹⁴⁵Huntington [1994A], p. 134

¹⁴⁶Huntington, [1994A], p. 134

para esta disputa de poder que caracterizará a natureza das relações internacionais entre civilizações no sistema internacional contemporâneo.

A partir desse enquadramento teórico, da nova natureza do sistema internacional, desse cenário futuro e da questão das políticas de ação nestas circunstâncias, deve-se procurar discutir as características específicas de cada uma das políticas implicadas pelo paradigma do “Choque das Civilizações?” tanto no que diz respeito ao Ocidente quanto aos Estados Unidos.

Com respeito à segunda consequência do paradigma vê-se que ela está diretamente relacionada à unidade civilizacional ocidental propriamente dita. Pois, a elaboração de uma estratégia da contenção deverá ser o resultado não apenas da consciência de que os valores ocidentais não são os únicos, mas, principalmente, de que serão desafiados por outros valores, e que o centro do poder pode se deslocar, como resultado deste desafio, do ocidente para outras civilizações. Esta estratégia da contenção requer a formulação de muitas políticas de ação, as quais podem ser traduzidas em termos de normas e regras, mas, circunscritas ao domínio colocado pelo modelo.

A primeira coisa que Huntington faz como um realista particularista, e, portanto, para quem as questões de interesse e propósito nacional são diversas e irreduzíveis às soluções institucionalistas e legalistas, mas, antes, barganhadas através do mecanismo do equilíbrio do poder como o meio mais seguro para regular as relações entre as unidades de poder no modelo do estado de natureza do sistema internacional, é de advertir a civilização ocidental quanto às consequências de sua desmobilização em termos de segurança, a partir de uma precipitada e errônea interpretação do fim da Guerra Fria como um fim ou uma redução substancial dos conflitos regionais e globais. Neste ponto, Huntington assemelha-se muito àqueles que advertiram quanto à desmobilização dos Aliados logo após a Segunda Guerra Mundial. Esses, entre eles Churchill, apontavam para os novos interesses de poder da União Soviética no sistema internacional, e, em particular na Europa. Dois anos após o final da Guerra esses interesses tornaram-se claros e foi preciso montar a estratégia da contenção. Huntington, na mesma linha, vem alertando que,

- Numa falsa percepção dos resultados do colapso do paradigma da Guerra Fria e da obsolescência da velha estratégia da contenção, isto é, que os interesses e conflitos opostos vão diminuir em escala, os países ocidentais estão reduzindo seu poderio militar, e, isto pode ser um erro, da ótica do novo paradigma das civilizações, uma vez que um dos lados está desenvolvendo armas, o lado não ocidental, enquanto o outro não tenta contrabalançar isso.

Por essa experiência histórica, Huntington sabe que o mesmo processo de desmobilização rápida aconteceu, após a Segunda Guerra, por uma errônea e precipitada percepção dos objetivos da União Soviética¹⁴⁷. Por isso, constata e reafirma seu alerta, que,

- Outros países não ocidentais estão fazendo exatamente o contrário da política de desarmamento que se seguiu ao colapso da União Soviética. Entre eles, a China, a Coreia do Norte e vários Estados do Oriente Médio, tal como o Irã, o Iraque, a Argélia e a Líbia. E, por, esta razão, eles podem transformar-se no braço armado destas novas civilizações emergentes em termos de poder.

¹⁴⁷Graebner, [1977], p. 19, 28

Desta forma, a política de desarmamento, decorrente do colapso da União Soviética, pode estar cometendo o mesmo erro do final da Segunda Guerra, ao não contemplar nem a própria natureza do sistema internacional, que é aquela de ser um sistema assentado em interesses e conflitos opostos, "struggle of power", nem a emergência das novas unidades de poder, as civilizações, que podem vir a desafiar o poder ocidental. Assim, como adverte Huntington, essas unidades emergentes, como a União Soviética anteriormente, estão aumentando sistematicamente seu poder militar. Em particular a China, que parece ter entendido bastante bem a nova natureza do sistema internacional, e, também, que seu desenvolvimento militar é essencial para que possa vir a assumir um papel de liderança do poderio anti-ocidental. O retorno de Hong-Kong, suas claras pretensões de incorporar a República da China e suas conexões tecnológicas, tecnologia nuclear, com o Irã, indicam que a China vislumbra este novo aspecto do sistema internacional e seu papel nele. Como diz Huntington,

A contínua expansão do poderio militar da China é essencial para o desenvolvimento do poderio militar anti-ocidental...A China está aumentando rapidamente seus gastos militares e avança vigorosamente na modernização de suas Forças Armadas....A China é também grande exportadora de armas e tecnologia bélica. Exportou para a Líbia e Iraque materiais que podem ser usados na produção de armas nucleares e químicas. Ajudou a Argélia a construir um reator apropriado para pesquisa e produção nuclear. A China vendeu ao Irã tecnologia que,...só pode ser usada para construir armas...¹⁴⁸

Portanto, não apenas identifica-se que a China pode estar compreendendo corretamente as características das novas relações de poder no sistema internacional, mas, principalmente, como afirmamos anteriormente, a relevância de seu papel neste contexto¹⁴⁹. Esta compreensão da natureza do sistema internacional e da sua nova distribuição de poder, pode gerar uma política de alianças não ocidental. Por exemplo, uma política voltada para uma conexão confuciana-islâmica, via uma conexão China e Irã, com o objetivo de enfraquecer a posição e o poderio ocidental¹⁵⁰.

Portanto, vale a pena singularizar e destacar a advertência de Huntington de que

- pode emergir de maneira duradoura uma conexão militar confuciana-islâmica.

Conseqüentemente, na elaboração de uma política de contenção, em face de todos esses aspectos, do novo conflito de interesses, da nova distribuição de poder e do mecanismo de acúmulo de poder que põe o Ocidente versus o resto, é necessário, entre outras coisas,

- redefinir, por exemplo, o conceito de controle de armas e ajustá-lo à nova natureza do sistema internacional. Um ponto a ser revisto é que, na Guerra Fria, o objetivo estava voltado para o equilíbrio do poder, mas, agora, é, por enquanto, evitar que as outras civilizações se armem. Portanto, o objetivo imediato é que eles se armem.

Isto significa que, numa organização hierárquica dos elementos de segurança,, se o princípio coordenador de todas as políticas aplicadas fôsse aquele da contenção da expansão do

¹⁴⁸Huntington, [1994A], p. 138

¹⁴⁹Vale a pena lembrar do papel atribuído por Toynbee à China como o principal candidato ao papel de Estado Mundial na dinâmica da história das civilizações. Toynbee, [1966]

¹⁵⁰Huntington, [1994A], p. 137

poder das civilizações não ocidentais que possam vir ameaçá-la, então certamente, uma das principais ramificações deste princípio deveria envolver uma política de controle de armas como fundamental numa política de segurança, em particular, do ponto de vista do realismo político, na versão particularista. Essa política deveria ser articulada e implementada na forma de regras e normas as quais serviriam tanto para definir esta política quanto para operacionalizá-la, dando-lhe uma forma de um regime, um regime de controle de armas.

Contudo, antes de exemplificar como seriam estas normas é preciso colocar claramente qual deveria ser o objetivo desta política de controle de armas numa estratégia de contenção da expansão do poder de civilizações não-ocidentais. No que diz respeito a isto, é preciso observar que a relação de poder entre o Ocidente e o resto não é, ainda, precisamente uma relação de equilíbrio do poder entre as unidades civilizacionais. Portanto, o problema seria antes, aquele de evitar que isto aconteça. Assim, se o propósito fundamental do controle de armas da estratégia da contenção da Guerra Fria era o de um equilíbrio militar estável entre os Estados Unidos e seus aliados e a União Soviética e seus aliados, agora, o propósito deve ser o de evitar que os países não-ocidentais desenvolvam poderio militar capaz de atingir um equilíbrio de poder e, então, representar uma real ameaça aos interesses do ocidente.¹⁵¹ Desta forma, o que parece que Huntington estaria propondo é uma estratégia da contenção preventiva. Através dela se procuraria prevenir e evitar que se realizem as intenções de certas unidades civilizacionais não ocidentais de atingirem uma situação de equilíbrio de poder. Para que isso não ocorra os países ocidentais deveriam se assegurar de que tal situação não ocorreria. E, assim esta deveria ser a norma principal de uma política do controle de armas com o objetivo de evitar que as unidades em competição atinjam um estado de equilíbrio de poder. No entanto, para que tal política possa ser bem sucedida deve-se ainda desenvolver uma série de outras normas, reguladas por esta, para organizar as relações com os países não ocidentais, tendo sempre em conta que se deve procurar evitar o equilíbrio do poder. Neste enfoque, a norma suprema das normas poderia ser formalizada da seguinte maneira,

- A primeira das normas para uma política de controle de armas, que define as relações entre o Ocidente e não ocidente neste aspecto, requer que se implemente políticas de ação voltadas para evitar, entre outras coisas, que os países não ocidentais aumentem seu poder e alcancem o equilíbrio do poder, e, portanto, venham ameaçar os interesses ocidentais.

Como diz Huntington, em particular, é preciso desenvolver estratégias para

evitar que os países não ocidentais desenvolvam poderio militar capaz de ameaçar os interesses ocidentais¹⁵²

Nem tudo da estratégia da contenção está, assim, relacionado à questão armamentista. Outro fator importante nesta questão do poder, é a população. A população das civilizações não ocidentais está crescendo mais rapidamente do que a da civilização ocidental, e, de maneira descontrolada. Este aumento de população pode ser um fator desestabilizador de poder em dois sentidos: como poder mobilizado, ou, enquanto fluxo migratório. Através deste último podem bater às portas da civilização ocidental colocando em risco seu sistema de bem-estar social e, portanto, seu padrão de vida, seus costumes, e, também, provocar inevitáveis conflitos culturais.

Desta forma, pode-se estabelecer, como adverte Huntington, que,

¹⁵¹Huntington, [1994A]

¹⁵²Huntington, [1994A]

- a demografia, certamente, será um fator complicante nas relações entre as civilizações não ocidentais e ocidentais. Uma vez que está ocorrendo um crescimento populacional espetacular dos países árabes, deverá aumentar o fluxo migratório para os países mais desenvolvidos, que, em geral, são os ocidentais. Entre outros problemas, aumentarão os choques culturais.

Neste contexto, como se detectam muitos fatores capazes de gerar focos de conflitos civilizacionais, e que tais conflitos podem facilmente estender-se para características regionais e mesmo globais, é preciso então, alertar que é extremamente importante que

- deva-se procurar evitar que conflitos intercivilizacionais locais se transformem em grandes guerras intercivilizacionais.

Este seria o caso da Bósnia. Huntington estaria advertindo que esforços devem ser feitos para conter e se possível eliminar tais conflitos, pois eles tem potencial para guerras intercivilizacionais uma vez que ocorrem entre diferentes culturas centradas em algumas das principais civilizações que competem por poder.

Agora, de uma linha menos defensiva de contenção para uma linha mais agressiva poder-se-ia afirmar como uma das estratégias ou normas de prevenção que o Ocidente,

- deve[ria] explorar as diferenças e conflitos entre os Estados islâmicos e confucianos, e, ainda, apoiar nas civilizações os grupos simpáticos e interessados pelos valores ocidentais.

Através destas prescrições acerca das relações do Ocidente com o resto pode-se perceber que há toda uma tentativa de proporcionar um esboço de uma estratégia de contenção pela qual se descreve uma série de procedimentos com respeito ao comportamento de segurança que o Ocidente deveria ter em relação às outras unidades de poder. Ainda assim, deixando de lado esse aspecto da prontidão de segurança, que é compatível com seu compromisso, de Huntington, com o mecanismo do equilíbrio do poder como o meio para regular as relações entre unidades de poder no modelo do estado de natureza do sistema internacional, há contudo outras políticas simultâneas de convivência entre essas unidades as quais devem ser sistematicamente buscadas e implementadas. Neste enfoque, Huntington parece propor, com seu compromisso com a diversidade cultural e de valores como a característica e a natureza mais fundamental do sistema internacional, uma política de convivência com diferenças o que significa que outras estratégias devem ser elaboradas para regular as relações entre essas unidades de poder no sentido de procurarem conviver e aprender com essa diversidade através dos caminhos da tolerância, da coexistência e da paz, mas preservando a diversidade e as diferenças. A estratégia é, então, a de estabelecer através de elementos comuns canais de comunicação e de convivência capazes de proporcionar os meios da coexistência pacífica e do diálogo cultural ainda que sempre supervisionada pelo principal mecanismo de relação entre essas unidades, o mecanismo do equilíbrio do poder, que é, em sua concepção, o mais importante princípio de coordenação do sistema internacional. Assim é que, na ótica da natureza irreduzível da diversidade e dos interesses de poder, a característica e o eixo principal da política da contenção deve assumir que

- as relações deverão ser conduzidas segundo uma combinação de políticas de prontidão e coexistência. Portanto, que uma estratégia mista de prontidão e diálogo cultural deve ser a estratégia ótima da estratégia da contenção.

Nas próprias palavras de Huntington, como a diversidade deve não só prevalecer como, mesmo, ser preservada, portanto,

O Ocidente terá de manter o poderio econômico e militar necessário para proteger seus interesses diante dessas civilizações... Será necessário, ainda, um esforço para identificar elementos comuns entre a civilização ocidental e as demais.[Pois] no futuro não haverá uma civilização universal, mas um mundo de diferentes civilizações, e cada qual precisará aprender a coexistir com outras.¹⁵³

Nesta passagem, pode-se perceber claramente outro dos compromissos de Huntington decorrente de sua tese e da sua adesão à tese da preservação da diversidade e do relativismo cultural, por oposição à interpretação de Fukuyama do sistema internacional pós Guerra Fria de uma convergência para uma solução universal do problema da paz. Enquanto, segundo Fukuyama, a solução de tal problema da convivência é feita através da homogeneização dos valores e dos interesses, no caso, dos valores e interesses ocidentais, em particular, da economia de mercado e da democracia liberal como elementos de todas as sociedades do mundo pós história. Para Huntington, ao contrário, as características civilizacionais locais serão refratárias aos diferentes valores, em particular aos valores ocidentais, ainda que as unidades políticas possam modernizar-se. Para ele, deverão prevalecer a diversidade e as diferenças, e, portanto, a tese da homogeneização de Fukuyama é totalmente incompatível com a interpretação do paradigma das civilizações da natureza do sistema internacional proporcionada por Huntington. Nesta interpretação as civilizações poderão modernizar-se, mas, não necessariamente ocidentalizar-se. Sua tese é de que modernização não significa, necessariamente, ocidentalização. Assim, em suas próprias palavras, a tese é de que, em oposição àquela de Fukuyama,

As civilizações não-ocidentais têm procurado se modernizar sem se tornar ocidentais. [Apesar de que] Até hoje, apenas o Japão foi plenamente bem sucedido nisso. As civilizações não ocidentais continuarão a tentar adquirir riqueza, tecnologia, qualificações, equipamentos e armas que fazem parte dessa modernidade. [Contudo] Também tentarão conciliar essa modernidade com sua cultura e valores tradicionais.¹⁵⁴

Agora, no que diz respeito à terceira conseqüência, aquela acerca das inferências normativas do paradigma das civilizações voltadas para os interesses globais americanos e relacionados à sua política doméstica, Huntington chama atenção para o fato que países asentados sobre a linha de cisão civilizacional, como União Soviética e Iugoslávia, tendem a se desagregar¹⁵⁵. Por analogia, isso leva a uma advertência para os interesses americanos: os Estados Unidos devem evitar que conflitos civilizacionais ocorram e desenvolvam em seu território.

Pode-se, assim, formular que uma norma apropriada, a qual deveria ser seguida pela política doméstica dos países que partilham destas características, em particular, e, principalmente, pelos Estados Unidos, é aquela, segundo a qual:

¹⁵³Huntington, [1994A], p. 140

¹⁵⁴Huntington, [1994A] p. 140

¹⁵⁵Huntington, [1994B], p. 173

- esses países devem evitar que conflitos civilizacionais ocorram e desenvolvam em seu território. Em particular, esta norma deve ser uma das principais para a formulação de políticas domésticas nos Estados Unidos, o qual apresenta muitas das condições propícias para o multiculturalismo e para a fragmentação étnica as quais podem dar origem a conflitos civilizacionais. Além do que, trata-se da principal liderança do que se chama civilização ocidental.

Voltado para este aspecto da estratégia da contenção, Huntington procura analisar, sob a ótica do Paradigma “Choque das Civilizações?”, as questões domésticas que os Estados Unidos deverão enfrentar. O seu raciocínio é que a unidade americana está assentado em dois alicerces: a cultura europeia e a democracia política. Estes alicerces foram depositando-se lentamente e sendo assimilados por gerações de imigrantes. Entre esses, a questão dos direitos iguais para todos os indivíduos, é um credo americano que tem norteado todos os demais parâmetros políticos, sociais e econômicos da sociedade americana. No entanto, alerta Huntington, essa demanda por direitos iguais transformou-se em demanda por direitos especiais para grupos, negros, hispânicos ...etc. Tais reivindicações contrariam totalmente os princípios fundamentais que formam a base da unidade política americana e incentivam o aparecimento de grupos culturalmente privilegiados e legitimados por ações governamentais. Além disso, e, paralelamente a isto, os movimentos intelectuais que formulam ideologias do “multiculturalismo” começam a incentivar concepções que levam a revisar a história política do país do ponto de vista destes grupos culturais, em particular, não-europeus.

Estes bolsões culturais que surgem em função do caráter multiracial da sociedade americana tem o potencial para estimular um choque de civilizações no interior da América. Eles podem estimular o que Arthur M. Schlesinger Jr. chama de “a desunião da América”.¹⁵⁶

A partir deste cenário, Huntington chama a atenção para, numa antecipação de problemas futuros, as sementes de processos desagregacionistas nos Estados Unidos que, uma vez não contidos, podem produzir, a longo prazo, os mesmos resultados pelos quais passaram, e, ainda passam, a União Soviética e Iugoslávia. Com conseqüências, óbvias, para todo o Ocidente. Não se pode desconsiderar essa possibilidade quando analisa-se o perfil da sociedade americana o qual indica uma crescente diversidade étnica e racial. Apesar de no passado, os Estados Unidos terem sido bem sucedidos na assimilação de milhões de imigrantes à cultura europeia não há garantia de que este padrão continuará a ser predominante. Se isto não acontecer e o país começar a viver sob a política do multiculturalismo e, então, enfrentar um “choque interno de civilização”, pode-se perguntar se é possível esperar uma sobrevivência dos alicerces básicos que fizeram a unidade americana. Ao colocar estas questões para os Estados Unidos a partir do seu paradigma das civilizações, Huntington pressiona mais fundo na tentativa de mostrar que, apesar da importância que os Estados Unidos tem desempenhado globalmente como superpotência, a adoção do choque das civilizações internamente terá como resultado o mesmo fim mostrado pela União Soviética. Ele afirma, de maneira pessimista, o que seria o resultado de um conflito civilizacional nos Estados Unidos. Três eventos recentes, a explosão, por americanos, do prédio federal em Oklahoma, a repercussão da absolvição de O.J.Simpson e a Marcha de Um milhão de Homens conduzida por Louis Farrakhan, têm apontado na direção das advertências de Huntington. Em todos esses eventos, o traço fundamental foi trazer para o primeiro plano da política americana o problema da divisão racial e o prenúncio de conflitos entre grupos religiosos. Com respeito ao primeiro evento, um atentado terrorista feito por americanos contra um prédio federal no qual morreram mais de

¹⁵⁶Huntington, [1994B], p. 173

uma centena de pessoas, há também algumas conotações religiosas, como o protesto pela ação de agentes federais, um anos antes, na morte de um líder religioso juntamente com os seus seguidores. Com respeito ao segundo evento, os negros apoiaram o resultado enquanto os brancos discordaram dele numa demonstração de que a questão racial estava envolvida na percepção do julgamento. No que diz respeito ao terceiro, a reação positiva por parte da população negra à convocação da marcha a qual foi feita por um radical que usa tanto a bandeira da religião quanto da etnia indica também a percepção desta divisão com o adicional de que ela combina a questão racial com elementos religiosos. O atenuante é que este problema da divisão racial sempre existiu, que é um fato da vida americana. No entanto, um dos novos fatos importantes é que esta questão racial volta a ocupar, depois de algum tempo, o primeiro plano da política americana. O sucesso inegável desta Marcha realça um segundo fato importante novo aquele de que agora a bandeira da discriminação tem como líder desta principal minoria racial dos Estados Unidos, ou pelo menos como liderança, com grande poder de influência, um líder radical, seguidor do fundamentalismo muçulmano, chefe de um grupo que se denomina de Nação do Islã. Este grupo prega acirramentos raciais e religiosos. Ele aponta na direção da diversidade com separatismo, curiosamente um pouco como Huntington vê a irreducibilidade da diversidade cultural, mostrando que o movimento negro assimilou a idéia de que ele constitui um movimento afro-americano, e, não, apenas, americano. Isto constitui um outro elemento de divisão com os demais membros da sociedade americana. No entanto, talvez seja ainda cedo demais para analisar as conseqüências destes acontecimentos em termos civilizacionais. Ainda assim, não se pode deixar de considerar que a nova mistura, cultura, raça e religião, envolvida nestes eventos parece lançar um alerta de que mesmos os Estados Unidos podem vir a sofrer conflitos civilizacionais em seu território. E, neste caso, vale, para o contexto do conflito civilizacional, meditar sobre a questão de Huntington,

A desocidentalização dos Estados Unidos, caso ocorra, significará também a sua desamericanização? Se a resposta for positiva e os americanos abandonarem sua política liberal e democrática com raízes européias, os Estados Unidos deixarão de existir tal como conhecemos e seguirão a outra superpotência ideologicamente definida até o monturo de cinzas da História.¹⁵⁷

No que diz respeito às relações internacionais, o paradigma das civilizações parece implicar políticas de ação que lembram, como discutimos anteriormente, a estratégia da contenção, e, portanto, por analogia à nossa análise estaria propondo a formulação de um novo regime das relações internacionais ao qual caberia a função de operacionalizar essa estratégia. Esse regime das relações internacionais, que articularia a estratégia da contenção, teria como principal característica que a política internacional deveria enquadrar-se numa abordagem civilizacional e assim assumiria que a principal causa dos eventos globais são civilizacionais. Apontaria que as principais unidades de poder seriam as unidades civilizacionais. Apontaria que a unidade civilizacional ocidental vai ser desafiada pelas novas unidades emergentes de poder, as civilizações não ocidentais, em particular, a islâmica e a confuciana. Num desdobramento natural destas considerações teóricas, a estratégia da contenção deveria ser organizada em torno da noção de regime internacional e, assim, através de várias prescrições, normas e regras, vinculadas ao princípio fundamental ordenador desta estratégia: desenvolver uma política de poder com a finalidade de evitar que o poder se desloque da civilização ocidental para

¹⁵⁷Huntington, [1994B], p. 174.

as demais. O principal mecanismo das relações de poder, como quer o realismo de Huntington para tratar com essas novas unidades civilizacionais emergentes, deveria ser aquele do equilíbrio do poder. E, como em todo regime internacional, a função destas normas e regras, associados ao princípio caracterizador, seria aquele de procurar articular e operacionalizar a estratégia da contenção. Estas regras e normas são flexíveis e podem ser alteradas e ajustadas de acordo com as diferentes circunstâncias das relações de poder entre as unidades. Contudo, isto não pode acontecer com o princípio organizador do regime, a menos que se pretenda alterar o regime internacional ou a natureza da estratégia da contenção. As regras e normas mencionadas acima ilustram estes elementos da estratégia da contenção e do regime associado. O regime internacional, associado à estratégia de contenção, constituiria-se de políticas de ação, da responsabilidade da unidade civilizacional, no caso ocidental, assim como de políticas de ação da responsabilidade de cada um dos membros desta unidade civilizacional através de suas políticas externas e domésticas. Em particular, o regime internacional dependeria das políticas externas e domésticas dos Estados Unidos, pois, trata-se, ainda, da principal liderança desta unidade civilizacional.

Como percepção de que talvez a estratégia da contenção não seja apenas uma ficção política pode-se citar que a própria Otan, componente, militar importante da estratégia da contenção ao expansionismo soviético, anunciou um plano de cooperação, uma aliança, com os países do norte da África e Oriente Médio. Este plano de cooperação tem o objetivo de construir um cordão de proteção no Mediterrâneo contra o fundamentalismo islâmico. Por razões geográficas, isso interessa de maneira mais imediata, tanto no aspecto militar e político quanto no econômico, ao continente Europeu. Por isso, o continente Europeu manifesta uma preocupação mais direta sobre este assunto e muitas de suas políticas externas e mesmo internas podem já refletir a natureza destas novos aspectos dos conflitos globais.

Nesta preocupação de estabelecer uma relação de aproximação entre os países europeus e os países mediterrâneos, o caso da França é exemplar. Há um conflito latente entre a França e o fundamentalismo islâmico africano, no caso a Argélia, que envolve características civilizacionais. Na Argélia tem-se, hoje, a predominância política do fundamentalismo islâmico. Mas, o atual governo argelino chegou ao poder por um golpe militar. Este golpe militar teve o apoio velado do Ocidente e explícito da França. A maioria dos partidos políticos da Argélia condenaram o golpe militar. Mas, entre eles, os líderes argelinos dos partidos ligados ao fundamentalismo islâmico fizeram e fazem ameaças sistemáticas à França de atentados terroristas por este apoio. As ameaças foram substituídas por inúmeros atentados terroristas na própria França. A França acusou o fundamentalismo islâmico da Argélia de ser o responsável por esses recentes atentados terroristas. Neste contexto, não se pode descartar a possibilidade de que a retomada dos testes nucleares pela França, com a participação da Inglaterra segundo alguns críticos, tenha sido uma decisão assentada, também, na percepção dos futuros conflitos civilizacionais¹⁵⁸ que poderão atingir diretamente este país. Pois, algumas de suas ex-colônias têm importantes partes de sua população ligadas ao fundamentalismo islâmico.

Portanto, esses esforços na direção da construção de uma aliança euro-mediterrânea devem ser interpretados como parte da elaboração de uma forma de estratégia da contenção conduzida pelos europeus para evitar problemas como aqueles ocorrendo entre a França e os fundamentalistas islâmicos da Argélia. Não resta dúvida que este conflito civilizacional atinge mais diretamente o continente europeu por encontrar-se mais próximo das linhas civilizacionais e por já terem vivido historicamente a experiência de estar em conflito e ameaçados por

¹⁵⁸ Não se pode contudo menosprezar a preocupação histórica destes dois países com a Alemanha. Certamente, a reunificação da Alemanha mudou a percepção do equilíbrio de poder na Europa.

outra civilização, tendo sido mesmo ocupado por ela. Como é o caso da Espanha. Desta forma é que interpreto a declaração comum publicada pela Conferência Euro-Mediterrânea, realizada em 27/28 de novembro de 1995 em Barcelona¹⁵⁹, entre a União Européia e oito Estados ou entidades árabes, como representando parte de uma estratégia européia de construir uma trincheira ou um amortecedor entre a Europa e os países mais agressivamente fundamentalistas. O objetivo desta Conferência foi o de lançar as bases para uma cooperação - política, econômica e sócio cultural - entre a União Européia e os vizinhos árabes. Esta cooperação exige compromissos mútuos de ambas as partes cuja pauta envolveria o compromisso por parte dos países árabes de desenvolver o Estado de direito e a democracia em seu sistema político, respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Este compromisso significa claramente uma opção por uma agenda de valores ocidentais por parte desses países. Em troca, a União européia se compromete a financiar, ao longo de alguns anos, projetos de desenvolvimento que esses países mediterrâneos submeterem. As linhas gerais deste compromisso centram-se nos objetivos de estabelecerem uma zona de livre-comércio e na instituição de cooperações que enfatizam a criação de um ambiente para livre iniciativa tanto local quanto estrangeira. E, no domínio social estão comprometidos com o diálogo que possibilite a compreensão das civilizações envolvidas. Em todos esses objetivos é patente o aspecto de uma moderna estratégia da contenção como poder-se-ia depreender da proposta de Huntington. Em particular, este acordo União Européia-países mediterrâneos poderia ser interpretado como uma versão moderna e civilizada do sistema de proteção que a União Soviética construiu para seu território com os países do leste europeu. Um outro elemento deste acordo que aponto na direção da interpretação acima é que o coordenador deste acordo é Javier Solana que acabou de ser escolhido para ser o chefe da Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN. Esta organização foi a responsável pela segurança européia como parte da estratégia da contenção da União Soviética. A OTAN torna-se, agora, responsável pela segurança européia, e, mesmo, ocidental, em face por exemplo, das expansões de poder proporcionada pelos fundamentalistas e, talvez, como queria Huntington, pelo confucionismo. Outro indício de que há uma estratégia da contenção em marcha, e, de que ela começa pela Europa, pois trata-se da parte do Ocidente mais próxima das fronteiras civilizacionais, é a presença de um espanhol, Javier Solana tanto como chefe da OTAN quanto o articulador de uma futura zona de comércio entre a União Européia e os países mediterrâneos. Não podemos esquecer que a Espanha é um país bastante próximo da fronteira das civilizações e que foi invadido e ocupado por uma dessas civilizações. Portanto, o fato de ter um espanhol ocupando as principais posições destas duas importantes organizações da União Européia e do mundo Ocidental não pode ser descartada como tendo forte caráter simbólico.

Um outro aspecto que o paradigma das Civilizações revela, ao apontar a importância do conflito civilizacional no sistema internacional, é a possibilidade que países ou regiões possam vir a adotar políticas de purificação étnica com a complacência da civilização interessada. Neste aspecto, o paradigma das Civilizações estaria alertando para o fato de que no processo de fragmentação pelo qual passa a Jugoslavia a indiferença do Ocidente, poderia ser interpretada como uma omissão estratégica. Através da qual estaria permitindo, sem comprometimento político explícito, mas em flagrante violação dos valores ocidentais, um esvaziamento da população muçulmana na região, que estaria sendo percebida como um enclave muçulmano na Europa. Este enclave seria percebido como o resultado da invasão, no passado, dos não ocidentais na Europa. Ele seria a reminiscência de um conflito civilizacional que poderia voltar

¹⁵⁹O Estado de São Paulo, [3/12/1995], pg. A21. Artigo por Issa Gortaieb.

a se repetir. Desta forma, o paradigma explicita que estes conflitos civilizacionais já podem estar influenciando e coordenando políticas externas e domésticas. Em particular, essas características já são mais visíveis nas políticas dos países europeus, principalmente na França com seus problemas tradicionais com a Argélia. A percepção de que conflitos civilizacionais começam a predominar nos eventos internacionais poderia ser interpretada como um alerta quanto à questão de qual é o processo e qual será o resultado desse conflito. Desta forma, se essas forem as percepções ocidentais, certas políticas poderiam estar sendo aplicadas sem serem admitidas. Contudo, se estas não são as percepções das políticas externas dos Ocidentais, pelo menos é a percepção dos países muçulmanos acerca das políticas externas dos países ocidentais. Em particular, esta é percepção sobre a participação do Ocidente no conflito da Bósnia. Os países muçulmanos, principalmente o Irã, tem promovido várias manifestações sob essa bandeira, isto é, de que o mundo ocidental tem deliberadamente permitido uma tal depuração étnica/religiosa na Bósnia.

Finalmente, não se pode esquecer que o sistema internacional fornece cada vez mais evidências apoiando a percepção de que os fenômenos importantes internacionais são e serão fenômenos civilizacionais como afirma a tese de Huntington. A evidência mais destacada dentre muitas é aquela do tema do fundamentalismo religioso tornar-se hoje um dos temas centrais das agendas da análise internacional, externas e domésticas. Em particular, essa característica já é mais visíveis nas políticas dos países europeus, principalmente na França com seus problemas tradicionais com a Argélia. Não é por outra razão que alguns formuladores de política externa e teóricos da política internacional acreditam que políticas preventivas de contenção devam ser postas em ação para tratar com tais fenômenos e evitar assim, por parte do Ocidente, uma perda progressiva de poder para as novas unidades emergentes de poder, e, simultaneamente um aumento da capacidade destas últimas unidades de influir sobre as instituições, organismos e regimes do sistema internacional. Este aumento de capacidade de poder permitiria, então, a longo prazo, deslocar o centro do poder do Ocidente para suas esferas e, assim, reconstruir a ordem e o sistema internacional segundo seus fins, valores e interesses¹⁶⁰

¹⁶⁰Gostaria de expressar meus agradecimentos ao prof. Leonel Itaussu pelo constante incentivo que tem dado às minhas idéias nesta área das relações internacionais, por nossas discussões sistemáticas sobre estes temas e pela sua incansável cobrança dos meus textos. Gostaria de estender meus agradecimentos ao Grupo de Mecânica Estatística do Instituto de Física da USP, em particular ao prof. Salinas, que tem sempre gentilmente me permitido a utilização da sua infraestrutura de informática, e, também, em particular, ao Mário Tanashiro, ao Marco Yamaguchi, ao Javier, à Kaline, e ao Nestor Owia, que estão sempre lá proporcionando as condições para um uso efetivo e tranqüilo do meu processador preferido: o Latex. Não posso, contudo, deixar de agradecer, principalmente, ao meu Departamento, de Filosofia, pelas condições de liberdade e de apoio às minhas pesquisas sobre os fundamentos das relações internacionais, como parte da elaboração de meu programa em epistemologia, ética e política. Agradecimentos são, também, devidos ao Grupo de Teoria Política, do Instituto de Estudos Avançado, pelo convite para expor minhas idéias numa palestra a seus membros e pela oportunidade de publicar este material. Por último, meus agradecimentos vão para o IEA pela publicação deste texto, em particular para a Camila, pela revisão do texto, e para a Cláudia Regina, pela parte administrativa. Resta no entanto uma advertência, que as idéias aqui expressas são da minha inteira responsabilidade.

Referências

- [1] Carr, E.H. *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*. London:Macmillan, [1939].
- [2] Graebner, Norman a., *Cold War Diplomacy. American Foreign Policy, 1945-1975*.D. Van Nostrand Company, Inc. New York. [1977].
- [3] Chiappin, José R. Novaes. O paradigma de Huntington e o realismo político. *Lua Nova*. Dezembro. [1995].
- [4] Chiappin, José R.Novaes. *Duhem's Theory of Science: An Interplay between Philosophy and History of Science*. Ph.D thesis. Pittsburgh. University of Pittsburgh. [1989].
- [5] Cline, Ray S. *World Power Assesment 1977: a Calculus of Strategic Drift*. Westview Press.Boulder.[1977].
- [6] Dornbusch, Rudiger e Stanley Fisher. *Macroeconomia*. McGraw-Hill. São Paulo, [1982].
- [7] Hobbes, Thomas. *Leviatã*. Coleção Pensadores. Editora Abril.
- [8] Hobbes, Thomas. *Leviathan*. Edited by C. B. Macpherson. Harmondsworth:Penguin. [1968].
- [9] Maquiavel, N. *O Príncipe*. Coleção Pensadores. Editora Abril.
- [10] Huntington, Samuel P. Choque das Civilizações?. *Revista de Política Externa*. Vol.2. Março, [1994A].
- [11] Huntington, Samuel P. Civilizações ou o quê? Paradigmas do mundo pós-Guerra fria. *Revista de Política Externa*. Vol.2. Março. [1994B].
- [12] Fukuyama, Francis. *O fim da história e o último homem*.Rio de janeiro. Editora Rocco. [1992].
- [13] Fukuyama, Francis. "The end of history". *The national interest*. n 16(Summer):3-18. [1989].
- [14] Fukuyama, Francis. "A reply to my critics" *The national interest* n 18(Winter): 21-28. [1989].
- [15] Kant, Immanuel. *La Paz Perpetua*. Madrid. Aguilar, S.A. [1967]
- [16] Keohane, Robert. *After Hegemony. Cooperation and Discord in the world Political Economy*. Princeton. Princeton University Press.[1984].
- [17] Keohane, Robert. Nye, Joseph S. *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge. Harvard University Press. [1970].
- [18] Keohane, Robert O. Joseph S Nye. *Power and Interdependence. World Politics in Transition*. Boston.Little, Brown and Company.[1977].

- [19] Kindleberger, Charles. *The World in Depression 1929-1939*. Berkeley. University of California Press. [1974].
- [20] Kennan, George. The Source of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, XXXV, July, [1947].
- [21] Krasner, Stephen D. *Defending The National Interest*. Princeton University Press. Princeton. [1978].
- [22] Krasner, Stephen D. *Internacional Regimes*. Ithaca and London: Cornell University Press. [1983A].
- [23] Krasner, Stephen D. "Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables" in Krasner S. D. (ed.), 1983A *op. cit.* [1983B].
- [24] Kuhn, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo. Editora Perspectiva. [1975].
- [25] Morgenthau, Hans *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*. New York. Alfred.A. Knoff. [1967].
- [26] Strange, Susan. Cave! Hic Dragones: A critique of Regime Analysis. in Krasner S. D. (ed.) 1983A *op. cit.* [1983]
- [27] Toynbee, Arnold, J. *A Study of History*. London. Oxford University Press. 2 Volumes. [1957].
- [28] Toynbee, Arnold J. *O desafio do nosso tempo*. Rio de Janeiro. Zahar. [1966].
- [29] Waltz, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York. McGraw-Hill Publishing Company. [1979].
- [30] Jornal. *O Estado de São Paulo*. [3-12-1995]

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Jacques Marcovitch
Vice-Reitor: Adolpho José Melfi

Instituto de Estudos Avançados

Conselho Deliberativo: Alfredo Bosi (Diretor), Gerhard Malnic (Vice-Diretor),
Dom Paulo Evaristo Arns, Pedro Leite da Silva Dias, Nilson José Machado, Arnaldo Mandel,
Marcos Grisotto e Yvonne Primerano Mascarenhas

Assistente Acadêmica: Fausta Portes Vieira Katuni

Editora Executiva: Marilda Gifalli

Analista de Comunicação Social - Cláudia Regina Nóbrega Pereira

Webmaster - Mauro Belleza

Bibliotecária - Ana Maria de Castro Badiali

Reprodução e Montagem: Raimundo José da Silva

Divulgação e Vendas: Edilma Souza Martins

*Para consultar a relação dos cadernos publicados em todas as séries da
"Coleção Documentos" utilize a website: www.usp.br/iea
Maiores informações: estavan@edu.usp.br:*

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Av. Prof. Luciano Gualberto, Trav. J, 374, térreo, Cidade Universitária - CEP.: 05508-900, São Paulo, SP. Fones: (011) 3818.3919 ou 3818.4442 Fax.: (011) 3031.9563